

Andréa Doyle
Franciéle Carneiro Garcês-da-Silva
Organização

Educação
Ensino
Pesquisa.
Extensão

TRÍADE UNIVERSITÁRIA NA BIBLIOTECONOMIA DA UNIR

TRÍADE UNIVERSITÁRIA NA BIBLIOTECONOMIA DA UNIR

Andréa Doyle
Franciéle Carneiro Garcês-da-Silva
Organização

TRÍADE UNIVERSITÁRIA NA BIBLIOTECONOMIA DA UNIR

Florianópolis, SC
Selo Nyota
2025

Selo Nyota | Franciéle Carneiro Garcês da Silva - Nathália Lima Romeiro
Coordenação

COMITÊ EDITORIAL E CIENTÍFICO

Dirnéle Carneiro Garcez (UFSC)	Wellington Marçal de Carvalho (UFMG)
Gustavo Silva Saldanha (IBICT/UFRJ)	Márcio Ferreira da Silva (UFMA)
Ana Paula Meneses Alves (UFMG)	Barbara Barcellos (UFS)
Claudia Mortari (UDESC)	Gerson Galo Ledezma Meneses (UNILA)
Natalia Duque Cardona (UdeA)	Luisa Tombini Wittmann (UDESC)
Lourenço Cardoso (UNILAB)	Samanta Coan (Muquiúfu)
Leyde Klébia Rodrigues da Silva (UFBA)	Lia Vainer Schucman (UFSC)
Bruno Almeida dos Santos (UFBA)	Rubens Alves da Silva (UFMG)
Carina Santiago dos Santos (PMF/SC)	Edilson Targino de Melo Filho (UFPB)

COMITÊ DE AVALIADORES AD HOC

Dirnéle Carneiro Garcez (UFSC)	Márcio Ferreira da Silva (UFMA)
Carina Santiago dos Santos (PMF/SC)	Rubens Alves da Silva (UFMG)
Edilson Targino de Melo Filho (UFPB)	Samanta Coan (Muquiúfu)

EQUIPE TÉCNICA

Albertina de Carvalho Ferreira	Gabriel Mota Sales
Ana Telma da Silva Pinto	Iohan Melo da Costa
Angra de Almeida Martins	Kristina da Conceição Medina
Carlos Eduardo da Silva Diniz	Lorena Ferreira dos Santos
Cauã Guilherme Raposo Monção	Lorena Sarraf Borges
Eduardo Patrocínio	Michele Esteves de Souza
Elene Gemaque Gomes	Nicelly Mariane C. M. Santos
Estefany Cristiane Morelane Lisboa	Teresinha Lucileide Reis Lobato
Evanderson Sousa Claudino	Thaiana Cristina da Silva Campos
	Thatyane Ferreira de Souza

Diagramação e projeto editorial: Equipe Técnica

Arte da Capa: Evanderson Sousa Claudino

Revisão textual: Autorias; Organização; Equipe Técnica

Ficha Catalográfica: Priscila Fevrier - CRB 7-6678

G393

Tríade universitária na Biblioteconomia da UNIR / Andréa Doyle;
Franciéle Carneiro Garcês-da-Silva. (org.). - Florianópolis, SC: Selo Nyota, 2025.
238 p.

Inclui Bibliografia.

Disponível em: <https://www.nyota.com.br/>

ISBN nº 978-65-01-85494-6 (digital)

1. Extensão. 2. Ensino. 3. Pesquisa. 4. Informação. 5. Experiências. I.
Doyle, Andréa (org.). II. Garcês-da-Silva, Franciéle Carneiro (org.). III.
Título.

COMO CITAR

DOYLE, Andréa; GARCÊS-DA-SILVA, Franciéle Carneiro. (org.). **Tríade universitária na Biblioteconomia da UNIR**. Florianópolis, SC: Selo Nyota, 2025. 238 p.

SUMÁRIO

PREFÁCIO	9
Talita Silveira	
CAPÍTULO 1.....	15
PARA ALÉM DA PESQUISA: EXPERIÊNCIAS DE ENSINO E	
EXTENSÃO DO GRUPO DE PESQUISA GCINME	
Djuli Machado De Lucca	
Priscila Maria Ferreira Guarate	
CAPÍTULO 2.....	43
MEDIÇÃO DA INFORMAÇÃO: FUNDAMENTOS E	
TIPOLOGIAS	
Ana Carolina Malta	
Andréa Doyle	
CAPÍTULO 3.....	57
O PROCESSO DE CURADORIA DE DADOS JUNTO ÀS	
BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS DE PORTO VELHO/RO	
Poliane de Azevedo	
Marcos Leandro Freitas Hübner	
Pedro Ivo Silveira Andretta	
CAPÍTULO 4.....	69
CONCEPÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DE UMA REVISTA DE	
DIVULGAÇÃO CIENTÍFICA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO	
Pedro Ivo Silveira Andretta	
Guilherme Ataíde Dias	
Isa Maria Freire (In memoriam)	

CAPÍTULO 5.....97
DA DIFUSÃO ÀS MEDIAÇÕES: REFLEXÕES SOBRE A
EXPOSIÇÃO MUSEU ITINERANTE 3D EM PORTO VELHO -
RO

Jonathan Luiz Ignácio
Pedro Ivo Silveira Andretta

CAPÍTULO 6.....127
DESINFORMAÇÃO DE GÊNERO, FAKE NEWS E
DISCURSOS DE ÓDIO VEICULADOS DURANTE AS
OLIMPIÁDAS DE PARIS DE 2024: O CASO DA PUGILISTA
ARGELINA IMANE KHELIF

Meryellen A. Marinheiro
Andréa Doyle

CAPÍTULO 7.....159
PRESENÇAS DIGITAIS DE ARTISTAS DE PORTO VELHO NO
SPOTIFY E NO INSTAGRAM

Janis Matheus dos Santos Souza
Andréa Doyle

CAPÍTULO 8.....181
ACESSIBILIDADE EM POLÍTICAS EDITORIAIS: UM OLHAR
A PARTIR DOS ESTUDOS CRÍTICOS DA DEFICIÊNCIA

Franciéle Carneiro Garcês-da-Silva
Stella Dourado

CAPÍTULO 9.....195
UM ACERVO DE ARTES: MAPEAMENTO BIBLIOGRÁFICO
DE ARTES DE RONDÔNIA EM PORTO VELHO – RO

Elis Regina Oliveira Bispo
Joliza C. Fernandes Marinho

SOBRE AS PESSOAS AUTORAS 231

SOBRE ORGANIZADORAS 237

PREFÁCIO

Talita Silveira

O livro “**Tríade universitária na Biblioteconomia da UNIR**” é o resultado do trabalho coletivo de docentes e discentes do curso de Biblioteconomia da Universidade Federal de Rondônia, a UNIR. Os capítulos apresentam recentes experiências de ensino, relatam pesquisas, em sua maioria advindas de trabalhos de conclusão de curso, e explicitam projetos de extensão desenvolvidos no âmbito do Departamento Acadêmico de Ciência da Informação.

O curso de Biblioteconomia da UNIR foi iniciado em 2009, passou por uma reformulação do seu projeto pedagógico em 2018 e, em 2023, foi avaliado pelo Inep/MEC com a nota 5, a maior pontuação possível de um curso de graduação. Essa nota consolidou os esforços da gestão da Universidade Federal de Rondônia em propiciar melhor infraestrutura e novos servidores e o trabalho do corpo docente na dinamização do curso.

Este livro é também fruto do trabalho da turma de Editoração de 2025.2, em parceria com o Selo Nyota, que supervisiona o trabalho de editoração realizado pela turma, orientada pelas professoras doutoras Andréa Doyle e Franciéle Garcês-da-Silva. Em um esforço de curricularização da extensão, o projeto derivado da

disciplina oportuniza a discentes atuar em situação real de trabalho com a produção de um produto concreto, uma contribuição efetiva ao curso e à comunidade biblioteconômica como um todo.

Os nove estudos apresentados revelam um eixo comum: a informação está no centro da construção de sentidos, da mediação cultural, da garantia de direitos e da formação de narrativas sociais. Embora tratem de temas distintos — arte independente, museus, políticas editoriais, acessibilidade, desinformação, comunicação científica e mediação informacional —, todos demonstram como o modo de organizar, circular e acessar informações impacta diretamente a vida social, cultural e política.

A pesquisa do grupo de estudo coordenado pela professora doutora Djuli Machado de Lucca reforça a importância da cooperação acadêmica e da produção coletiva de conhecimento. O estudo evidencia que experiências de ensino e extensão do grupo de pesquisa GCInMe funcionam como espaços de construção metodológica, troca de saberes, fortalecimento científico e formação de novos pesquisadores.

O estudo sobre mediação da informação aprofunda o entendimento desse processo como prática social que conecta pessoas, contextos e sentidos. Ao discutir dimensões teóricas e aplicações práticas, a pesquisa demonstra que mediar informação não é apenas transmitir conteúdos, mas interpretar, contextualizar e criar condições de compreensão.

O estudo sobre o projeto Divulga-CI destaca o papel da divulgação científica na formação de uma cultura informational mais crítica. Ao analisar práticas, formatos e

estratégias de comunicação, a pesquisa mostra como iniciativas de popularização da ciência podem ampliar o acesso ao conhecimento e aproximar produção acadêmica e sociedade.

A pesquisa sobre o Museu Itinerante 3D revela como práticas de mediação cultural aproximam o público do patrimônio e da memória estadual, ao mesmo tempo em que expõem os desafios de comunicação entre instituições, territórios e comunidades. A mediação se afirma como ponte entre informação e experiência cultural.

No campo da arte e da música, o estudo sobre o movimento “MPBera” evidencia o papel essencial da presença digital, dos algoritmos, dos metadados e das estratégias de visibilidade. Esses elementos se tornaram fundamentais para ampliar o alcance de produções historicamente marginalizadas, especialmente as oriundas da região Norte.

O trabalho sobre o mapeamento de livros de arte evidencia a importância da organização informacional na construção de acervos e na preservação da memória artística. Ao analisar critérios de descrição, curadoria e acesso, o estudo mostra como catálogos bem elaborados tornam obras, autores e movimentos mais visíveis e pesquisáveis.

A pesquisa sobre desinformação de gênero e discurso de ódio, tomando como referência o caso da pugilista Imane Khelif nas Olimpíadas de 2024, expõe o lado mais nocivo do ecossistema informacional. *Fake news* e ataques transfóbicos distorcem fatos, reforçam preconceitos e moldam percepções. Entender esses

mecanismos é fundamental para enfrentar a desinformação e promover ambientes digitais mais éticos.

O estudo sobre acessibilidade nas políticas editoriais destaca que democratizar o conhecimento exige mais que intenção. Diretrizes claras, práticas permanentes e ações efetivas são necessárias para garantir justiça informacional. A ausência de políticas consolidadas evidencia que o acesso pleno ainda é um desafio importante no campo editorial.

O estudo “O processo de curadoria de dados junto às bibliotecas universitárias de Porto Velho/RO” realizou um mapeamento das instituições de ensino que possuem políticas voltadas para repositórios digitais. A pesquisa mostrou que os gestores dessas unidades ainda têm pouco domínio sobre práticas de curadoria de dados, embora demonstrem abertura para conhecer novas possibilidades e caminhos na área. Observou-se também que, apesar de existirem planos de gestão de pesquisa, eles estão desatualizados e não contemplam estratégias de preservação digital.

Em conjunto, todas essas pesquisas deixam claro que a informação não é neutra. Ela constrói identidades, legitima discursos, amplia ou restringe acessos, fortalece culturas ou sustenta estruturas opressivas. Organizar, mediar, avaliar e tornar acessíveis os fluxos informacionais não é somente uma tarefa técnica, é um ato profundamente político.

Compreender os processos informacionais é compreender também as dinâmicas sociais do país. A luta pela informação na arte independente, nas instituições culturais, nas políticas públicas, nos catálogos, nos grupos

de pesquisa, na comunicação científica e nas redes sociais é, no fundo, uma luta por visibilidade, equidade, pertencimento e justiça social. O campo da informação se torna, cada vez mais, um espaço estratégico para pensar o Brasil.

Capítulo 1

PARA ALÉM DA PESQUISA: EXPERIÊNCIAS DE ENSINO E EXTENSÃO DO GRUPO DE PESQUISA GCINME

Djuli Machado De Lucca

Priscila Maria Ferreira Guarate

INTRODUÇÃO

A função de uma universidade é compreendida a partir do tripé ensino, pesquisa e extensão (Tango *et al.*, 2020). No que diz respeito ao ensino, suas atividades buscam promover a formação de profissionais qualificados nas respectivas áreas do conhecimento, não somente para o mercado profissional, mas também para a sociedade de um modo geral. No âmbito da pesquisa, suas atividades buscam promover inovações para suprir as demandas da sociedade, e a partir do diálogo entre os conhecimentos produzidos dentro dela, e os conhecimentos populares, é

promovida a extensão do ensino, onde a confluência dos saberes se comunica com a ação educativa de caráter libertador (Freire, 1983).

Para além do ensino, da pesquisa e da extensão, compreendemos a universidade como um ambiente que promove a qualidade de vida e o bem-estar das pessoas (Tango *et al.*, 2020): a partir do conhecimento produzido por ela, orientado pelos problemas da sociedade a qual faz parte, a Universidade busca minimizar os problemas sociais de desigualdades e iniquidades, dentre tantos problemas que permeiam a vida do ser humano (Santos, 2005).

As universidades tornam-se trunfos principalmente quando se fala em regiões que são consideradas periféricas. Ao observar o Brasil, um país de tamanho continental, é possível afirmar que, se tratando de produção de ciência, existe uma polarização de produção de conhecimento científico entre as regiões do país. De acordo com o relatório do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), quanto aos Indicadores de Ciência, Tecnologia e Inovação do Brasil, no ano de 2023 a Região Sudeste recebeu 61% de dispêndios, isto é, recursos, dos governos estaduais, contra 5,6 % da Região Norte (MCTI, 2025). Essa polarização pode ser explicada em partes pelos níveis de desenvolvimento econômico e social da região, além do baixo investimento em educação por parte dos governos estaduais (MCTI, 2025). Neste quesito a Região Norte, Região Amazônica, segue engatinhando.

Dotada de grande diversidade e complexidade (Gonçalves, 2001), a Região Amazônica vivencia diversos desafios, principalmente em relação ao acesso aos “[...]

Bens e Serviços Sociais (BSS) como educação, saúde, energia, crédito e apoio ao trabalho [...]” (Chaves; Almeida; Chaves, 2024), tornando-a uma região com índices de vulnerabilidade social elevados (Plataforma Amazônia Legal em Dados, 2025). Nesse contexto, a Universidade Federal de Rondônia (UNIR), enquanto Instituição Superior de Pesquisa, estrategicamente localizada na Região amazônica, possui como missão: “Cultivar saberes e produzir conhecimentos com inovação e impacto social, formando cidadãos para contribuir com o desenvolvimento da Amazônia” (UNIR, 2025, não paginado).

Atrelando a Ciência da informação ao contexto da Região amazônica, entendemos que a informação é o elemento base para a autonomia e pensamento crítico das pessoas: a informação assimilada e ressignificada pelo indivíduo é capaz de modificar o estado de consciência do indivíduo, construindo um conhecimento que aliado a prática, pode mudar a realidade social do indivíduo e do grupo social ao qual ele faz parte (Barreto, 1994). Isso significa que a informação, quando assimilada pelas pessoas, pode auxiliar na mitigação do estado de vulnerabilidade social.

Ou seja, enquanto uma área do conhecimento que se debruça sobre as questões que permeiam o objeto da informação, seus fluxos e desdobramentos (Borko, 1968), a Ciência da Informação também parte de uma perspectiva social, voltada à percepção de que as relações e contextos sociais são inseparáveis do fenômeno da informação (Araújo, 2003).

O conhecimento científico em Ciência da Informação se constrói no bojo dos grupos de pesquisa

vinculados às universidades e institutos de pesquisa brasileiros. Caracterizados como a junção de pesquisadores, estudantes e técnicos que se reúnem em prol de uma temática em comum para explorá-la cientificamente (De Lucca, 2023), os grupos de pesquisa, a partir da união desses indivíduos, promovem uma profunda interação e descobrimento de habilidades individuais, o que possibilita a geração de novos produtos científicos e tecnológicos (Santana *et al.*, 2014), que beneficiam a sociedade. Ou seja, um grupo de pesquisa, alinhado ao desenvolvimento da Região Amazônica, principalmente no que diz respeito à “transformação social, a valorização da diversidade regional e a formação crítica de seus estudantes” (UNIR, 2025, não paginado), pode promover transformação desse território e das pessoas que moram nele.

Assim, considerando: a) a missão universitária de desenvolver atividades de ensino, pesquisa e extensão, buscando minimizar desigualdades e iniquidades, e b) a necessidade de construir conhecimento sob o ponto de vista da Região Amazônica no âmbito da Ciência da Informação; buscamos nesse capítulo apresentar a trajetória temporal e as atividades desenvolvidas pelo Grupo de Pesquisa Competência em Informação e Mediação (GCInMe). O GCInMe foi um grupo de pesquisa da área da Ciência da Informação vinculado à UNIR, uma Universidade localizada na Região Norte do Brasil, na Amazônia Brasileira. A partir da missão vinculada à construção de conhecimento em Competência em Informação, o grupo de pesquisa promoveu ensino, pesquisa e extensão entre os anos de 2018 e 2025.

HISTÓRIA DO GCINME

Para adentrar na história do Grupo de Pesquisa Competência em Informação e Mediação (GCINME), é preciso que primeiro seja conhecido o contexto do curso de graduação em Biblioteconomia, no campus da UNIR em Porto Velho - Rondônia, no ano de 2018, o ano de criação do grupo de pesquisa.

Em primeiro lugar, o curso de Biblioteconomia da UNIR teve seu primeiro Projeto Pedagógico de Curso (PPC) aprovado no ano de 2008, sendo a primeira turma ingressante no ano de 2009. Inicialmente, o curso era denominado ‘Ciência da Informação’. Essa nomenclatura se deu na ocasião em que a universidade compreendeu “que seria necessário privilegiar, na formação do bibliotecário, o trabalho com ferramental tecnológico, em sistemas de informações tecnológicas e empresariais, sem descuidar do campo social” (De Lucca; Maroldi; Fernandes, 2020, p. 204), uma vez que Rondônia se encontrava, naquele momento, em fase de grandes mudanças urbanas e sociais (Fundação Universidade Federal de Rondônia, 2008 *apud* De Lucca; Maroldi; Fernandes, 2020).

Conforme De Lucca, Maroldi e Fernandes (2020), no ano de 2011 ocorreu a mudança para a denominação “Bacharelado em Biblioteconomia”, em virtude de

[...] uma reivindicação dos alunos que almejavam entrar no mercado de trabalho em conformidade com as bases institucionais da área, ou seja, com as normas do Conselho Federal de

Biblioteconomia que não regulamenta os cursos de graduação em Ciência da Informação (De Lucca; Maroldi; Fernandes, 2020, p. 206).

Ainda conforme os autores, a formação hoje estabelecida no PPC contempla disciplinas que estão voltadas para a formação de profissionais que atuem em diversos tipos de bibliotecas, e também para além desses espaços, o curso está voltado ao mercado empresarial, as indústrias, em websites “[...] sintetizando, em todos os setores que trabalham com o processo de desenvolvimento do Estado e suas potencialidades, por meio da Informação e/ou documentação” (Fundação Universidade Federal de Rondônia, 2018 *apud* De Lucca; Maroldi; Fernandes, 2020, p. 207).

Com relação às atividades desenvolvidas para a formação dos alunos do curso, De Lucca, Maroldi e Fernandes (2020, p. 207) mencionam que

[...] os conteúdos e as atividades elaboradas para o desenvolvimento do curso aliam experiências individuais de cada aluno, necessidades e contextos da região, técnicas bibliotecárias de organização e gestão da Informação, fundamentos teóricos da área e tecnologia da Informação. Elementos que, utilizados de maneira eficaz, suprem a demanda de uma sociedade que necessita de produtos e serviços de

informação para o seu desenvolvimento e bem-estar.

A UNIR é bastante singular no que diz respeito à infraestrutura, que é um ponto bastante importante para a comunidade acadêmica. Essas questões merecem um espaço dedicado neste texto, para que o leitor compreenda todas as nuances que envolvem o desenvolvimento de atividades de ensino, pesquisa e extensão nessa Universidade.

A Universidade fica localizada num espaço bastante afastado da cidade - embora arborizado, é distante de toda e qualquer infraestrutura. O câmpus fica na cidade de Porto Velho, na BR 364 – Sentido Acre. Para chegar à Universidade, é preciso percorrer um caminho de aproximadamente 15 quilômetros de rodovia. De um lado, floresta, do outro, o imenso Rio Madeira – mas antes de chegar ao rio, mais um pouco de floresta é preciso percorrer. É esse caminho que os estudantes cruzam, todos os dias letivos, para participar das aulas. Não só os estudantes: técnico-administrativos, docentes e a comunidade em geral.

A linha de ônibus é deficitária, e os estudantes se queixam muito da superlotação dos ônibus, que somente passam de 20 em 20 minutos em horários de pico. Diante das condições, é natural que na UNIR não se alimente a cultura de viver a Universidade. A infraestrutura é deficitária: não existem espaços de convivência, tampouco para eventos. O restaurante universitário foi inaugurado em 2024, depois de muitas promessas. Para as formaturas, é preciso pegar emprestado um auditório de outra

instituição. O espaço físico é insuficiente para os professores: o departamento de Ciência da Informação possui uma sala para a chefia e outra para os professores, onde são realizadas as reuniões de departamento. A sala dos professores é pequena. Não há espaço para o desenvolvimento das atividades pelos bolsistas discentes, que são poucos, tendo em vista que os recursos recebidos pela Universidade são escassos.

Neste cenário, a recém-empossada docente Djuli Machado de Lucca - que depois se tornou líder do GCIInMe - percebeu que faltava, aos alunos, a visão macro da área, da profissão e da sociedade. Faltava, também, motivação para se integrar à área, como, por exemplo, participar de eventos, de discussões, desenvolver pesquisas. Os alunos apenas realizavam aquilo que era fundamental para a obtenção do diploma: comparecimento às aulas e aprovação nas atividades avaliativas.

Diante disso, foi sugerido pela docente a ideia de promover grupos de discussão, para o desenvolvimento do pensamento crítico e de visão macro da área e da profissão. E, ainda, a ideia de estimular, de alguma forma, a prática da pesquisa. Dessa maneira, surgiu no âmbito do CNPq e da UNIR, o GCIInMe – Grupo de Pesquisa Competência em Informação e Mediação que, sob a liderança daquela docente, integrou estudantes e pesquisadores do Brasil inteiro (quadro 1) entre os anos de 2018 até 2025, vinculados a instituições como a UFSC, o IBICT e a UFPR (De Lucca, 2023).

O grupo foi criado oficialmente no dia 30 de agosto de 2018, pela Portaria n. 058/2018/PROPESQ/UNIR, e possuiu como objetivo:

[...] explorar a competência em informação e suas múltiplas dimensões e manifestações nas pessoas. As investigações e atividades desenvolvidas pelo grupo, que buscam promover a inter-relação entre estudantes, professores, demais pesquisadores e comunidade, dão conta de refletir sobre os condicionantes sociais que interferem nos processos de desenvolvimento da competência em informação das pessoas e promover conhecimentos capazes de possibilitar que as pessoas possam construir missões bem-sucedidas com base no conhecimento, considerando suas particularidades e especialmente aquelas relacionadas à vulnerabilidade das pessoas na região amazônica. A lente a observar o movimento parte do viés da mediação da informação, na medida em que se explora possibilidades de atuação do profissional da informação nesse processo (CNPQ, 2025).

Atuando com a linha de pesquisa “Competência em Informação para o contexto amazônico”, voltada à construção de conhecimento sobre o movimento da competência em informação no contexto amazônico (De Lucca, 2023), o grupo de pesquisa esteve atrelado a Ciência da Informação, tendo como proposta de estudo e análise a disciplina de Competência em informação, um conjunto de

habilidades técnicas ou cognitivas para acessar conteúdos informacionais (Vitorino; Piantola, 2009), e além disso, “[...] tirar o máximo de proveito da informação disponível para atingirem suas metas de desenvolvimento pessoal, cidadania, liberdade e bem-estar” (De Lucca, 2023, p. 173).

Quadro 1 - Membros do grupo de pesquisa, 2025.

Recursos humanos

Pesquisadores	Titulação máxima	Data inclusão	Ações
André Luiz Appel	Doutorado	06/08/2023	
Andréa Doyle Louzada de Mattos Dodebeir Aymonin	Doutorado	04/03/2022	
Angerlania Rezende	Mestrado	28/08/2018	
Daiani Lúdrika Barth	Doutorado	20/11/2019	
Djuli Machado De Lucca	Doutorado	28/08/2018	
Elizete Vieira Vitorino	Doutorado	28/03/2018	
Patrícia da Silva Neubert	Doutorado	20/07/2019	
Wellington Marçal de Carvalho	Doutorado	29/08/2018	
Estudantes	Nível de Treinamento	Data inclusão	Ações
Íasmim Farias Campos Lima	Graduação	03/11/2023	
Matheus Santos da Silva	Graduação	04/03/2022	
Priscila Maria Ferreira Guarate	Doutorado	19/06/2023	
Yasmin do Nascimento Vieira	Não há formação em andamento	04/03/2022	
Técnicos	Formação acadêmica	Data inclusão	Ações
Eduardo Silveira	Doutorado	20/07/2019	

Fonte: CNPQ (2025).

Como missão, o GclnMe considerou o contexto amazônico como um vasto campo para a construção de um conhecimento “pluriversitário”, que é construído dentro da

academia com o auxílio da comunidade, considerando as demandas dessa comunidade para juntos alcançar uma melhoria para a sociedade, em um fazer científico que é voltado para melhorar a vida das pessoas que estão em seu entorno. Neste sentido, ao explorar a competência da informação nas pessoas como uma ferramenta para combater a vulnerabilidade social que as assola, o grupo de pesquisa promoveu melhoria para a vida das pessoas.

Cabe ressaltar que, na ocasião de criar o GcInMe, também foi criada a disciplina de Competência em Informação que, até o ano de 2018, ainda não havia sido ofertada no curso de Biblioteconomia da UNIR. A partir dessas duas iniciativas, o grupo de pesquisa e a criação da disciplina, foram desenvolvidas várias atividades envoltas na tríade ensino, pesquisa e extensão que serão apresentadas na próxima seção.

ATIVIDADES DO GCINME CONTEMPLANDO A TRÍADE UNIVERSITÁRIA: ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

Conforme dito na seção anterior, o grupo de pesquisa iniciou primeiramente buscando sanar uma lacuna no currículo do curso de Biblioteconomia, a inclusão da disciplina de Competência em Informação. Como os alunos não estavam familiarizados com o conceito de competência em informação, pode-se afirmar que as primeiras atividades do grupo de pesquisa estão voltadas ao ensino. Desta forma, a disciplina DEP00149 – Competência em Informação foi ofertada pela primeira vez no semestre letivo de 2018/2 (De Lucca, 2023) e continua a

fazer parte do currículo do curso de graduação em Biblioteconomia, sendo ofertada também no semestre de 2025/1.

A oferta da disciplina foi importante para compor a formação de profissionais, uma vez em que a competência em informação é um dos elementos de trabalho da pessoa bibliotecária, mas principalmente para que esses alunos também fossem estimulados quanto ao desenvolvimento do pensamento crítico, sobretudo no cenário social ao qual estavam envolvidos. Uma forma de materializar essa percepção é a atividade final da disciplina, que envolve uma ação de popularização do movimento da competência em informação alinhado ao cenário social, como por exemplo, o combate às *fake news* na época das eleições de 2018.

Com o patrocínio de uma empresa de consultoria e arquivo localizada na cidade de Porto Velho, foram confeccionados trezentos folders cujo conteúdo envovia o reconhecimento das *Fake News* e a identificação das fontes de informação confiáveis para a construção de experiências bem-sucedidas com base no conhecimento. Na praça central da cidade, a atividade de conscientização durou três horas e os transeuntes puderam sanar suas dificuldades com relação aos processos de avaliação da informação (De Lucca, 2023, p. 181).

Em outra atividade final, no semestre 2019/2, os alunos também trabalharam com uma ação de popularização em prol do combate às *fake news*, mas dessa vez com o público escolar da comunidade da Vila Princesa, em torno de uma área de descarte de lixo a 15km do centro de Porto Velho, onde moram cerca de 400 famílias (Alessi, 2018).

A atividade envolveu teatro de fantoches com cerca de quinze estudantes e o enredo da história envovia o compartilhamento de Fake News e os malefícios que essa prática trazia para o desenvolvimento orgânico da sociedade (De Lucca, 2023, p. 181).

Em relação às atividades desenvolvidas na esfera de pesquisa, estas estão representadas pelos projetos de pesquisa realizados entre 2020 e 2025, na UNIR, por membros vinculados ao GCInMe, cujos objetivos estão descritos no quadro 2.

Quadro 2 - Projetos de pesquisa desenvolvidos pelo GCInMe

Projeto de pesquisa	Descrição/objetivos do projeto	Recursos humanos
Vinte anos de produção científica sobre competência em informação no Brasil: um estudo bibliométrico.	Identificar aspectos referentes ao cenário das explorações científicas do movimento da competência em informação no Brasil; Identificar as ações necessárias ao crescimento do movimento nessa esfera	Iniciação Científica do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica, do

Projeto de pesquisa	Descrição/objetivos do projeto	Recursos humanos
	geográfica tanto no âmbito científico quanto no âmbito social;	CNPq.
Letramento informacional em saúde das pessoas a partir da mediação da informação	O projeto parte da compreensão de que um dos benefícios-chave do desenvolvimento da competência em informação inclui a saúde, a qualidade de vida e o bem-estar, e isso envolve a participação ativa dos sujeitos na sua própria saúde. O projeto busca construir significados sobre o Letramento Informacional em Saúde (LIS) no Brasil e incorporá-lo no debate da Ciência da Informação, que ainda é incipiente.	Iniciação Científica do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica, do CNPq.
Discurso de ódio encoberto contra mulheres cisgênero em aplicativos de relacionamento: uma proposta de taxonomia	O projeto tem como objetivo mapear expressões de discurso de ódio encoberto contra mulheres em aplicativos de relacionamento no Brasil, a partir das descrições pessoais (bio) em perfis de homens cisgênero que se identificam como heterossexuais. Essa proposta ainda inclui uma construção taxonômica de expressões misóginas, que são	Financiado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ); Equipe técnica composta por 4 docentes e 3 discentes.

Projeto de pesquisa	Descrição/objetivos do projeto	Recursos humanos
	validadas a partir das percepções de mulheres usuárias do aplicativo. A intenção por detrás da proposta é contribuir para a identificação e a prevenção de potenciais efeitos do discurso de ódio, que, ao passar despercebido em expressões e termos igualmente encobertos, pode naturalizar e perpetuar sistemas de opressão social.	

Fonte: Adaptado e atualizado de De Lucca (2023).

Além dos projetos de pesquisa envolvendo os membros do GCIInMe, também houve as orientações de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), com temáticas que perpassam a competência em informação. No anos de 2018 a 2025, foram defendidos 31 TCCs vinculados direta ou indiretamente ao grupo de pesquisa.

Voltado à esfera de extensão, foi desenvolvido inicialmente um grupo de estudos, denominado ‘Grupo de estudos sobre Competência em Informação’. Para a participação desse grupo foram convidados os alunos da graduação do curso de Biblioteconomia da UNIR, a comunidade universitária em geral e também o público externo da Universidade, caso tivessem interesse na temática.

A proposta desse grupo de estudos era justamente a iniciação dos estudos na temática, “[...] tendo em vista que

muitos deles estavam deixando a Universidade com essa lacuna em sua formação – em virtude da tardia incorporação da disciplina no curso” (De Lucca, 2023, p. 184). Nessa proposta, os encontros eram realizados uma vez no mês na sala de videoconferências da biblioteca da UNIR, agregando em torno de oito a dez pessoas (Figura 1).

Figura 1 - Registro do primeiro encontro do GCInMe



Fonte: Acervo pessoal das autoras (2020). Membros do GCInMe da esquerda para a direita: Priscila Guarate, Djuli Machado de Lucca, Janiele Ribeiro, Camila Furtado, Alina Reis, Cassiane Macedo, Daiani Ludmila Barth, Thays Guarati e Thalya Rodrigues.

Algumas vezes, os autores dos artigos discutidos aceitaram participar das discussões via videoconferência, o que motivou os estudantes, incentivando o sentido de pertencimento deles à “comunidade científica brasileira de Ciência da Informação”. Alguns pesquisadores que já participaram: Anna Cristina A. Brisola (IBICT), Andrea Doyle (IBICT/UNIR), Leonardo Rippol (UFSC), Luis Cláudio Borges (UNIR), Elizete Vieira Vitorino (UFSC), dentre outros. Todos

esses autores publicam temáticas que envolvem: Competência em Informação, profissional da informação, teoria crítica na Ciência da Informação. Essa última, é oportuna para discussões que envolvem: exclusão social, alienação e opressão, desigualdade, desequilíbrio nas relações de poder, temas oportunos para estimular o desenvolvimento do pensamento crítico dos estudantes.

Cabe ressaltar que os encontros continuaram a ocorrer mesmo no período pandêmico, que, respeitando os protocolos de biossegurança do campus, foram realizados em modo online. Os frutos desses encontros renderam a leitura e estudo de mais de 15 textos sobre a competência em informação (Quadro 3).

Quadro 3 - Relação de textos discutidos nas reuniões do GCIInMe

Data	Textos discutidos
23/11/2018	A competência crítica em informação como resistência: uma análise sobre o uso da informação na atualidade (Brisola; Romeiro, 2018)
14/12/2018	Competência em informação no contexto da vulnerabilidade social: conexões possíveis (Righetto; Vitorino; Muriel-Torrado, 2018)
04/09/2019	Ideologia e competência crítica em informação: um olhar para os movimentos da biblioteconomia crítica (Doyle, 2018)
09/10/2019	Competência em informação e desinformação: critérios de avaliação do conteúdo das fontes de informação (Zattar, 2017)
20/11/2019	Contribuições freireanas para os estudos de Competência Crítica em Informação: da experiência à práxis (Brisola; Schneider, 2019)
04/12/2019	O papel social do bibliotecário voltado às pessoas trans: aproximações teóricas (Righetto; Cunha; Vitorino, 2019)

Data	Textos discutidos
30/03/2020	Regimes de Verdade e poder: dos tempos modernos à era digital (Bezerra; Capurro; Schneider, 2017)
04/05/2020	Desinformação e informação semântica: a filosofia da informação e o pensamento de Luciano Floridi na contribuição à confiabilidade informacional (Ripoll; Matos, 2020)
05/08/2020	Teoria Crítica da Informação: proposta teórico-metodológica de integração entre os conceitos de regime de informação e competência crítica em informação (Bezerra, 2020)
17/05/2022	Políticas e práticas de desenvolvimento de programas de competência informacional em bibliotecas universitárias espanholas. (Gonçalves; Cuevas-Cerveró, 2016) La Agenda 2030 y la lectura: una iniciativa de alcance internacional en bibliotecas públicas en niños y jóvenes en situación de exclusión social (Valero; Cuevas-Cerveró, 2019)
24/05/2022	(reunião de discussão para mesa redonda Aurora Cuevas) Competência em informação: relatório de pesquisa realizada com os dirigentes de bibliotecas de instituições de educação superior do sul do Brasil. (Vitorino, 2016). Indicadores para a competência em informação no Brasil: virtudes e tendências (Vitorino, 2021).
10/03/2023	Planejamento de atividades do GCInMe para o primeiro semestre de 2023. Conversou-se sobre a possibilidade de curso de extensão, para agregar alunos e professores, e o ensaio a ser finalizado até o fim do primeiro semestre.
24/03/2023	Discussão sobre o documentário “Carta para além dos muros”

Data	Textos discutidos
05/05/2023	Competência crítica em informação em saúde: reflexões teóricas sobre a condição de vulnerabilidade de refugiados (Mello; Martínez-Ávila, 2022) Justiça social e população negra: um olhar teórico-crítico para Competência em Informação (Silva et al., 2022)

Fonte: Elaborado pelas autoras (2025).

Além do grupo de estudos, em 2020 foi desenvolvido o projeto de extensão do Cineclube GCInMe. O cineclube foi uma iniciativa dos professores vinculados ao grupo de pesquisa com o propósito de ampliar o leque de possibilidades para o desenvolvimento do pensamento crítico dos alunos, para além dos grupos de discussão. Com o objetivo de discutir questões de justiça social, homossexualidade, machismo, racismo e outros temas oriundos dos desequilíbrios sociais de poder, o projeto foi coordenado por membros do GCInMe. Em parceria com a distribuidora de filmes Vitrine Filmes, foi possível ter acesso ao direito de exibição de 10 filmes para serem assistidos na Universidade, inclusive o filme Bacurau, “[...] que ficou em cartaz apenas três dias na cidade de Porto Velho e no Estado de Rondônia, tendo depois ‘sumido’ dos cinemas sem justificativa qualquer” (De Lucca, 2023, p. 185).

O contexto da pandemia influenciou grande parte das discussões e produções do grupo de pesquisa. Com o surgimento da pandemia também eclodiram diversos fenômenos informacionais como o negacionismo científico, pós-verdade e desinformação, o que evidenciou uma problemática social que é “a falta de capacidade de

discernir o que é notícia e o que é Fake News” (De Lucca, 2023, p. 185). Neste cenário, foi discutido pelo grupo a urgência de se discutir estratégias para o desenvolvimento da competência em informação nas pessoas, especialmente os estudantes de Biblioteconomia e os bibliotecários formados, com o propósito de formar multiplicadores que levem o movimento da competência em informação para outras pessoas.

A partir das discussões, foram desenvolvidos pelo GCInMe dois cursos de extensão, com a participação dos estudantes de Biblioteconomia e Ciência da Informação, bem como os profissionais que atuam em bibliotecas do Brasil. O primeiro curso foi intitulado “Usuários da informação: em foco, a competência em informação” sendo desenvolvido no mês de setembro de 2020, e o segundo curso, “Competência em informação nas bibliotecas: teoria e prática”, foi desenvolvido entre abril e maio de 2021.

Outras atividades de extensão do GCInMe envolveram uma colaboração com o Grupo de Estudos e Pesquisas em Competência em Informação (GPCIN), da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), liderado pela Profa. Dra. Elizete Vieira Vitorino, juntamente com a parceria da Universidade Complutense de Madrid, representada pela Profa. Dra. Aurora Cuevas-Cerveró, para promover o evento “Competência em Informação nos cenários Brasileiro e Hispânico: pesquisas em andamento e estágio atual” (Figura 2).

O objetivo do evento foi promover diálogos para a promoção de estratégias para o desenvolvimento da competência em informação na atividade profissional, a

partir dos relatos de iniciativas nesse âmbito, desenvolvidas tanto no Brasil como na Espanha. O evento foi realizado por transmissão online no canal do Youtube Encontros Bibli & PGCIN-UFSC.

Figura 2 - Registro do evento Competência em Informação nos cenários Brasileiro e Hispânico: pesquisas em andamento e estágio atual



Fonte: Canal Encontros Bibli & PGCIN-UFSC (2022).

Além dos cursos, as discussões do grupo de pesquisa renderam outros frutos. Na penúltima reunião do ano de 2023, foi discutido o documentário “Cartas para além dos muros.” Com direção de André Canto, o documentário aborda o contexto da trajetória da AIDS/ HIV no Brasil ao longo de 30 anos, explorando tanto os avanços médicos como também os desafios sociais, frutos desse contexto epidêmico, como os preconceitos e estigmas com as pessoas que contraem a doença, as lacunas na comunicação e os tratamentos de saúde.

As discussões a respeito desse documentário se transformaram em uma resenha crítica intitulada “Informação sobre saúde e a epidemia de AIDS: Reflexões sobre o documentário “Carta para além dos muros”, com autoria de Djuli Machado de Lucca, Camila Letícia Melo Furtado e Priscila Maria Ferreira Guarate (Figura 3).

Figura 3 - Captura de tela da página da revista Divulga-CI

Divulga-CI
REVISTA DE DIVULGAÇÃO CIENTÍFICA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

SOBRE ▾ EDIÇÃO ATUAL EDIÇÕES ANTERIORES



Informação sobre saúde e a epidemia de AIDS: Reflexões sobre o documentário “Carta para além dos muros”, por Djuli Machado de Lucca, Camila Letícia Melo Furtado e Priscila Maria Ferreira Guarate

As pesquisadoras, Djuli de Lucca, Camila Furtado e Priscila Guarate, do Grupo de Pesquisa Competência em Informação e Mediação (GCIInMe), da Universidade Federal de Rondônia, trazem uma discussão sobre o documentário “Carta para além dos muros”, uma produção brasileira lançada em 2019 sob a direção de André Canto e produção de André Canto e Rodrigo Ferrante.

v. 1, n. 10, dez. 2023
8 minutos de leitura

Fonte: Divulga-CI (2025).

Neste trabalho as autoras traçam relações entre o contexto de infodemia ocasionado pela pandemia do coronavírus com a epidemia da AIDS nos anos 80, associando o papel da competência em informação nesses

dois cenários, principalmente voltada à promoção de estratégias para o combate e resolução de crises de saúde pública a partir da informação em saúde (De Lucca; Furtado; Guarate, 2023).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os relatos das atividades do Grupo de Pesquisa Competência em Informação e Mediação (GCInMe) demonstram que o envolvimento dos alunos e docentes da Universidade em prol da competência em informação promoveram uma profunda interação e descoberta de habilidades individuais.

Ao participar das atividades desenvolvidas pelo GCinMe, os membros do grupo, especialmente os alunos envolvidos, desenvolveram habilidades investigativas e críticas que são requeridas de um pesquisador ou estudante vinculado a um grupo de pesquisa. A partir dessas habilidades tornam-se capazes de desenvolver pesquisas de alto impacto, isto é, que efetivamente, promovam mudanças na sociedade e, no caso de um grupo de pesquisa vinculado a uma ciência social aplicada, essa mudança de sociedade seria em direção a qualidade de vida das pessoas de um modo geral.

Os frutos desse envolvimento foram apresentados ao longo do capítulo. A união dos membros do grupo de pesquisa produziram tanto produtos científicos como também promoveram impactos sociais na forma de cada pessoa afetada na trajetória de encontros do GCInMe. E para além disso, o grupo de estudos plantou sementes em

um campo fértil: por meio da vivência do grupo de pesquisa, as membras Camila Furtado e Priscila Guarate puderam vivenciar a pós-graduação em outro estado, ampliando horizontes e construindo carreiras acadêmicas, e elas não serão as únicas.

REFERÊNCIAS

ALESSI, G. Vila Princesa, a favela onde 400 famílias vivem do lixo: Em comunidade de Porto Velho, adultos e crianças tiram seu sustento do lixão. **El País**, Porto Velho, 25 mar. 2018. Disponível em:

https://brasil.elpais.com/brasil/2018/03/22/politica/1521727362_047016.html#?prm=copy_link. Acesso em: 29 out. 2025.

ARAÚJO, C. A. A. A Ciência da Informação como ciência social. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 32, n. 3, p. 21-27, set./dez. 2003. Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/ci/a/DZcZX SqTbWHpF6fhRm8b9fP/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 13 set. 2025.

BARRETO, A. A questão da informação. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 8, n. 4, 1994.

BORKO, H. Information science: what is this? **American Documentation**, v. 19, 3-5, 1968.

CHAVES, M. P. S. R.; ALMEIDA, A. L.; CHAVES, J. M. R. Tecnologias sociais para inclusão social em comunidades tradicionais na Amazônia. **Inclusão Social**, Brasília, v. 17,

n. 2, p. 59-59, 2024. Disponível em:
<https://brapci.inf.br/v/298447>. Acesso em 12 set. 2025.

CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO
CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO. Diretório dos grupos de
pesquisa do Brasil. **Grupo de pesquisa Competência em
Informação e Mediação.** CNPQ, 2025. Disponível em:
<dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/7926242003924671>.
Acesso em: 12 set. 2025.

DE LUCCA, D. M.; FURTADO, C. L. M.; GUARATE, P. M. F.
Informação sobre saúde e a epidemia de AIDS: Reflexões
sobre o documentário “Carta para além dos muros”.
Divulga-CI, Porto Velho, v. 1, n.10, 2023. Disponível em:
<https://www.divulgaci.labci.online/v-1-n-10-dez-2023/>
Acesso em 12 set. 2025.

DE LUCCA, D. M. Grupo de Pesquisa Competência em
Informação e Mediação: contribuições para a temática da
competência em informação. **Folha de rosto:** revista de
biblioteconomia e ciência da informação, Juazeiro do
Norte, v. 9, n. 1, p. 171-190, jan./abr. 2023. Disponível em:
[https://periodicos.ufca.edu.br/ojs/index.php/folhaderosto
/article/view/969/735](https://periodicos.ufca.edu.br/ojs/index.php/folhaderosto/article/view/969/735) Acesso em: 12 set. 2025.

DE LUCCA, D. M; MAROLDI, A. M.; FERNANDES, J. C. 10
anos do curso de Biblioteconomia da Universidade Federal
de Rondônia: a trajetória apresentada por meio dos
Trabalhos de Conclusão de Curso. In: BARBALHO, R. C. S;
INOMATA, D. O. (Org). **Informação em Biblioteconomia.**
Manaus: Editora EDUA, 2020.

FREIRE, P. **Extensão ou comunicação?** 7. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983. 93 p.

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA:
Curso de Ciência da Informação. **Projeto Político-Pedagógico do curso de Ciência da Informação.** Porto Velho: DACI, 2008. Disponível em:
<http://www.biblioteconomia.unir.br/portal/2015/01/PPC-2008.pdf> Acesso em: 12 set. 2025.

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA:
Departamento de Biblioteconomia. **Projeto Político-Pedagógico do curso de Biblioteconomia (Bacharelado).** Porto Velho: DACI, 2018. Disponível em:
<http://www.biblioteconomia.unir.br/portal/2018/12/PPCCOMPLETO.pdf>. Acesso em: 12 set. 2025.

GONÇALVES, C. W. P. **Amazônia, Amazônias.** São Paulo: Contexto, 2001.

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO.
Indicadores nacionais de Ciência, Tecnologia e Inovação 2025. Brasília: MCTI, 2025. 171 p. Disponível em:
https://www.gov.br/mcti/pt-br/acompanhe-o-mcti/indicadores/paginas/publicacoes/arquivos/indicadores_cti_2025.pdf. Acesso em: 12 set. 2025.

PESQUISAS EM ANDAMENTO E ESTÁGIO ATUAL DA COMPETÊNCIA EM INFORMAÇÃO NA ESPANHA E NO BRASIL. YouTube: Encontros Bibli & PGCIN-UFSC,

Florianópolis, 2022. Disponível em:
https://youtu.be/uhRgZJ4_CrQ Acesso em: 12 set. 2025.

PLATAFORMA AMAZÔNIA LEGAL EM DADOS: visão integrada do território formado pelos nove estados da Amazônia Legal. [S.l.], 2022. Disponível em:
<https://amazonialegalemdados.info/home/home.php>. Acesso em: 12 set. 2025.

SANTANA, G. A. et al. Indicadores dos grupos de pesquisa da área de gestão da informação na região nordeste: um enfoque para a colaboração em artigos de periódicos. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 20, n. 3, p. 229-252, 2014. Disponível em:
<http://seer.ufrgs.br/index.php/EmQuestao/article/view/49322>. Acesso em: 12 set. 2025.

SANTOS, B. S. **A Universidade no século XXI:** para uma reforma democrática e emancipatória da Universidade. São Paulo: Cortez, 2005.

TANGO, M. D. et al. A missão da universidade no contexto da pandemia de Covid-19: o caso da Universidade de São Paulo. **Revista Fim do Mundo**, [s.l.], n. 3, set./dez. 2020. Disponível em:
<https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/RFM/article/view/10560>. Acesso em: 12 set. 2025.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA. **Missão, Visão, Valores.** Porto Velho, 2025. Disponível em:

<https://www.unir.br/pagina/exibir/78>. Acesso em 12 set. 2025.

VITORINO, E. V.; PIANTOLA, D. Competência informacional – bases históricas e conceituais: construindo significados. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 38, n. 3, 2009.

Disponível em:

<https://revista.ibict.br/ciinf/article/view/1236>. Acesso em: 13 set. 2025.

Capítulo 2

MEDIAÇÃO DA INFORMAÇÃO: FUNDAMENTOS E TIPOLOGIAS

Ana Carolina Malta

Andréa Doyle

A mediação da informação é um processo no qual o profissional da informação intermedia a relação entre a pessoa usuária e o registro informacional. No atual momento em que o acesso à internet é fácil, pode-se pensar que não há mais necessidade desse serviço. Ao contrário, a literatura destaca a importância de um profissional que seja capaz de filtrar e contextualizar a informação que o usuário recebe e necessita. A participação de um profissional da informação facilita a apropriação de informações que atendam, temporariamente e de forma parcial, a uma necessidade informacional, dando origem a conflitos e gerando novas demandas por informações (Almeida Júnior, 2009).

A mediação possibilita interferir no processo de interação da informação com o usuário, esse processo consegue produzir significado, veracidade e criticidade, impulsionando a compreensão sobre as injustiças. Assim,

a mediação da informação se apresenta como um instrumento de combate às desigualdades sociais (Benedito, Ribeiro, Woida, 2021).

Com isso, pretende-se responder à seguinte pergunta de pesquisa: *Como são apresentados os conceitos e tipologias de mediação da informação?* Logo, a investigação possui como objetivo geral apresentar os históricos, conceitos e tipos de mediação da informação. Para tal, os seguintes objetivos específicos foram definidos: a) explorar os fundamentos históricos e conceituais que sustentam a mediação da informação; e b) mapear e caracterizar as principais tipologias e dimensões que estruturam as práticas de mediação da informação.

A pesquisa realizada é de natureza básica, com abordagem qualitativa e método bibliográfico. Segundo Marina Marconi e Eva Lakatos (2002) esse tipo de investigação é voltado para o aprofundamento teórico de temas ainda pouco explorados ou que demandam maior sistematização conceitual. A abordagem qualitativa permite compreender os fenômenos em sua complexidade, valorizando os significados atribuídos pelos sujeitos e contextos em que se inserem. Já o método bibliográfico fundamenta-se na análise de obras e documentos previamente publicados, sendo essencial para a construção de referenciais teóricos sólidos no campo da mediação da informação.

Dessa forma, a escolha por uma pesquisa de natureza básica, com abordagem qualitativa e método bibliográfico, permite aprofundar a compreensão teórica sobre a mediação da informação, valorizando os discursos acadêmicos e as contribuições de autores que

consolidaram o conceito ao longo do tempo. A seguir, apresenta-se a revisão de literatura, que reúne contribuições de diferentes autores e correntes teóricas, com o propósito de contextualizar e sistematizar os conceitos e tipologias que estruturam a mediação da informação no campo da Ciência da Informação.

CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA E CONCEITOS DE MEDIAÇÃO DA INFORMAÇÃO

A mediação da informação tem suas raízes na filosofia e na história da humanidade. Desde os tempos antigos, a necessidade de organizar e transmitir conhecimento sempre foi essencial para a sociedade. Ana Martins e Regina Marteleto (2021), com base em seus estudos de Marx e Hegel, colocam que o ser social somente existe se consegue satisfazer as necessidades do corpo, o que acontece por meio da atividade produtiva do trabalho, mediadora da relação dos humanos com a natureza e dos humanos entre si.

Segundo as autoras (Martins; Marteleto, 2021), Hegel e Marx foram fundamentais para o desenvolvimento do conceito de mediação no contexto da dialética, abordando a relação entre sujeito e objeto. Hegel enfatizou a interação entre tese, antítese e síntese como um processo contínuo de desenvolvimento do conhecimento, enquanto Marx adaptou essa dialética para o materialismo histórico, destacando a influência das condições materiais e econômicas na produção e disseminação do conhecimento.

Durante a Idade Média, que foi marcada pela desintegração do feudalismo e a formação do capitalismo na Europa Ocidental, ocorreram mudanças nas esferas econômica, social, política e religiosa. A instituição que detinha o conhecimento e controlava o Estado era a Igreja, que impedia a livre disseminação do saber e do conhecimento, pois considerava este avanço perigoso para a sociedade, mantendo o conhecimento apenas envolto do clero, assim a Igreja dominaria por meio do controle do saber e da forte opressão (Silva et al., 2016).

Até meados da década de 1450, só era possível reproduzir um texto escrito à mão até que uma nova técnica baseada em tipos móveis e na prensa, conhecida como a imprensa de Gutenberg surgiu e transfigurou a relação com a cultura escrita (Chartier, 1998). A imprensa de tipos móveis possibilitou a capacidade de produzir textos em grande escala, o que democratizou o acesso à informação e ao conhecimento.

Na era digital, a informação passou a enfrentar novas formas e desafios. Com a facilidade de acesso à informação pela internet, questões referentes à qualidade e a veracidade da informação passaram a ser pautadas, assim como a necessidade de mediadores de informação. Para Isabella Assis e Lorena de Paula (2024) a tecnologia da informação é onipresente e pode ser encontrada e utilizada em diversos lugares e contextos. Os usos dessas tecnologias pelos usuários digitais trazem diversos desafios aos profissionais da informação que atuam como mediadores.

A mediação da informação começou a ser tratada primeiramente pela Biblioteconomia e posteriormente pela

CI (Ciência da Informação). No Brasil a mediação começou a ser discutida pela literatura especializada em CI no final do séc. XX para o início do séc. XXI, pautada nas áreas de Filosofia e Sociologia (Barros; Silva, 2021).

Martins e Marteleto (2021) colocam que a mediação passou a ser pautada no Brasil a partir da emergência de uma epistemologia social da informação, da discussão da cultura como campo de articulação da hegemonia. Nesse contexto, eles mencionam a influência das ideias de Martin-Barbero, que propôs um deslocamento do foco dos estudos da comunicação, dos meios tecnológicos, para as mediações culturais e sociais que moldam a circulação e apropriação da informação.

O primeiro autor a consolidar o termo foi Oswaldo de Almeida Júnior (2009, p. 92), trazendo o conceito de mediação como: “toda ação de interferência – realizada pelo profissional da informação –, direta ou indireta; consciente ou inconsciente; singular ou plural; individual ou coletiva; que propicia a apropriação de informação que satisfaça, plena ou parcialmente, uma necessidade informacional”.

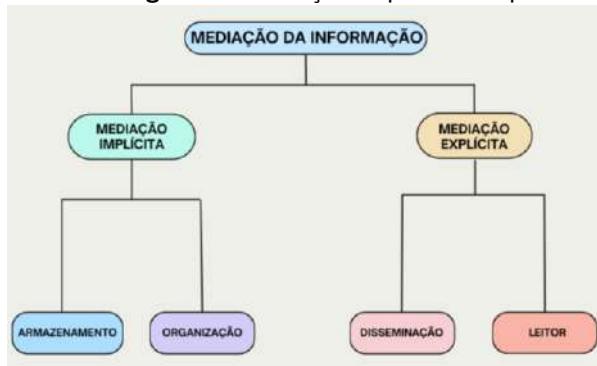
Armando Silva (2015) complementa dizendo que a mediação da informação pode ser afirmada como um processo que passa a ser construído socialmente pelas ações explícitas e implícitas, quanto pelo incentivo ao posicionamento crítico do usuário, a mediação não impacta somente o ato, mas também o que causa no indivíduo.

TIPOS DE MEDIAÇÃO

Segundo Almeida Júnior (2009), a mediação da informação está presente de duas formas: a mediação implícita e explícita. Essas ações estão interligadas com o fazer do profissional da informação, principalmente nas políticas de seleção, nos processamentos de informação e no atendimento.

A mediação implícita está relacionada com as ações desenvolvidas pelos profissionais da informação sem presença física do usuário, que ocorre principalmente nos espaços dos equipamentos informacionais. Já a mediação explícita é desenvolvida com a presença do usuário, tanto de forma física quanto de forma virtual, ocorrendo quando há uma interferência do profissional da informação com o usuário facilitando o acesso e a utilização da informação, ou nos acessos à distância em que não é solicitada a interferência concreta e presencial do profissional da informação (Almeida Júnior, 2009).

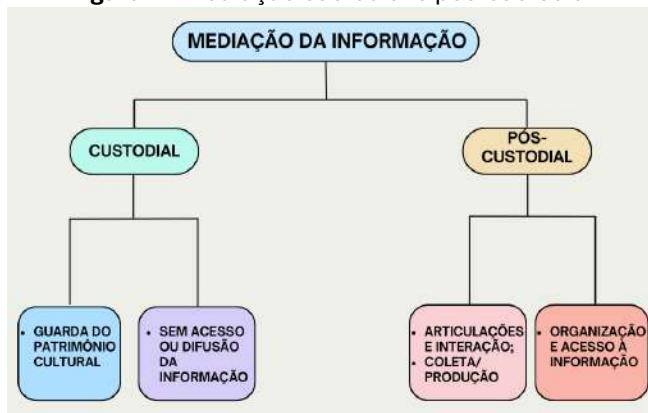
Figura 1 - Mediação implícita e explícita



Fonte: Elaborado pela autora com base em Almeida Júnior (2009)

Armando Malheiro da Silva (2009) traz dois tipos de mediação, a custodial e a pós-custodial. A custodial é associada ao patrimonialismo historicista originário, onde a mediação é passiva, pois a prioridade é voltada para a guarda do patrimônio cultural, e não no acesso ou difusão da informação. A pós-custodial é associada ao informacional e científico, prevalecendo a pluralidade de articulações e de interações centradas na coleta/produção, na organização e na promoção do acesso da informação.

Figura 2 - Mediação custodial e pós-custodial

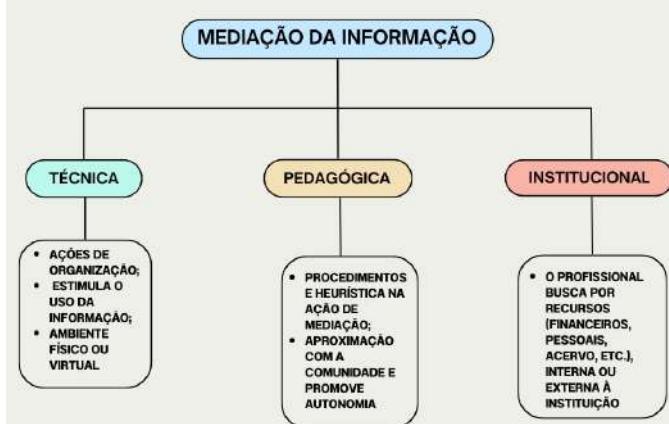


Fonte: Elaborado pela autora com base em Armando Malheiro da Silva (2009)

Jonathas Silva (2015) identifica três tipos de mediação: técnica, pedagógica e institucional. A mediação técnica é voltada para ações de organização, nas quais o profissional da informação estimula o uso da informação em ambiente físico ou virtual. Esse tipo de mediação atua na estruturação e acessibilidade da informação, facilitando

seu uso pelos usuários. A mediação pedagógica refere-se à orientação nos processos e métodos (heurísticas) a serem utilizados na mediação, buscando uma aproximação com a comunidade. Esse tipo de mediação promove autonomia para que o usuário tenha condições de escolher, compreender e se apropriar da informação. A mediação institucional se relaciona com os processos administrativos e organizacionais, e como o profissional busca por recursos (financeiros, pessoais, acervo, equipamentos etc.), seja dentro ou fora da instituição em que está inserido. Esse tipo de mediação garante que a infraestrutura e os meios necessários estejam disponíveis para sustentar o fluxo e o acesso à informação.

Figura 3 - Mediação técnica, pedagógica e institucional



Fonte: Elaborado pela autora com base em Jonathas Silva (2015)

Para Henriette Gomes (2020), existem cinco dimensões de mediação: a dialógica, estética, formativa,

ética e a política. A mediação dialógica é focada na interação e na comunicação entre mediador e usuário, promovendo a busca e o uso da informação. A mediação estética é facilitadora da compreensão da informação através da apresentação e da organização da informação, deixando-a atrativa e acessível ao usuário. A mediação formativa é ligada ao fazer, concretizada na experiência, no papel que o mediador desenvolve, capacitando e desenvolvendo habilidades críticas de busca, avaliação e utilização da informação pelos usuários. A mediação ética busca desenvolver consciência e competência sem manipulações, garantindo acolhimento, escuta, observação e diálogo, bem como o acesso à diversidade de ideias e o livre pensar, inibindo a censura e o tratamento desigual. A mediação política aborda o papel da mediação no âmbito da justiça social e da inclusão, assegurando que todos os indivíduos tenham acesso igualitário à informação e possam participar ativamente da sociedade.

Figura 4 - Mediação dialógica, estética, formativa, ética e política



Fonte: Elaborado pela autora com base em Henriette Gomes (2020).

Barros e Silva (2021) percebem que a mediação da informação possui um conjunto de dimensões e potencialidades para o desenvolvimento técnico-científico, pedagógico e de aplicação profissional. Estas dimensões e potencialidades possuem relações interdependentes entre si, caracterizando o olhar de cada pesquisador.

Assim, a mediação da informação não contribui apenas facilitando o acesso e a utilização da informação, mas contribui de forma expressiva para a construção e o avanço de uma sociedade mais informada e participativa.

CONCLUSÃO

A partir da revisão de literatura realizada, foi possível compreender que a mediação da informação é um processo complexo, historicamente construído e conceitualmente multifacetado, que se insere de forma decisiva na atuação dos profissionais da informação.

Suas raízes filosóficas, especialmente nas contribuições de Hegel e Marx, revelam que a mediação é mais do que uma técnica: trata-se de prática social que articula sujeito, objeto e contexto, influenciando diretamente a forma como o conhecimento é produzido, acessado epropriado.

Historicamente, a mediação da informação passou por transformações significativas, desde o controle do saber pela Igreja na Idade Média até a democratização do acesso proporcionada pela imprensa de Gutenberg e, mais recentemente, pelos avanços da tecnologia digital. Nesse cenário, o papel do profissional da informação tornou-se

ainda mais relevante, não apenas como organizador de conteúdos, mas como agente crítico e ético que promove o acesso equitativo à informação.

As diferentes tipologias apresentadas — implícita, explícita, custodial, pós-custodial, técnica, pedagógica, institucional, dialógica, estética, formativa, ética e política — evidenciam a diversidade de abordagens e dimensões que estruturam a prática da mediação. Essas classificações demonstram que a mediação não é um ato isolado, mas um conjunto de ações interdependentes que envolvem organização, orientação, infraestrutura, estética, formação crítica e compromisso social.

Com isso, foi possível responder à pergunta de pesquisa: “Como são apresentados os conceitos e tipologias de mediação da informação?” A resposta se deu por meio da sistematização dos principais fundamentos teóricos e históricos que sustentam o conceito, bem como pela identificação das múltiplas tipologias que orientam a prática profissional, revelando a amplitude e a profundidade da mediação no campo da Ciência da Informação.

O objetivo geral foi alcançado ao reunir e analisar as contribuições de autores que consolidaram o conceito em diferentes contextos. O primeiro objetivo específico, de explorar os fundamentos históricos e conceituais, foi atendido ao evidenciar a origem filosófica da mediação e sua evolução ao longo dos séculos. O segundo objetivo específico, de mapear e caracterizar as principais tipologias e dimensões, foi cumprido por meio da apresentação das classificações propostas por Almeida Júnior (2009), Armando Silva (2009), Jonathas Silva (2015) e Henriette

Gomes (2020), que demonstram a diversidade e a complexidade das práticas mediadoras.

Dessa forma, conclui-se que a mediação da informação não contribui apenas para facilitar o acesso e a utilização da informação, mas também desempenha um papel estratégico na construção de uma sociedade mais crítica, informada e participativa, reafirmando seu valor como prática essencial no campo da Ciência da Informação.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA JÚNIOR, Oswaldo Francisco de. Mediação da Informação e Múltiplas Linguagens. **Pesquisa brasileira em Ciência da Informação**, Brasília, v.2, n.1, p.89-103, jan./dez. 2009.

ASSIS, Isabella Carolina Pongelupe; PAULA, Lorena Tavares de. Mediação da Informação Digital: análise no contexto da Biblioteca Nacional do Brasil. **RDBCi**, Campinas, v. 22, 2024.

BARROS, Arysa Cabral; SILVA, Jonathas Luis Carvalho. Práticas mediacionais do projeto Leitura & Ação na Comunidade Beneficente Zaíla Lavor em Juazeiro do Norte - CE. **Revista Informação na Sociedade Contemporânea (RISC)**, Natal, RN, v. 5, 2021.

BENEDITO, Beatriz de Oliveira; RIBEIRO, Marcela Arantes; WOIDA, Luana Maia. A mediação da informação no

combate à violência contra mulheres no espaço público.

Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da

Informação, São Paulo, v. 14, 2021.

CHARTIER, Roger. **A aventura do livro:** do leitor ao navegador. [São Paulo]: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo: Editora UNESP, [1998].

GOMES, Henriette Ferreira. Mediação da informação e suas dimensões dialógica, estética, formativa, ética e política: um fundamento da Ciência da Informação em favor do protagonismo social. **Informação & Sociedade: Estudos**, João Pessoa, v. 30, n. 4, p. 1-23, out./dez. 2020.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretações de dados. **Atlas**, São Paulo. 5. ed. 2002.

MARTINS, Ana Amélia Lage; MARTELETO, Regina Maria. Mediações da informação: sentidos sócio-históricos. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 26, n. 1, p. 174-196, mar. 2021.

SILVA, Armando Malheiro da. Mediações e mediadores em Ciência da Informação. **Prisma.com**, Portugal, n. 9, 2009.

SILVA, Jonathas Luiz Carvalho. Percepções conceituais sobre mediação da informação. **InCID: Revista de Ciência da Informação e Documentação**, Ribeirão Preto, Brasil, v.

6, n. 1, p. 93–108, 2015. DOI:
<https://doi.org/10.11606/issn.2178-2075.v6i1p93-108>.

SILVA, Sueli Alves da; PAIVA, Andréia Del Conte de; CRUZ, Dalila Gimenes da; CAVALCANTE, Luciane de Fátima Beckman. A mediação do conhecimento na Idade Média: Peter Burke e Umberto Eco. *In: COLÓQUIO EM ORGANIZAÇÃO, ACESSO E APROPRIAÇÃO DA INFORMAÇÃO E DO CONHECIMENTO*, 1., 2016, Londrina. **Anais** [...] Londrina: Portal de Eventos Acadêmico-Científicos do CIN/UEL, 2016. p. 46-59. Disponível em: <http://www.uel.br/eventos/cinf/index.php/coaic2016/coaic2016/paper/viewFile/379/23>.

Capítulo 3

O PROCESSO DE CURADORIA DE DADOS JUNTO ÀS BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS DE PORTO VELHO/RO

Poliane de Azevedo

Marcos Leandro Freitas Hübner

Pedro Ivo Silveira Andretta

INTRODUÇÃO

A sociedade contemporânea gera e consome uma quantidade extraordinária de dados. Diante do fenômeno da transformação digital, na qual pessoas, ciência, cultura, governo e coleções corporativas migram para formatos digitais, ocorrem os mais diversos questionamentos sobre o que deve ser adquirido, selecionado e preservado em relação à informação.

A biblioteca, ao longo de sua história, vive em um constante processo de mudança e transformação. Ela já foi considerada o local de guarda do conhecimento e da pesquisa, porém, com o avanço tecnológico e com advento da *big data* e da ciência de dados, atualmente a gestão de dados de pesquisa e curadoria digital surge como um novo componente para as bibliotecas e os bibliotecários enriquecerem ainda mais suas funções e práticas profissionais. Dessa forma, a gestão de dados de pesquisa e a curadoria digital junto às bibliotecas possuem o desafio de preservar e tornar acessíveis para demais pesquisadores e futuras gerações as informações derivadas do exponencial crescimento da produção científica, desde o seu planejamento até o seu reuso, fazendo com que os formatos dos dados não se tornem obsoletos a longo prazo.

Para proporcionarem conhecimento, os dados requerem tratamentos específicos, como catalogação e documentação que contenha metadados descritivos e disciplinares e documentos que garantam sua interpretação. Os dados precisam ser descritos com metadados e identificados por meio de identificadores persistentes, como o *Digital Object Identifier* (DOI) (Sayão; Sales, 2016).

Neste sentido, surge a Curadoria Digital que tem como foco a gestão ativa, a agregação de valor à informação digital e a preservação de recursos digitais, tanto para uso atual e futuro, durante todo ciclo de vida do dado digital (Digital Curation Centre, 2017). Em sua etimologia, o termo “curadoria” está vinculado ao ato de curar, zelar, vigiar por algo: um conceito originalmente relacionado aos campos do Direito e das ordens monásticas. Com a evolução social,

o termo passa a relacionar-se com o campo das artes, dos museus, das bibliotecas e de seus respectivos acervos (Corrêa; Bertocchi, 2012).

O emprego do termo curadoria digital é cada vez mais usado para designar as ações necessárias para manter dados de pesquisa digital e outros materiais digitais ao longo de todo o seu ciclo de vida e ao longo do tempo para as gerações atuais e futuras de usuários (Giaretta, 2005). Além disso, o objetivo da curadoria digital é garantir a sustentabilidade, durabilidade, qualidade e validade dos dados de pesquisa para que possam ser acessados e reutilizados, agrupados ou transformados, desde o planejamento até sua criação. A preservação e a curadoria têm como base uma pré-avaliação e seleção que serve para garantir a integridade e a confiabilidade dos dados, podendo acessar, usar e reutilizar dados e finalmente, converter os dados originais em novos dados.

Nas décadas de 1960 e 1970, o termo curadoria foi usado, também, para designar o cuidado sistemático com coleções de espécimes científicas (Lee; Tibbo, 2011). A noção de curadoria em relação aos dados de pesquisa digital tornou-se mais comum na década de 1990, embora muito do que agora consideramos curadoria de dados fosse frequentemente rotulado de informática tanto nas ciências humanas quanto nas ciências exatas.

A curadoria de dados de pesquisa precisa ser informada para que haja uma compreensão detalhada de como os dados são produzidos e usados na realização de pesquisas e como esses processos se encaixam no contexto mais amplo da comunicação científica. Embora a curadoria de dados esteja preocupada em como

compartilhar os dados dentro e entre as comunidades de pesquisa, ressalta-se, porém, que a maioria dos pesquisadores não disponibiliza seus dados publicamente (Borgman, 2012).

As bibliotecas universitárias, diante do avanço e das mudanças tecnológicas, estão enfrentando um processo de reconfiguração de seu papel, no qual os serviços tradicionais passam a ceder espaço para novas atribuições, como o uso da curadoria digital como estratégia efetiva que possibilite a preservação e o reuso das informações a longo prazo, bem como novas possibilidades de atuação do profissional bibliotecário. Desse modo, o bibliotecário de dados deve possuir as mesmas habilidades de um gestor de dados no que se refere à preservação e à avaliação dos valores econômicos atribuídos aos dados. Sobre o uso de tecnologias, o bibliotecário de dados deve ter em mente a habilidade *hacker* de um cientista de dados (Xia; Wang, 2014).

Nesta linha, os serviços de apoio oferecidos aos pesquisadores constituem uma das principais tendências, junto com os repositórios, os sistemas de descoberta e o desenvolvimento de competências informacionais para o uso de ferramentas e recursos eletrônicos de informação (Association of College & Research Libraries, 2015). Além disso, os profissionais da informação devem compreender seu papel no contexto dessa importante mudança. Um gerenciamento de dados eficaz reduz a quantidade de trabalho necessária para interpretar e compilar as informações obtidas no final de um projeto de pesquisa; portanto, não há necessidade de reconstruir a pesquisa em andamento posteriormente (Corrêa, 2016).

JUSTIFICATIVA

A curadoria traz uma nova forma de gerenciar os dados, que, a cada dia, se tornam mais vulneráveis às modificações e à obsolescência, visando trazer vantagens e garantias para quem os utilizar. Neste ponto entra o profissional bibliotecário, que tem habilidades de e conhecimentos necessários para organizar e gerir a informação. Diante disso, esse profissional encontrará a maneira ideal de implementar os serviços de curadoria digital nas bibliotecas universitárias.

O atual cenário tecnológico impulsionou grandes mudanças nos papéis e responsabilidades das bibliotecas universitárias, trazendo uma necessidade de conscientização sobre a importância da curadoria de dados no acompanhamento de todo o fluxo da informação. Para que isso ocorra de forma efetiva, faz-se necessário entender o processo de gerenciamento do objeto digital, com o intuito de que ele continue acessível e adequado para ser descoberto e reusado no futuro.

A atuação das bibliotecas universitárias, nesse panorama de inovação tecnológica, está diretamente ligada à sua capacidade de evolução e adaptação. Cabe ao bibliotecário um papel de liderança nessa mudança, devendo se capacitar e se apropriar das inovações tecnológicas e tendências nos processos de comunicação científica. Diante disso, o desenvolvimento da presente pesquisa justifica-se pelo fato de ressaltar a importância e os benefícios da curadoria digital e da gestão de dados de pesquisa no âmbito das bibliotecas universitárias.

OBJETIVOS

O objetivo geral que norteou o desenvolvimento desta pesquisa foi identificar quais os procedimentos adotados pelas bibliotecas universitárias de Porto Velho quanto à curadoria digital dos dados de pesquisa. Aliado a esse objetivo geral, distinguimos objetivos específicos, a saber: i. apresentar os benefícios da curadoria digital e da curadoria de dados em bibliotecas universitárias; ii. analisar a curadoria digital junto às bibliotecas universitárias e as vantagens por ela produzidas.

METODOLOGIA

A pesquisa utilizou uma abordagem básica, exploratória, de natureza qualitativa, com uso de entrevistas. Nesse contexto, os procedimentos metodológicos foram divididos em duas etapas.

Na etapa foi realizado um levantamento prévio sobre quantas Instituições de Ensino Superior trabalham com repositórios institucionais. Após o levantamento, constatou-se que, dentre as oito instituições existentes em Porto Velho, apenas duas trabalham com repositórios institucionais. Diante disso, a pesquisa se concentrou apenas nelas.

Na segunda etapa, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com os gestores das duas bibliotecas universitárias, de forma online, por duas plataformas: em uma, *Google Meet*; na outra, *Microsoft Teams*. As perguntas versavam sobre repositórios digitais, políticas de repositórios, plano de gestão de dados, curadoria digital,

curadoria de dados, padronização de metadados, gerenciamento de dados, intercâmbio de dados, plano de preservação digital, qualidade dos dados e solução de armazenamento.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Para análise e discussão das entrevistas, foram selecionadas as perguntas de maior relevância para o recorte deste relato de pesquisa.

A existência de uma política para o repositório digital foi um dos questionamentos, pois a elaboração da política é uma das etapas mais relevantes do planejamento de um repositório, visando sua implementação e desenvolvimento, além do processo de gerenciamento da informação. O resultado demonstrou que ambas possuem políticas próprias, importante para o seu sucesso.

Outro tópico questionado foi a curadoria de dados ou curadoria digital. Ambos os gestores não tinham total domínio sobre o tema, porém demonstraram interesse pelos novos rumos e oportunidades que a curadoria traz para as bibliotecas universitárias.

A pesquisa também procurou saber se as unidades de informação possuíam algum plano de gestão de dados de pesquisa. Sobre isso, os gestores responderam que possuíam, porém estavam desatualizados em ambas as bibliotecas.

A pesquisa procurou saber se havia algum plano de preservação digital nessas bibliotecas universitárias, e os gestores informaram que, infelizmente, ainda não possuem um plano. Contudo, ressaltaram saber da sua importância

e que as discussões para sua elaboração já foram iniciadas em ambas as bibliotecas.

Destaca-se que foram abordadas outras questões relativas aos objetivos da pesquisa, além das apresentadas neste tópico.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do contexto atual da intensificação do uso da informação e da tecnologia digital, os termos “curadoria digital” e “curadoria de dados” surgem sustentados pelo aumento exponencial do volume de dados de pesquisa. Diante disso, o estudo propôs-se a analisar a curadoria digital e a curadoria de dados junto às bibliotecas universitárias de Porto Velho.

Os resultados obtidos por meio do estudo demonstram que o conhecimento sobre curadoria digital e curadoria de dados entre os bibliotecários de Porto Velho encontra-se em uma fase inicial. Porém, percebe-se o ensejo destes profissionais em ampliar e aprofundar os seus conhecimentos sobre esta temática. As descobertas também indicaram que as pessoas bibliotecárias da região carecem de competências e habilidades necessárias para curadoria digital e preservação digital.

Os resultados do estudo também mostraram que as bibliotecas não possuem infraestrutura tecnológica adequada para a curadoria digital, tampouco fazem uso de plataformas de repositórios de dados, a exemplo do DataVERSE, ou ainda utilizam ou orientam o uso do Figshare ou do Zenodo para suas comunidades.

As bibliotecas universitárias, conforme observado, não estão em posição de introduzir serviços de gerenciamento de dados de pesquisa. Os desafios para a curadoria digital na região analisada são, principalmente, a falta de conhecimento pelos profissionais, a falta de atualização de suas políticas, a falta de financiamento e de infraestrutura tecnológica.

Acredita-se que esforços recentes na literatura nacional em curadoria de dados e gestão de dados de pesquisa, tais como os trabalhos de Vanz et al. (2021), Barrozo (2022) e Sales e Sayão (2022), indiquem direções para a prática e atuação dos bibliotecários. Ademais, é salutar que os profissionais bibliotecários busquem atualizar-se sobre os novos conceitos e práticas da Ciência Aberta e que as universidades do entorno procurem oferecer cursos de capacitação e aperfeiçoamento que relacionem tópicos sobre as tendências em comunicação científica, Ciência Aberta e E-Science.

REFERÊNCIAS

- ASSOCIATION OF COLLEGE & RESEARCH LIBRARIES (ACRL). **Framework for information literacy for higher education.** Chicago, 2015. Disponível em: <http://www.ala.org/acrl/standards/ilframework>. Acesso em 15 mar. 2022.
- BARROZO, V. L. S. **Curadoria e preservação digital: diretrizes para a gestão de dados científicos.** 140 f. 2022. Dissertação (Mestrado em Gestão e Organização do

Conhecimento). Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte: UFMG, 2022. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/48991>. Acesso em: 13 jun. 2023.

BORGMAN, C. L. The conundrum of sharing research data. **Journal of the American Society for Information Science and Technology**, [s.l.], v. 63, n. 6, p. 1059-1078, 2012. <https://doi.org/10.1002/asi.22634> . Acesso em: 12 set. 2022.

CORRÊA, C. F. O papel dos bibliotecários na gestão de dados científicos. **Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Campinas, v. 14, n. 3. p. 387-406 set./dez. 2016. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rdbci/article/view/8646333>. Acesso em: 11 set. 2022.

CORREA, E. S.; BERTOCCHI, D. **O algoritmo curador:** o papel do comunicador num cenário de curadoria algorítmica de informação. Curadoria digital e o campo da comunicação. Tradução. São Paulo: ECA-USP, 2012. Disponível em: <https://www.eca.usp.br/acervo/producao-academica/002994587.pdf>. Acesso em: 18 nov. 2025.

DIGITAL CURATION CENTRE. **Curation Life cycle Model**. Edinburgh: University of Edinburgh, 2017. Disponível em: <https://www.dcc.ac.uk/resources/>. Acesso em: 07 maio 2023.

GIARETTA, D. **DCC approach to digital curation**, version 1.23, 2005, May 28.

LEE, C. A.; TIBBO, H. Where's the Archivist in Digital Curation? Exploring the Possibilities through a Matrix of Knowledge and Skills. **Archivaria**, [s.l.], v. 72, p.123-168, 2011. Disponível em: <https://ils.unc.edu/callee/p123-lee.pdf>. Acesso em: 5 ago. 2022.

SALES, L. F.; SAYÃO, L. F. Proposta de modelo de serviço de gestão de dados de pesquisa. **AtoZ**, Curitiba, v. 11, p. 1-13, 2022. DOI: <http://dx.doi.org/10.5380/atoz.v11i0.85765> . Acesso em: 13 jun. 2023.

SAYÃO, L. F.; SALES, L. F. Curadoria digital e dados de pesquisa. **AtoZ**, Curitiba, v. 5, n. 2, p. 67-71, dec. 2016. ISSN 2237-826X. Disponível em:
<https://revistas.ufpr.br/atoz/article/view/49708/30179>. Acesso em: 19 mar. 2022.

VANZ, S. A. S. et al. Diretrizes para o estabelecimento de um checklist para curadoria de dados de pesquisa. **Informação em Pauta**, [s.l.], v. 6, p. 1-18, 26 out. 2021. Disponível em:
<http://www.periodicos.ufc.br/informacaoempauta/article/view/68088>. Acesso em: 13 jun. 2023

XIA, J.; WANG, M. Competencies and Responsibilities of Social Science Data Librarians: An Analysis of Job Descriptions. **College & Research Libraries**, [s.l.], v. 75, n. 3. p. 362-388, 2014. Disponível em:

<https://crl.acrl.org/index.php/crl/issue/archive>. Acesso em: 08 set. 2022.

Capítulo 4

CONCEPÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DE UMA REVISTA DE DIVULGAÇÃO CIENTÍFICA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

Pedro Ivo Silveira Andretta

Guilherme Ataíde Dias

Isa Maria Freire (In memoriam)

INTRODUÇÃO

As ações de divulgação científica desempenham um papel fundamental na aproximação entre a ciência, os pesquisadores, suas descobertas científicas e seus desdobramentos com a sociedade em geral. Considerada por Lievrouw (1990) como a terceira — e possível — etapa do ciclo da comunicação científica, sucedendo à “conceituação” e à “documentação” do conhecimento

científico, a popularização da ciência possibilita a apropriação do conhecimento científico pela população em geral. Além disso, desmistifica a imagem do cientista e da atividade científica, aproximando o universo da ciência, suas questões, métodos e resultados do grande público.

As ações de divulgação científica proporcionam à sociedade a compreensão dos avanços científicos, suas implicações e a possibilidade de aplicação ou, ainda, de debate sobre o conhecimento adquirido. Sobre isso, Bueno (2010) pondera que a divulgação científica — ou, ainda, a popularização científica — tem como função primordial a democratização do acesso ao conhecimento científico, proporcionando condições para a alfabetização científica.

Pesquisas recentes, como as elaboradas por Andretta e Freire (2022), indicam a dimensão do interesse da comunidade científica brasileira em explorar e analisar teorias, práticas e produtos de divulgação científica em diferentes programas de pós-graduação. A partir desse levantamento, observa-se uma lacuna de conhecimento em relação à construção de dispositivos editoriais voltados à divulgação científica.

Na esteira dessa lacuna, a presente pesquisa toma como questão norteadora: “Como podemos criar projetos editoriais eletrônicos que promovam a divulgação científica?”. Nesse sentido, propomos como objetivo descrever as escolhas técnicas e tecnológicas mobilizadas na concepção e implementação de uma revista eletrônica de divulgação científica. Em nosso relato de experiência, focamo-nos em três diferentes e complementares aspectos da formação e manutenção da revista: (1) a elaboração da política editorial; (2) os recursos tecnológicos utilizados; e

(3) os sistemas de acompanhamento da atividade científica que dão suporte à revista.

Desenvolvemos nossa exposição em quatro seções, com a expectativa de apresentar a revista de divulgação científica Divulga-CI e nortear outras e novas iniciativas. Assim, na primeira seção, “Divulgação Científica: Revistas e Portais”, pontuamos alguns estudos que focaram na avaliação ou implementação de portais e revistas de divulgação científica. Em “Relato de Experiência”, apresentamos nossa abordagem de pesquisa e as iniciativas que inspiraram o projeto. Em “A Construção do Produto Editorial e o Monitoramento de Informação Científica”, apresentamos sucintamente a revista Divulga-CI e discorremos sobre três aspectos: (1) escolhas das políticas editoriais e seções; (2) seleção da plataforma e recursos; e (3) sistemas de monitoramento de informações. Por fim, nas “Considerações Finais”, resumimos nosso percurso, indicamos pontos a serem observados para a consolidação da revista e para a promoção de novas iniciativas.

Divulgação Científica: revistas e portais

Para fixar um entendimento de divulgação científica, tomamos a compreensão de Bueno (2010, p. 2), que a define como a utilização de “recursos, técnicas, processos e produtos (veículos ou canais) para a veiculação de informações científicas, tecnológicas ou associadas à inovação ao público leigo”. Para o autor, a divulgação científica é muito mais ampla do que a compreensão de jornalismo científico, à medida que as formas de divulgação

podem envolver diversas práticas, como teatro, músicas, quadrinhos etc., sem o compromisso com a forma textual e o sistema jornalístico (Bueno, 2022).

Apesar da literatura que vem se consolidando, a expressão “divulgação científica” ainda é empregada para tratar da comunicação científica em geral, ou mesmo da disseminação científica. Sobre isso, Fetter (2022) relata que:

[...] diversos trabalhos científicos, indexados ao Google Acadêmico, mencionavam o termo divulgação científica para tratar da comunicação entre pares – especialistas de mesmo campo de estudos –, ou seja, o conceito desse termo incluía aspectos sobre a comunicação científica que ultrapassavam os previstos na literatura da área. (Fetter, 2022, p. 47)

A identificação de revistas de divulgação científica brasileiras não é fácil. Há esforços de sistematização de divulgadores, como os promovidos por Roberto Tanaka¹, da UNICAMP, com a publicação dos Blogs de Ciências e do *Science Blogs Brasil*. Apesar das centenas de iniciativas de blogs, podcasts e perfis nas diferentes mídias sociais

¹ Prof. Dr. Roberto Takata, mantém blog sobre divulgação científica, Gene-Reporter com uma lista de divulgadores científicos.

Lista de Divulgadores Científicos:
https://docs.google.com/spreadsheets/u/1/d/e/2PACX-1vQtsNyRvK2AWu3eanmXr-VhSGWH1PkJLYs-xKJSvLyBp-Zvf_OAnIClGe5j16E9EPkZ2eUxFknkNZFH/pubhtml

(*YouTube, Instagram, TikTok* etc.), é escassa a literatura científica que aborda as práticas e implementações desses canais. Entre as pesquisas que se dedicaram a diagnosticar condições para implantação ou avaliação de portais e revistas de divulgação científica nacionais, destacamos as ações de Macedo (1999; 2002), Valério (2009), Macedo-Ruet (2003), Mattozo, Camargo e Lage (2004) e França (2015).

Cientes dessas discussões e dos avanços tecnológicos nas plataformas de portais e revistas de divulgação científica, prosseguimos agora com nosso relato de experiência na produção de uma revista de divulgação científica.

RELATO DE EXPERIÊNCIA

Para este relato de experiência, objetivamos identificar problemas e aplicar soluções técnicas e tecnológicas para o desenvolvimento de uma revista eletrônica de divulgação científica, com vistas a servir de suporte para outras iniciativas semelhantes. Nesse contexto, empregamos uma pesquisa aplicada, abordagem que Vergara (2016, p. 49) explica como:

[...] fundamentalmente motivada pela necessidade de resolver problemas concretos, mais imediatos ou não. Tem, portanto, finalidade prática, ao contrário da pesquisa pura, motivada basicamente pela curiosidade intelectual do pesquisador e situada sobretudo no nível da especulação.

Na mesma direção, no contexto das pesquisas em Ciência da Informação, Freire (2020, p. 4) sintetiza que “[a] pesquisa aplicada precisa criar um produto, um processo, alguma coisa que tenha alguma utilidade”. No caso da presente pesquisa, foram criados e relatados aspectos da produção de uma revista de divulgação científica: política e plataforma editorial e sistema de monitoramento de informação. Este último, cabe destacar, representa um pilar da revista, pois proporciona aos editores a possibilidade de promover a curadoria de pesquisas a serem divulgadas, a partir do acompanhamento de teses e dissertações recém-defendidas e depositadas em bibliotecas e repositórios digitais, além de recomendadas pelo público leitor.

Para subsidiar a construção da política e da plataforma editorial, observamos as ponderações da literatura e realizamos uma investigação em campo, nos sites, para verificar quais escolhas editoriais e tecnológicas têm sido mobilizadas em revistas não comerciais de divulgação científica e de jornalismo científico. Para isso, selecionamos cinco plataformas de revistas brasileiras de divulgação científica especializadas, novas e tradicionais (Aprendendo Ciência, A Ciência como ela é, Café História, Ciência da Informação Express e Revista Mundorama); e outras cinco plataformas ou revistas brasileiras de divulgação científica gerais e tradicionais (Blogs Unicamp, Canal Ciência, Questão de Ciência, Revista Ciência e Cultura e Revista Pesquisa Fapesp).

Quadro 1 – Plataformas e revistas observadas

Nome	Link	ID
Aprendendo Ciência	https://seer.assis.unesp.br/index.php/aprendendociencia/index	1
A Ciência como ela é	https://www.ufrgs.br/acienciaco moelae/	2
Café e História	https://www.cafehistoria.com.br/	3
Ciência da Informação Express	https://cienciadainformacaoexpress.ufla.br/index.php/revista	4
Revista Mundorama	https://medium.com/mundoram a	5
Blogs Unicamp	https://www.blogs.unicamp.br/	6
Canal Ciência	https://canalcienca.ibict.br/	7
Questão de Ciência	https://www.revistaquestaodecie ncia.com.br/	8
Revista Ciência e Cultura	https://revistacienciaecultura.or g.br/	9
Revista Pesquisa Fapesp	https://revistapesquisa.fapesp.br/	10

Fonte: Dados de pesquisa (2023)

A seguir, apresentamos as decisões e os encaminhamentos que permitiram a criação do produto editorial Divulga-CI e seu processo de curadoria.

A construção do produto editorial e o monitoramento de informação científica

Os resultados a seguir foram elaborados pelos autores desta pesquisa a partir da intervenção na criação da “Divulga-CI – Revista de Divulgação Científica em Ciência da Informação”. A revista eletrônica é uma produção do grupo “Laboratório Aberto Contextos e Informação”, da Universidade Federal de Rondônia, em associação com a Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Um dos objetivos principais da revista Divulga-CI é proporcionar um espaço multiplataforma para a divulgação científica no campo da Ciência da Informação e áreas relacionadas, integrando estudantes de graduação e pós-graduação, docentes, pesquisadores e personalidades engajadas com questões políticas, sociais e culturais.

Escolhas das políticas editoriais e seções

Uma ação inicial para dar forma à revista foi a definição das políticas editoriais junto ao Conselho Editorial. Para a elaboração de uma minuta de Política Editorial e Regimento Interno, observamos os trabalhos de Rosinha (1989), Beltrão e Silva (2020), além das plataformas e revistas de divulgação científica selecionadas.

Observar as diferentes plataformas e revistas permitiu verificar como cada iniciativa se organiza em

relação à periodicidade, às seções e às políticas de envio de textos. Constatamos que as editorias voltadas à divulgação científica não exigem os mesmos critérios de validação de um periódico científico, tampouco seguem suas modalidades e gêneros textuais. Os textos publicados caracterizam-se por extensão mais reduzida, linguagem acessível e apelo imagético.

Além dessas observações, destacamos, em nosso levantamento, a CI Express, voltada à área da Ciência da Informação, construída no decorrer do doutorado de Ribeiro (2022):

O Ciência da Informação Express (CIExpress) é um canal de comunicação e divulgação científica dedicado à veiculação de artigos de pesquisa, de opinião, comunicações, resenhas, resumos, press releases, ensaios e outros com temas relacionados à Biblioteconomia, Documentação, Arquivologia, Ciência da Informação, Tecnologia da Informação e práticas de Ciência Aberta. (Ciência da Informação Express, 2023, sem página)

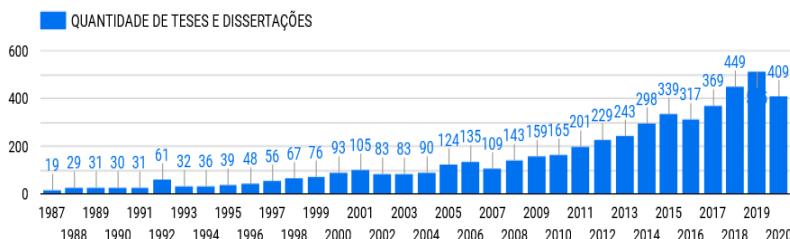
A Ciência da Informação Express apresenta-se como uma publicação de fluxo contínuo, revisada por pares, que aceita: (1) artigos; (2) ensaios, entrevistas e casos de ensino; e (3) comunicações, *press releases* e resenhas. As produções podem ter até 20 páginas na seção de artigos, 12 páginas nos ensaios e seis páginas nas comunicações, com tempo médio de resposta, desde a aceitação da submissão

até a confirmação de publicação, de aproximadamente 160 dias. Nesse contexto, consideramos que, apesar de se caracterizar como uma revista de divulgação, a CI Express possui traços de um periódico científico.

Tendo em vista as características mais comuns das revistas de divulgação científica, procuramos definir as editorias e seções da Divulga-CI de modo que não “concorressem” com as linhas editoriais da CI Express e, mais do que isso, tivessem diferenciais próprios, complementando a oferta de divulgação científica em Ciência da Informação. Nesses termos, delimitamos como foco a divulgação de pesquisas em Ciência da Informação e áreas relacionadas, realizadas em programas de pós-graduação e demais publicações do campo, além de entrevistas, perspectivas e inovações de pesquisadores da área. Utilizamos, para isso, um modelo dinâmico, sem revisão por pares, com foco no convite individual à comunidade científica para envio de entrevistas e relatos, conforme uma agenda de temas prioritários, alinhada às efemérides de cada mês.

A periodicidade mensal foi considerada em função da quantidade de pesquisas desenvolvidas nos Programas de Pós-Graduação em Ciência da Informação no Brasil. Nesse sentido, a seguir ilustramos com um exemplo do quantitativo de teses e dissertações defendidos em programas de mestrado e doutorado em Biblioteconomia, Ciência da Informação e Museologia.

Gráfico 1 – Quantidades de Teses e Dissertações defendidas em Biblioteconomia, Ciência da Informação e Museologia (1987-2020)



Fonte: Dados de Pesquisa (2023)

Por fim, elaboramos e submetemos ao Conselho Editorial as minutas da política editorial e do regimento interno. Ambos foram finalizados prevendo seis editorias e seções fixas: Editorial, Entrevistas, Perspectivas, Pesquisas, Inovações e Outras Divulgações. Destacamos abaixo os encaminhamentos e a proposta de cinco seções:

- **Entrevistas:** Inspiramo-nos no trabalho de Stallbaum (2005), que propõe a sistematização de sinopses de teses e dissertações para divulgação científica a partir de uma abordagem jornalística. Adaptamos os questionários para servirem de base às entrevistas, que são enviadas e recebidas por escrito junto a recém-mestres e doutores;
- **Perspectivas:** Solicitamos a pesquisadores doutores ou atuantes na área da Ciência da Informação o envio de textos com até aproximadamente 1.000 palavras, nos quais apresentem, em linguagem não técnica, suas perspectivas ou preocupações de estudo no contexto da área. É facultado ao pesquisador abordar

sua trajetória, produções, orientações ou ainda um tema relevante do campo;

- Pesquisas: Elaboramos um modelo de notícias de divulgação científica, a partir da leitura de teses e dissertações recém-defendidas e depositadas em repositórios e bibliotecas digitais. A estrutura da notícia segue as recomendações de redação de Faiad (2021);
- Inovações e Outras Divulgações: Convidamos pesquisadores que tenham desenvolvido recursos inovadores, como sistemas, técnicas, guias e outros produtos, ou ainda artigos e livros de acesso aberto que sejam de interesse para a sociedade ou para a comunidade científica em geral.

Apresentados esses aspectos referentes às escolhas das políticas editoriais² e das seções, avancemos agora para a seleção da plataforma e dos recursos digitais.

Seleção da plataforma e recursos digitais

Para a seleção da plataforma e dos demais recursos digitais da revista, verificamos outras experiências editoriais eletrônicas de divulgação científica, considerando sua estrutura tecnológica, opções de interação e formas de leitura. Nesse contexto, entendemos como estrutura o sistema de gerenciamento de conteúdo utilizado; como opções de interação, a possibilidade de comentar, salvar, compartilhar e curtir; e como formas de

² As Políticas Editoriais podem ser acessadas no site da revista, disponível em: <https://www.divulgaci.labci.online/sobre/politica-editorial/>

leitura, os recursos de acessibilidade e de envio por *newsletter*.

Conforme observamos, o *WordPress* tem sido a plataforma mais utilizada em projetos de divulgação científica, inclusive por iniciativas tradicionais e consolidadas, tais como: Revista Pesquisa Fapesp, Canal Ciência, Blogs Unicamp e Café História. Em seguida, destaca-se a plataforma *Open Journal Systems* (OJS), frequentemente empregada por periódicos científicos brasileiros. Tanto o *WordPress* quanto o OJS oferecem uma ampla gama de temas e plugins, sendo sistemas *open source*, passíveis de customização.

Considerando especialmente a reduzida equipe de desenvolvimento, os recursos financeiros limitados, o tempo disponível para customizações e os encaminhamentos institucionais, optamos pela plataforma *WordPress*. Para a escolha do tema, optamos por um modelo responsivo que, em sua página inicial, destacasse fotos dos pesquisadores, sínteses dos textos e o tempo médio de leitura de cada conteúdo³. Na seleção dos *plugins*, utilizamos parcialmente a lista compilada por Andretta (2022), complementando com recursos voltados para *Search Engine Optimization* (SEO), padronização de imagens, suporte multilíngue, controle de comentários, composição de listas para geração automatizada da seção “Edições Anteriores”, *newsletters* e acessibilidade.

³ Para o tempo médio de leitura, consideramos a pesquisa de Komeno (2015) sobre velocidade de leitura de jovens do 9º do ensino fundamental, utilizando a média de palavras por minuto para leitura silenciosa.

Figura 1 – Página Inicial - Divulga-CI

The screenshot shows the homepage of the Divulga-CI website. At the top, there is a purple header bar with contact information: contato@labci.online, revista.divulgaci@gmail.com, and Universidade Federal de Rondônia, Porto Velho - RO. Below the header, the main navigation menu includes links for SOBRE, EDIÇÃO ATUAL, EDIÇÕES ANTERIORES, SEÇÕES (highlighted in purple), MAIS, and CONTATO. The SEÇÕES menu is expanded, showing categories like Editorial, Entrevista, Inovação, Pesquisa, Perspectiva, and Outras divulgações. The main content area features three large thumbnail images of articles from the current issue (v. 1, n. 3, maio. 2023). The first article, titled 'Encruzilhadas da memória: corpo-território e re(existência) decolonial negra no campo da Ciência da Informação, por Maria Aparecida Moura', is shown with a photo of a woman with short, curly hair and glasses. The second article, 'Conheça a obra "Profissionais da informação no contexto de inovações tecnológicas" organizado por Priscila Sena e Maralyza Pinheiro', is shown with a photo of a woman with curly hair smiling. The third article, 'A cultura material negra e os museus para a sua musealização', is partially visible on the right. The footer of the page also features the Divulga-CI logo and some text.

Tríade universitária na Biblioteconomia da UNIR



Cabeceira a galeria para comemorar o mês Biblioteconomia e Ciência da Informação de Alvo-Vida, pela Nutália Duque Cardoso.

"Nesse ocasião de celebração, o fundamental é ressaltar que Vemos representado um momento de reconhecimento à Sociedade da Difusão profissionalmente habilitadas, negras, brancas, heterossexuais, homossexuais, indígenas, negras, lésbicas, entre outras, e respeitosas a Biblioteconomia e Ciência da Informação", agrega a Prof. Nazália Duque Cardoso, da Universidade de Araraquara.

□ v. 1, n. 2, abr. 2023 □ Q2 □ ① 7 minutos de leitura

Em destaque

Desenvolver critérios, construirmos, sugerirnos ou recomendarmos expressões neste material, não é de responsabilidade das autoras e não reflete necessariamente as opiniões da Revista, suas editoras e agências.

Conheça nossa Tríade: Unidade de Inclusão, Universidade, Equidade e Acessibilidade



Um bate-papo independente em torno da informação: Desafios e perspectivas. Por Rodrigo Peixoto Soárez de Melo

"...é possível ver que o protagonismo indígena, a luta por seus direitos e o uso da informação em seu território, é um processo em constante desenvolvimento e de grande importância para a sociedade brasileira", destaca o Prof. Dr. Rodrigo Peixoto Soárez de Melo, Mestre em Expressões da Fazenda Nacional dos Povos Indígenas (UFMA), Atuou no Núcleo de Informação Científica do Município de Itabaiana.

□ v. 1, n. 2, abr. 2023 □ Q2 □ ① 7 minutos de leitura



Inovação, Conexão e "Pô-Beira", um projeto educativo que integra a comunicação, a ciência e a cultura. Por Janaína Pinto e Priscila Melo

"O Jogo Educativo Trilhas propõe auxiliar os mediadores culturais e bibliotecários na prática da pesquisa escrita de forma garantida. A pretensão é exercer os alunos os Estudos Finais e o trabalho com a tecnologia e a sociedade informacional através de um projeto cultural", enfatiza as pesquisadoras Priscila Melo e Janaína Pinto, nas extensões da Universidade Federal de Sergipe.

□ v. 1, n. 2, abr. 2023 □ Q2 □ ① 7 minutos de leitura



Criar a informação permite o processo de elaboração das representações sociais na comunidade. Núcleo de Conexão (NC)

Pesquisadores fizeram uma discussão sobre os narrativas pelas quais a informação permite o processo de elaboração das representações sociais e das narrativas identitárias e culturais e suas implicações para a construção social. Neste artigo, os autores, do Núcleo de Conexão (NC)

Conheça a tese de Juliana Andrade Pindanga, "informação, identificação, representações sociais e identidade: confronto de sentidos nas narrativas que separam as mulheres da Núcleo de Conexão" (2011).

□ v. 1, n. 2, abr. 2023 □ Q2 □ ① 5 minutos de leitura



Estudo da UFS analisa os maiores desafios da área de Biblioteconomia no Brasil

Pesquisador faz um reflexo de como os metodologias atuais podem contribuir para a melhoria do processo de ensino-aprendizagem. O estudo mostra que a literatura científica tem contribuído significativamente ao monitorar, os resultados das pesquisas e a catalogação.

Conheça a tese de Manoel Luiz Freitas Valente, "O ensino de catalogação no Brasil: contextos históricos e desafios contemporâneos" (2011).

□ v. 1, n. 2, abr. 2023 □ Q2 □ ① 5 minutos de leitura

Expediente

Divulga-CI - Revista de Divulgação Científica em Ciência da Informação

Volume 1, Número 2 - Abril de 2023

Editora em charge: Dr. Edvaldo

Última edição em março de 2023.

Período de publicação: abr/dez de 2023.

Endereço:

<http://www.divulgapci.ufsc.br>

Laboratório Aberto: Comunicação e Divulgação

Universidade Federal de Rondonópolis

□ v. 1, n. 2, abr. 2023 □ Q2 □ ① 1 minutos de leitura



Fonte: Dados da pesquisa (2023)



Universidade Federal de Rondonópolis / Laboratório Aberto: Ciência e Informação / Contato
Copyright © 2023 Divulga-CI. Todos os direitos reservados. Powered by LABCI & Designed by Pedro Andrade

84

A acessibilidade foi considerada uma exigência técnica na composição da revista, conforme a Lei nº 13.146/2015, que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), e que prescreve:

Art. 63. É obrigatória a acessibilidade nos sítios da internet mantidos por empresas com sede ou representação comercial no País ou por órgãos de governo, para uso da pessoa com deficiência, garantindo-lhe acesso às informações disponíveis, conforme as melhores práticas e diretrizes de acessibilidade adotadas internacionalmente. (Brasil, 2015).

Nesse sentido, foram buscadas soluções que proporcionassem as melhores condições de acessibilidade ao site da revista, resultando na seleção de dois recursos independentes e complementares.

Quadro 2 – Recursos de acessibilidade da Divulga-CI

Ferramentas de acessibilidade, por meio do plugin “Ally – Web Accessibility & Usability” que proporcionam facilmente aumentar ou diminuir a fonte do texto, converter a página em escala de cinza, auto contraste, contraste negativo e fundo claro e ainda destacar links e alterar a fonte para melhor legibilidade.	
Incorporação do VLibras, por meio do plugin <i>Vlibras Widget</i> , que habilita a suíte VLibras, criada pelo Laboratório de Aplicações de Vídeo Digital (LAVID), da	

Universidade Federal da Paraíba, para a tradução de conteúdos digitais escritos em português para vídeo em Libras para comunidade surda	
---	--

Fonte: Dados de pesquisa (2023)

Apresentados esses aspectos sobre a seleção da plataforma e dos recursos digitais mobilizados, abordamos agora os sistemas de monitoramento de informação.

Sistemas de monitoramento de informação

Uma atividade fundamental para a manutenção da revista, tal como foi proposta, é o acompanhamento — ou, como designamos, o monitoramento da informação — sobre as pesquisas realizadas em programas de pós-graduação nas áreas de Biblioteconomia, Ciência da Informação e Museologia. É por meio desse monitoramento que são selecionados os recém-mestres e doutores a serem convidados para entrevistas, bem como as teses e dissertações que serão transformadas em notícias de divulgação científica.

O monitoramento da informação é abordado por Hoffmann (2013, p. 26), que o define como “o método ou técnica de observação e acompanhamento sistemático e constante de dados, informação e conhecimento relevantes ao negócio da organização”. Dentre as diversas possibilidades de abordagem, canalizamos nossas ações em soluções voltadas ao monitoramento da informação científica, especialmente aquela resultante dos trabalhos de pós-graduação — em particular, as teses e dissertações. Nesse sentido, estabelecemos duas formas

complementares de monitoramento: síncrona e assíncrona. Designamos como monitoramento da informação síncrona aquele realizado em tempo real e de maneira contínua; e como monitoramento da informação assíncrona, aquele realizado em intervalos de tempo — definidos ou não — e de forma pontual.

Para o monitoramento da informação síncrona, buscamos tecnologias que viabilizassem a coleta rápida das informações publicadas em repositórios e sites dos Programas de Pós-Graduação. Uma solução encontrada foi o uso da tecnologia RSS, abordada por Lino e Silva (2021), que pontuam:

Os canais RSS (*Really Simple Syndication, RDF Site Summary* ou *Rich Site Summary*) são estruturas de dados em XML que servem para representação de informação de modo compacto. São uma forma muito eficiente de gerir, num único sítio, as publicações provenientes de múltiplas fontes de informação, permitindo a agregação de conteúdos e a automatização da sua receção. (Lino; Silva, 2021, p. 22)

Essa tecnologia, bastante difundida nos anos 2000, ainda é incorporada a sistemas modernos de gerenciamento de conteúdo, como *WordPress*, *Joomla*, *Drupal* etc., além de sistemas de editoração eletrônica, como o *Open Journal Systems*, *Open Monograph Press*, *SciELO* e repositórios como o *DSpace*. Por meio de plataformas como *Feedly*, *Inoreader* ou *The Old Reader*, é

possível monitorar grandes quantidades de fontes de informação eletrônicas que operam com RSS e gerenciar seus conteúdos. No entanto, em alguns casos, o envio dos dados pode estar desconfigurado ou bloqueado pelo administrador do sistema.

Como alternativa, empregamos também duas extensões para navegadores de internet: *Update Scanner* e *Distill Web Monitor*. Essas ferramentas são tão eficazes quanto as plataformas de agregação de RSS, com a desvantagem de dependerem da instalação em navegadores específicos (*Mozilla Firefox* ou *Google Chrome*) e do uso em um computador ou notebook.

Dessa forma, utilizamos o Feedly e o *Update Scanner* para realizar o monitoramento síncrono de todos os repositórios e sites dos Programas de Pós-Graduação das áreas de Ciência da Informação e Museologia. Com esse monitoramento, é possível identificar as teses e dissertações assim que são depositadas em acesso aberto, agendar entrevistas, produzir notícias de divulgação científica e localizar inovações para compor a programação das edições da revista.

Para o monitoramento da informação assíncrona, utilizamos o Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES, adicionando temas (palavras-chave), filtros e refinamentos, com o objetivo de complementar a agenda editorial com pesquisas realizadas em programas de pós-graduação de todo o Brasil, em áreas como Educação, Linguística, Comunicação, entre outras, não monitoradas pelo monitoramento síncrono.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Podemos compreender a divulgação científica como um conjunto de atividades de produção e mediação do conhecimento, da cultura e do pensamento científico, com o propósito de informar e somar ao conhecimento do cidadão, oferecendo-lhe condições para se posicionar criticamente sobre o processo de produção do conhecimento, as políticas públicas e o uso de descobertas, produtos, tecnologias, termos e conceitos em seu cotidiano. Há, no cenário científico, pesquisas que não chegam ao conhecimento e à discussão pública, seja por serem consideradas de “pouca relevância”, pela crença de que não serão compreendidas por leigos, pela necessidade de sigilo para o desenvolvimento de propriedades industriais ou, ainda, pela ausência de uma cultura de divulgação científica e de canais adequados para essa finalidade.

Destarte, as soluções técnicas e tecnológicas empregadas na criação da Divulga-CI podem servir de referência para a implantação de outras iniciativas de revistas de divulgação científica. É importante ressaltar que apresentamos apenas parte do conhecimento produzido para estabelecer e manter a revista, sendo necessária a elaboração de outros trabalhos para documentar e transferir toda a experiência adquirida.

Por fim, esperamos desenvolver novos estudos para aprimorar a arquitetura da informação da revista Divulga-CI, implementar o uso de mídias sociais e promover a interação com os leitores. Outras possibilidades incluem a implementação de ações de marketing, de gestão da

informação e de práticas de gestão do conhecimento voltadas à equipe editorial. Nossa jornada no território da divulgação científica no campo da Ciência da Informação está apenas começando.

REFERÊNCIAS

ANDRETTA, P. I. S. Curadoria de conteúdo em Ciência da Informação: uma apresentação do projeto Informe-CI. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA, DOCUMENTAÇÃO E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 29, 2022, Online. **Anais...**, São Paulo: FEBAB, 2022. Disponível em: <https://portal.febab.org.br/cbbd2022/article/view/2620/2487>. Acesso em: 20 abr. 2023.

ANDRETTA, P. I. S.; FREIRE, I. M. A pesquisa em 'Divulgação Científica': um panorama a partir das teses e dissertações brasileiras. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 22., 2022, Porto Alegre. **Anais eletrônicos...** Porto Alegre: ANCIB, 2022. Disponível em: <https://enancib.ancib.org/index.php/enancib/xxienancib/paper/view/1064> . Acesso em: 04 mai. 2023.

BELTRÃO, J. F.; SILVA, T. C. Análise de políticas editoriais de periódicos científicos nacionais: contribuições para o boletim do museu paraense Emílio Goeldi. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 25, n. 3, p. 3-21, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1981-5344/3301> . Acesso em: 07 maio 2023.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 7 jul. 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em:

BUENO, W. C. B. Comunicação científica e divulgação científica: aproximações e rupturas conceituais.

Informação & Informação, Londrina, v. 15, n. esp, p. 1 - 12, 2010. Disponível em: <https://doi.org/10.5433/1981-8920.2010v15n1esp> Acesso em 28 dez. 2022.

BUENO, W. C. O jornalismo científico ontem e hoje.

Revista Alterior, v. 26, n.2, p. 151-157, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/issn.2176-1507.v26i2p151-157> . Acesso em 10 abr. 2023.

CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO EXPRESS. Sobre a Revista.

Ciência da Informação Express, Lavras, v. 1, n. 1, 2023. Disponível em:

<https://cienciadainformacaoexpress.ufla.br/index.php/review/about> . Acesso em: 28 abr. 2023.

FAIAD, Caio Ricardo. A Divulgação Científica em Texto: guia prático para cientistas escreverem notícias científicas. [S.l]: Amazon, 2021. Disponível em:

<https://www.amazon.com.br/Divulga%C3%A7%C3%A3o-Cient%C3%ADfica-Texto-cientistas-client%C3%ADficas-ebook/dp/B0976VZ63P> . Acesso em 26 set. 2022.

FETTER, G. L. Variação terminológica nas pesquisas sobre divulgação científica: análise dos termos empregados por professores-pesquisadores nas Universidades brasileiras. **Trabalhos em Linguística Aplicada**, v. 61, n. 1, p. 46-59, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/01031813v61n120228667394> . Acesso em 03 jan. 2023.

FRANÇA, A. A. Divulgação Científica no Brasil: espaços de interatividade na Web. 2015. Dissertação (Mestrado em Ciência, Tecnologia e Sociedade) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2015.

FREIRE, I. M. Pesquisa aplicada na ciência da informação. **Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação e Biblioteconomia**, João Pessoa, v. 15, n. 2, p. 1-13, 2020. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/150708> Acesso em: 16 maio 2023.

HOFFMANN, W. A. M. **Monitoramento da Informação:** uma introdução à inteligência competitiva. São Carlos: Edufscar, 2013.

KOMENO, E. M., et al. Velocidade de leitura e desempenho escolar na última série do ensino fundamental. **Estudos de Psicologia**, Campinas, v. 32, n.3, p. 437–447, jul.-set., 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0103-166X2015000300009> . Acesso em: 28 abr. 2012.

LIEVROUW, L. Communication, representation and scientific knowledge: a conceptual framework and case study. **Knowledge and Policy**, v.5, n.1, Spring, p.:6-28, 1990. Disponível em: <https://doi.org/10.1007/BF02692789> Acesso em: 28 abr. 2023.

LINO, O.; SILVA, C. Ferramentas web para a gestão de informação. In: JESUS, A. et al. **Instrumentos para transformar a experiência de aprendizagem: contexto superior**. Porto: Politema, 2021. Disponível em: <https://recipp.ipp.pt/handle/10400.22/18957> Acesso em: 03 maio 2023.

MACEDO, M. Divulgação Científica Interativa: Impacto de novos modelos de publicações eletrônicas sobre o sistema de divulgação da ciência e tecnologia e proposta de implantação de uma revista eletrônica de jornal. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 22.. **Anais eletrônico**. Curitiba: INTERCOM, 1999. Disponível em: <http://www.portcom.intercom.org.br/pdfs/e241820a4f0db56f31d721ea25455067.PDF> . Acesso em: 10 maio 2023.

MACEDO, M. Revistas de divulgação científica: do texto ao hipertexto. In: MASARANI, L.; MOREIRA, I. C.; BRITO, F. (Orgs.), **Ciência e público: Caminhos da divulgação científica no Brasil**. Rio de Janeiro: Casa da Ciência – Centro Cultural de Ciência e Tecnologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Forum de Ciência e Cultura, 2002. p. 185-202. Disponível em: <https://www.museudavida.fiocruz.br/images/Publicacoes>

_Educacao/PDFs/cienciaepublico.pdf . Acesso em: 28 abr. 2023.

MACEDO-ROUET, M. (2004). Legibilidade de revistas eletrônicas de divulgação científica. **Ciência Da Informação**, v. 32, n. 3, p. 103-112, set./dez. 2003.

Disponível em:

<https://revista.ibict.br/ciinf/article/view/994> . Acesso em: 28 abr. 2023.

MATTOZO, V.; CAMARGO, C. C. B.; LAGE, N. L. Jornalismo científico aplicado à área de energia no contexto do desenvolvimento sustentável. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 33, n. 1, p. 101-107, jan.-abr. 2004. Disponível em: <https://revista.ibict.br/ciinf/article/view/1073> . Acesso em: 10 maio 2023.

RIBEIRO, N. C. **Ciência Aberta em Universidades Públicas Federais Brasileiras**: políticas, ações e iniciativas. 2022. 372 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) - Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte: UFMG, 2022. Disponível em:
<https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/50212> . Acesso em: 09 maio 2023.

ROSINHA, R. C. Política editorial: aspectos a considerar. **Revista de Biblioteconomia de Brasília**, v. 17, n. 2, 1989. Disponível em:
<http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/72028> . Acesso em: 26 set. 2022.

STALLBAUM, I. Divulgação da produção científica:
proposta de sistematização das sinopses de teses e
dissertações usando abordagem jornalística. 2005. 253 f.
Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) -
Programa de Pós-Graduação, UFSC, Florianópolis.
Disponível em:
<https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/103039> .
Acesso em: 26 set. 2022.

VALERIO, P. M. Comunicação científica em web sites de
divulgação. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA E
PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 10.,
João Pessoal, PB, 2009. **Anais...** João Pessoal: ANCIB,
2009. Disponível em:
<https://cip.brapci.inf.br//benancib/v/175453> . Acesso em:
12 maio 2023

**VERGARA, S. C. Projetos e relatórios de pesquisa em
administração.** 17. ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2016.
Disponível em:
<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597007480/> . Acesso em 28 abr. 2023.

Capítulo 5

DA DIFUSÃO ÀS MEDIAÇÕES: REFLEXÕES SOBRE A EXPOSIÇÃO MUSEU ITINERANTE 3D EM PORTO VELHO - RO

Jonathan Luiz Ignácio

Pedro Ivo Silveira Andretta

INTRODUÇÃO

De início, consideramos que desde os anos 1980, especialmente na França, o conceito de mediação cultural passou a integrar as políticas culturais e os espaços museais e artísticos, expandindo-se também para a educação popular e a cultura (Saez, 2018). Jean Caune (2018) associa essa ampliação à tentativa de superar o antagonismo entre cultura e educação popular, visando ações conjuntas em prol da democratização do acesso às práticas culturais e ao patrimônio.

Em um estado de diversidade cultural e histórica, como Rondônia, o papel dos museus devem ultrapassar a função de preservação de acervos, assumindo responsabilidades sociais relacionadas à acessibilidade, à representatividade e à dinamização e mediação cultural. Nesse sentido, analisar como se configuram as práticas de mediação nesses espaços torna-se fundamental para avaliar a atuação das instituições museológicas enquanto instâncias públicas de produção de conhecimento, construção da memória e promoção da participação social.

Dito isso, na presente pesquisa, tomamos como questão de pesquisa: “Como se configuram as práticas de mediação cultural em museus de Rondônia?”. Nesses termos, fixamos como objetivo geral: apresentar e refletir sobre os recursos e os processos de mediação apresentados no “Museu Itinerante 3D”, promovido pelo Governo do Estado de Rondônia, através da Fundação Cultural do Estado de Rondônia – FUNCER.

Lançadas essas considerações iniciais, na próxima seção buscaremos reunir e sumarizar alguns entendimentos recentes sobre as práticas e os desdobramentos teóricos relacionados à compreensão das formas da mediação em museus, com ênfase na produção científica apresentada no Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação (Enancib). Na seção seguinte, apresentamos na metodologia, o corpus de pesquisa e os procedimentos metodológicos. Depois, descreveremos a exposição Museu Itinerante 3D, seus recursos e aspectos gerais das mediações. Na penúltima seção, confrontamos a prática observada com os referenciais teóricos de Rasse (2000), Perrotti e Pieruccini (2014), e Chaumier e Mairesse

(2017). Por fim, nas considerações finais, sintetizamos nosso percurso teórico-metodológico, os resultados, as limitações e as perspectivas para o futuro.

MEDIAÇÃO CULTURAL EM MUSEUS: PERSPECTIVAS NO CAMPO DA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

Compreendemos que as discussões sobre as práticas e políticas de mediação em museus tensionam os limites tanto do “GT 3 - Mediação, Circulação e Apropriação da Informação” como também do “GT 9 - Museu, Patrimônio e Informação” das edições do Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação. Nesse sentido, iniciamos um levantamento dos trabalhos que mencionam as palavras: “museu” e “mediação” ou “mediadores” na Base de Dados do ENANCIB – BENANCIB⁴.

Ao compilarmos o “Quadro 1 - Pesquisas sobre museus, mediação e mediadores apresentadas no ENANCIB”, percebemos que os trabalhos do GT-03 tendem a abordar aspectos técnicos, comunicacionais e informacionais da mediação em museus, com ênfase em dispositivos, instrumentos, processos e técnicas de mediação da informação. Há um olhar voltado para o design da informação, acessibilidade e expografia; a mediação como processo informacional e análise de caso com ênfase em mediação informacional e relacional. Por outro lado, os trabalhos do GT-09 apresentam uma abordagem mais voltada para a museologia enquanto campo das ciências

⁴ Base de Dados do ENANCIB. Disponível em: <https://brapci.inf.br/benancib>

humanas e sociais, abordando questões de memória, identidade, comunidade e patrimônio; discussões sobre o papel do museu como espaço político e social e abordagens críticas sobre o museu-espetáculo, cultura de massa, turismo e sustentabilidade.

Quadro 1 - Pesquisas sobre museus, mediação e mediadores apresentadas no ENANCIB

Título	Autores	Ano	GT
Memória e comunidade: compreendendo a função do museu vivo da memória candanga na construção da história de Brasília	Juliana Gois Bueno; Teresa Cristina Moletta Scheiner	2024	09
Comunicação de massa no museu da misericórdia: mediação para turistas	Camila Vieira Guerreiro; Ana Helena da Silva Delfino Duarte; José Cláudio Alves de Oliveira	2023	09
Mediação cultural e informational como responsabilidade social	Talita Cristina da Silva; Maria Amélia Gomes de Souza Reis	2023	09
Reflexões atuais sobre o museu-espetáculo: entre a cultura de massa e o dispositivo de mediação	Charles Narloch; Teresa Cristina Moletta Scheiner	2023	09
O texto da exposição como elemento expográfico e mediador	Thiago Giordano de Souza Siqueira; Oswaldo Francisco de Almeida Júnior	2023	03

Título	Autores	Ano	GT
da informação em museus			
Design da informação e acessibilidade em museus: inserindo a audiodescrição como produto de inclusão sociocultural no largo da gente sergipana	Germana Gonçalves de Araújo; Alexandre da Silva Conceição	2023	09
Mediação cultural da informação: museu de arte sacra de São Cristóvão - Sergipe	José Luiz Venâncio; Loíze Raquel S. S. Vilas-Bôas; Renata Ferreira Costa	2021	03
Memória e comunidade; compreendendo a função do museu vivo da memória candanga na construção da história de Brasília	Julia Gois Bueno; Teresa Cristina Moletta Scheiner	2024	09
Comunicação de massa no museu da misericórdia: mediação para turistas	Camila Vieira Guerreiro; Ana Helena da Silva Delfino Duarte; José Cláudio Alves de Oliveira	2023	09
Mediação cultural e informational como responsabilidade social	Talita Cristina da Silva; Maria Amélia Gomes de Souza Reis	2023	09
Mediação cultural para o protagonismo social	Maria Jacques Aparecida Arruda;	2021	03

Título	Autores	Ano	GT
	Rosângela Formentini Caldas		
Discutindo coleções: capitalismo e memória cultural	Giulia Crippa	2018	10
Mediação entre espaços museológicos e sustentabilidade: estudo de caso do patrimônio edificado	Anna Sophia Barbosa Baracho; Renata Maria Abrantes Baracho Porto; Cátia Rodrigues Barbosa	2016	09
Salvador cidade capital / cidade patrimônio: mediação entre cidade museu, patrimônio cultural e cibernetização	Heloisa Helena Fernandes Gonçalves da Costa	2015	09
Os processos de mediação da cultura e da informação de folguedos em equipamentos culturais de Maceió-AL: estudo de caso no museu Théo Brandão de Antropologia e Folclore	Mona Cleide Quirino da Silva Farias	2012	03
Memória e comunidade: compreendendo a função do museu vivo da memória candanga na construção da história de Brasília	Juliana Gois Bueno; Teresa Cristina Moletta Scheiner	2024	09

Título	Autores	Ano	GT
Comunicação de massa no museu da misericórdia: mediação para turistas	Camila Vieira Guerreiro; Ana Helena da Silva Delfino Duarte; José Cláudio Alves de Oliveira	2023	09
Mediação cultural e informacional como responsabilidade social	Talita Cristina da Silva; Maria Amélia Gomes de Souza Reis	2023	09
A mediação cultural como ferramenta de comunicação nos museus de ciências	Joana Braga; Giulia Crippa	2011	03
O conceito de museu virtual a partir das noções de reprodução técnica de Walter Benjamin	Bruno César Rodrigues; Giulia Crippa	2010	09
O museu como um espaço relacional	Durval de Lara Filho	2006	03

Fonte: Dados de pesquisa (2025).

As pesquisas sobre mediação cultural e informacional em museus apresentadas no Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação (ENANCIB) demonstram uma diversidade de abordagens e objetos de análise. Dentre as pesquisas elencadas, destacamos:

Aquelas que abordam o museu como espaço de interação. Nesse segmento, temos a pesquisa: “O museu como um espaço relacional” que argumenta que o museu

do século XXI deve modificar o foco de sua atuação, tradicionalmente centrado na coleção, para priorizar o relacionamento entre os agentes. A principal conclusão de Lara Filho (2006) é que a instituição museal precisa se transformar em um espaço de experiência relacional; para isso, recomenda-se a adoção de uma curadoria procedural. "A mediação cultural como ferramenta de comunicação nos museus de ciências", de Braga e Crippa (2011), salienta que diante da complexidade dos conteúdos e da linguagem técnica dos conteúdos científicos, a mediação deve ser vista como mecanismo de negociação do saber, cabendo aos profissionais equilibrarem dispositivos interativos, abordagens expositivas e alternativas sensoriais. E também, a "Mediação cultural e informacional como responsabilidade social" (Silva; Reis, 2023), há uma abordagem que posiciona a mediação em um contexto de responsabilidade social, na qual os profissionais da informação e os museus atuam como agentes de transformação ao mediar as relações de trocas culturais. As autoras defendem que é fundamental que os museus se comprometam com o "ser espaço de relação", estimulando novas produções e convivendo com as diversidades culturais — e não apenas com o "ter, acumular e preservar tesouros".

Aquelas que abordam o museu como espaço de manifestações culturais e decoloniais. No contexto das manifestações culturais regionais, "Os processos de mediação da cultura e da informação de folguedos em equipamentos culturais de Maceió-AL: estudo de caso no Museu Théo Brandão de Antropologia e Folclore", de Farias (2012), investiga o uso da Semiótica da Cultura para abordar

os folguedos com sua significação. A autora demonstra que a mediação ativa nos equipamentos culturais eleva esses espaços a locais de diálogo e construção cultural. Já no âmbito da gestão dos saberes etnológicos e o protagonismo indígena, "Mediação cultural para o protagonismo social", centra sua análise na potencialidade da mediação cultural e informacional em promover o etnodesenvolvimento dos povos indígenas. As pesquisadoras Arruda e Caldas (2021) constatam que a apenas a disponibilização de fontes informacionais institucionais, como pela FUNAI, Biblioteca Curt Nimuendajú e Museu do Índio, só é efetiva quando acompanhada de políticas mediadoras voltadas para a apropriação crítica dos saberes e conectadas às realidades e valores das comunidades indígenas, com estímulo ao acesso online e remoto.

Aquelas que abordam o museu em suas formas de comunicação e informação. No âmbito da comunicação textual, "O texto da exposição como elemento expográfico e mediador da informação em museus" examina o papel da comunicação textual na experiência museal. Siqueira e Almeida Junior (2023) concluem que, para que a comunicação seja bem-sucedida, o texto da exposição deve ser um elemento mediador da informação. Portanto, os museus devem considerar a diversidade sociocultural do público e adaptar suas estratégias de comunicação em diferentes níveis, para favorecer a apropriação da informação. Já em "Comunicação de massa no Museu da Misericórdia: mediação para turistas", de Guerreiro, Duarte e Oliveira (2023), destacam que o modelo predominante no Museu da Misericórdia (Salvador – BA), ao longo de 13 anos, foi pautado por práticas instrucionistas e comunicação

massiva. Os autores evidenciam a ausência de mecanismos avaliativos e a necessidade de implementação de estratégias de escuta e aprimoramento metodológico, de modo que as práticas de mediação possam ser efetivas e ajustadas às necessidades dos visitantes-turistas.

Em comum, as sete pesquisas convergem na defesa de um modelo de museu centrado na mediação e no visitante, em oposição à concepção tradicional, que privilegia a coleção. Em conjunto, essas contribuições reforçam a ideia de que a mediação cultural e informacional deve ser o eixo estruturante das práticas museais contemporâneas. Os estudos evidenciam que a experiência do visitante depende tanto de estratégias comunicacionais – textos, curadorias e métodos de avaliação – quanto de um compromisso ético-social, capaz de transformar o museu em verdadeiro espaço de relação e de produção cultural compartilhada.

Na seção seguinte, apresentamos a tipologia da metodologia e eixos de análise.

METODOLOGIA

A presente pesquisa pode ser classificada como básica, do ponto de vista de sua natureza; qualitativa, do ponto de vista da abordagem do problema; exploratória, quanto a seus objetivos; e de observação e documental quanto aos procedimentos técnicos. Em nossa expectativa de apresentar e refletir sobre os recursos e os processos de mediação apresentados no “Museu Itinerante 3D”,

apresentaremos nossos resultados em dois eixos complementares que articulam a observação empírica *in loco* e considerações à luz da literatura científica sobre as formas da mediação em museus, com foco na mediação cultural.

No primeiro eixo, foi realizada a visita *in loco* ao Museu da Memória Rondoniense, com o intuito de observar a exposição “Museu Itinerante 3D” e acompanhar as estratégias de mediação cultural ali empregadas. Para a visita, utilizamos um roteiro de observação, considerando aspectos físicos, interativos, visuais, textuais, sensoriais e comunicacionais, além de registros em fotos, vídeos e coleta de material. Complementarmente, foram analisadas as publicações do perfil oficial do museu no Instagram⁵.

No segundo eixo, propomos, a articulação e o confronto entre teoria e prática, analisando a experiência empírica. Nesses termos, apresentaremos as perspectivas sobre mediação cultural abordada por Rasse (2000), Perrotti e Pieruccini (2014) e Chaumier e Mairesse (2017), identificando como a mediação se manifesta no espaço da exposição “Museu Itinerante 3D” e como ela se alinha, ou se desvia, dos modelos teóricos apresentados.

Na seção seguinte, apresentamos a exposição Museu Itinerante 3D, seus recursos e aspectos gerais da experiência na visitação.

⁵ Postagem “Museu Itinerante 3D”. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/DJ7V33ZPfeX/>

O PERCURSO EXPOSITIVO NO MUSEU ITINERANTE 3D

Nos dias 15 e 16 de maio de 2025, a exposição "Museu Itinerante 3D", organizada pelo Museu da Memória Rondoniense (MERO), que estava fechado para reforma no momento da exposição, foi realizada na Casa da Cultura Ivan Marrocos, durante a 23a Semana Nacional de Museus.

Figura 1 – Divulgação da exposição- Instagram do MERO



Fonte: Dados da pesquisa (2025)

Com estrutura composta por painéis de madeira dupla face, a exposição foi pensada para circular por diferentes espaços e alcançar novos públicos. A proposta combina imagens em 3D, visualizadas por meio de óculos anáglifos, de papel com lentes azul e vermelha, permitindo

ao visitante uma visualização mais imersiva das peças fotografadas, esse recurso “ultrapassa a mera transposição linguística, pois envolve a decodificação e recodificação de sentidos em suportes e linguagens diversas.” (Siqueira, 2025, p. 66).

As fotografias são acompanhadas de textos explicativos, versando sobre os diferentes acervos do museu, como os acervos arqueológico, paleontológico, biológico, etnográfico, geológico, documental e artístico.

Figura 2 – Exemplo de um dos painéis da Exposição



Fonte: Própria (2025)

O percurso expositivo começava com três painéis sobre o Palácio Presidente Getúlio Vargas, antiga sede do governo estadual e atual sede do MERO, com narrativa cronológica e descritiva, centrada na arquitetura do prédio e sua transformação institucional. Na sequência, os painéis apresentavam imagens e textos sobre objetos dos diversos

núcleos do acervo, uma construção visualmente atrativa, com textos de linguagem direta e simples.

Entre as fotografias da exposição estavam crânios humanos com marcas pós-morte, fragmentos cerâmicos, cestos trançados e cristais de quartzo coletados na região de Guajará-Mirim e uma urna funerária indígena com mais de quatro mil anos. A escultura tridimensional da obra Curandeira, de Rita Queiroz, representa o acervo artístico do museu, encerrando a exposição.

Os textos, embora acessíveis em termos de linguagem, apresentavam repetições discursivas, eram marcados por trechos de superficialidade conceitual e ausência de contextualizações mais profundas, caíam na repetição de fórmulas genéricas.

Como observa Siqueira (2025, p. 68),

[...] o texto assume múltiplas abordagens possíveis. Embora muitas exposições na contemporaneidade explorem linguagens híbridas, principalmente mediadas por tecnologias de informação e comunicação, o texto continua assumindo um papel importante na atmosfera expositiva. Ele possibilita a visita e a interação com os objetos e demais elementos da exposição.

Quando o discurso expositivo opta por generalidades como “riqueza cultural” ou “fonte de conhecimento”, sem contextualizar os objetos em sua origem, função ou apropriação social, ele reduz a

potencialidade e despolitiza a mediação e os itens musealizados.

Exemplos disso são evidentes na descrição da urna funerária indígena, cuja importância arqueológica é destacada, mas sem qualquer referência ao povo, ao contexto de uso ou à cosmologia indígena que a atravessa. Essa omissão resulta no apagamento das marcas culturais e históricas nas representações, uma forma de silenciamento discursivo, que oculta as identidades. O mesmo ocorre com o crânio humano exposto (Figura 3), cuja descrição limita-se a uma estimativa de idade, configurando uma mediação que dessignifica essas identidades.

Outro ponto de destaque foi a centralidade conferida à “Sala do Governador” (Figura 4). Ela representa mais do que uma simples ambientação histórica: ela reitera uma narrativa centrada no poder político e administrativo do Estado. Ao atribuir a esse espaço a função de lugar onde “grandes decisões moldaram o destino do reino”, o discurso expositivo se ancora numa perspectiva monumental da história. Esta sala é destacada também no *flyer* institucional da exposição, o material que circula fora do espaço museal em uma lógica de representação transmitida e reverenciada, em contraste com uma abordagem que acolheria os dissensos, os ruídos e as contranarrativas.

Figura 3 – Exemplo de um dos painéis da Exposição

Painel Interativo	Interação com o painel
<p>Painel Interativo</p> <p>Acervo Arqueológico</p> <p>Crânio humano fragmentado é o maior crânio da coleção, com poucas incrustações do "mucururu", e substituição parcial de ferro nas suturas. Apresenta quatro dentes ainda com raiz. Em uma das laterais do crânio na porção superior, existe um furo circular. Provavelmente sexo masculino, com aproximadamente 35 anos de idade.</p> <p>Mucururu: camada geológica (tipo de solo com bastante ferro)</p>	<p>Interação com o painel</p> <p>Transcrição do painel</p> <p>Acervo Arqueológico</p> <p>Crânio humano fragmentado é o maior crânio da coleção, com poucas incrustações do "mucururu", e substituição parcial de ferro nas suturas. Apresenta quatro dentes ainda com raiz. Em uma das laterais do crânio na porção superior, existe um furo circular. Provavelmente sexo masculino, com aproximadamente 35 anos de idade.</p> <p>Mucururu: camada geológica (tipo de solo com bastante ferro)</p>

Fonte: Instagram do @museudamemoriarondoniense (2025)

Figura 4 – Detalhe do Folder institucional.

<p>SALA DO GOVERNADOR</p> <p>Sala do Governador, não se trata de uma exposição, é um espaço imponente e cheio de história, onde as decisões mais importantes foram tomadas pelos governadores que administravam o Estado de Rondônia. A grande mesa no centro da sala servia de palco para reuniões que moldavam o destino do reino. É na Sala do Governador que os destinos se entrelaçavam e os rumos foram traçados.</p> 	<p>Transcrição do flyer</p> <p>SALA DO GOVERNADOR</p> <p>Sala do Governador, não se trata de uma exposição, é um espaço imponente e cheio de história, onde as decisões mais importantes foram tomadas pelos governadores que administravam o Estado de Rondônia. A grande mesa no centro da sala servia de palco para reuniões que moldavam o destino do reino. É na Sala do Governador que os destinos se entrelaçavam e os rumos foram traçados.</p>
--	---

Fonte: MERO (2025)

Em contrapartida, a escultura “A Curandeira”, de Rita Queiroz, apresentou uma inflexão discursiva interessante. A obra, acompanhada de texto da própria artista, evocava experiências afetivas, práticas ancestrais e saberes tradicionais femininos presentes no imaginário ribeirinho.

Figura 5 – A Curandeira – Rita Queiroz.

	<p>Transcrição do painel A curandeira</p> <p>Essa instalação é o resgate da minha infância. Trata-se da personificação de mulheres rezadeiras e parturientes que houveram suas curas através do saber hereditário de suas ancestrais. Utilizavam chás, garrafadas, massagens e banhos com ervas específicas e rituais de reza e benzimentos.</p>
<p>A curandeira</p> <p>Essa instalação é o resgate da minha infância, trata-se da personificação de mulheres rezadeiras e parturientes que houveram suas curas através do saber hereditário de suas ancestrais.</p> <p>Utilizavam chás, garrafadas, massagens e banhos com ervas específicas e rituais de reza e benzimentos.</p> <p>"Curandeira" para qualificá-la e demonstrar, com fato de vestir de rasta, "impunham castigo e felicidade do corpo", problemas de origem ginecológica, sem respeitar as regras econômicas e fazer sorte das encomendas.</p> <p>Muitas dessas curandeiras não sabiam ler nem escrever, algumas também utilizavam o baralho como espécie de oráculo para saber se os males das pessoas eram de corpo ou de alma.</p> <p>Nas terras religiosas dentro, esse tipo de pessoa que realizava, dentro ou outside desses muros como cônico caótico (a cura pela fé).</p>	<p>"Consertavam" osso quebrado e desmentidura, com faixa de cipós da mata, "espinhela caída" e "mãe do corpo" (problemas de origem ginecológica) com massagens na região abdominal e baixo ventre das mulheres.</p> <p>Muitas dessas curandeiras não sabiam ler nem escrever, algumas também utilizavam baralho, como uma espécie de oráculo para saber se os maus das pessoas eram do corpo ou da alma.</p> <p>Não tinham religião definida. Hoje após pesquisas que realizei, defino o saber dessas mulheres como ciência quântica (a cura pela fé). RITA QUEIROZ (Artista plástica)</p>

Fonte: Própria (2025)

É importante observar na exposição a presença de atividades de interação, como o caça-palavras e o quiz. No “Caça Palavras do Museu”, o público é convidado a localizar palavras como “Fóssil”, “Crânio”, “Patrimônio” e “Exposição”, palavras que, embora relacionadas ao universo museológico, apareciam de forma solta. Já no “Quiz do Museu”, a proposta era marcar como “verdade” ou “mentira” alguns enunciados sobre o acervo. Assim, percebemos que, embora bem-intencionadas, essas ações interativas careciam de maior articulação, a fim de estimular o público a refletir sobre o acervo, compreender seu significado e estabelecer conexões com sua própria experiência e comunidade.

Figura 6 – Visão Geral da Exposição



Fonte: Instagram do @museudamemoriarondoniense (2025)

A fotografia e a tecnologia anáglica dos painéis foram um ponto de destaque. A experiência de ver, por exemplo, o crânio de um jacaré encontrado no Rio Madeira com efeito de profundidade permitiu perceber as dimensões e as formas dos objetos. Por outro lado, as atividades de caça-palavras e o quiz voltaram-se para o aspecto lúdico e de reforço da aprendizagem.

Durante a visita, a atuação dos mediadores foi um ponto de atenção. O diálogo com um deles, em especial, possibilitou trocas e esclarecimentos, demonstrando abertura à escuta e disposição para interação. Nesse caso, observa-se que a mediação ocorreu centrada nas explicações sobre os conteúdos e no esclarecimento de dúvidas.

A seguir, apresentaremos o confronto entre nossa experiência na visita com os entendimentos de mediação cultural de Rasse (2000), Chaumier e Mairesse (2017) e Perrotti e Pieruccini (2014).

AS FORMAS DA MEDIAÇÃO CULTURAL NO MUSEU ITINERANTE 3D

Nesta seção articulamos a experiência da visita com os entendimentos da noção de mediação cultural, buscando verificar como os recursos e processos de mediação do “Museu Itinerante 3D” se alinham, ou se desviam, das concepções teóricas de Rasse (2000), Perrotti e Pieruccini (2014) e Mairesse e Chaumier (2017).

A mediação, segundo Rasse (2000), configura-se como um processo de negociação e acolhimento das

diferenças, em que o visitante da exposição é reconhecido em sua singularidade cultural, social e cognitiva. Nessa mesma direção, Perrotti e Pieruccini (2014) defendem uma mudança de paradigma nas instituições culturais, que devem deixar de ser concebidas apenas como repositórios de saber (*templum*) ou centros de difusão (*emporium*) para assumirem o papel de fóruns: espaços dinâmicos de encontro e articulação entre diferentes saberes, característica essencial da mediação cultural. De modo complementar, Mairesse e Chaumier (2017) afastam a ideia de mediação como mera transmissão de conteúdos, compreendendo-a como um processo de desenvolvimento humano e social, voltado a estimular a capacidade interpretativa dos públicos diante dos objetos culturais.

Nesses termos, Rasse propõe uma visão em que a mediação oscila entre dois polos: a “utopia”, que representa uma experiência estética e social capaz de conectar o indivíduo ao coletivo, e a “ortopédica”, marcada por práticas pragmáticas que visam reduzir fraturas sociais. Nessa perspectiva, o mediador atua como criador de espaços de acolhimento, reconhecendo e respeitando diferenças culturais e sociais. Para o autor, a mediação é um processo essencial, que se torna mais perceptível quando ausente, exigindo equilíbrio entre o ideal e a prática. Nesses termos, Rasse (2000), pontua:

[...] a mediação, como a entendemos, considera antes de tudo que a pessoa é diferente, estranha ao lugar ou ao assunto. Ela se esforça para acolhê-los, para explicar, para traduzir em um

processo de negociação a partir de tudo que cada é, de suas habilidades cognitivas, de sua própria cultura, de suas aspirações, de suas ansiedades, de sua própria história, de seu status social. (Rasse, 2000, p. 75, tradução nossa).

Na exposição do MERO, a proposta itinerante e o uso da tecnologia 3D com óculos anáglifos já demonstram um esforço de aproximação: ao circular por diferentes espaços e buscar públicos variados, a instituição amplia o acesso e promove o acolhimento de diferentes perfis de visitantes. O caráter lúdico do caça-palavras e do quiz também sinaliza a tentativa de dialogar com públicos de faixas etárias diversas. Contudo, a superficialidade e produção dos textos explicativos - por exemplo, ao tratar da urna funerária indígena sem contextualização étnica - limitam a negociação de significados e o reconhecimento das diferenças culturais, deixando lacunas para o acolhimento da alteridade.

Já Perrotti e Pieruccini, por sua vez, ampliam a compreensão da mediação cultural ao concebê-la não apenas como prática, mas como um verdadeiro modelo epistemológico. Para eles, a mediação é um processo autônomo e criativo de produção de sentidos, no qual o mediador se torna operador de significados: não se limita a transmitir conteúdos, mas cria e sustenta diálogos, favorecendo a apropriação cultural. Essa concepção supera os paradigmas tradicionais de conservação e difusão, elevando a mediação à condição de categoria

teórico-metodológica que reconfigura o papel das instituições culturais.

Do ponto de vista epistemológico, portanto, a noção de mediação cultural emerge num momento em que a difusão cultural dá mostras claras de esgotamento. Ancorada na ideia de transmissão como um valor em si, a difusão cultural acabou fechando-se num diffusionismo ou transmissivismo inoperante, ao deixar de considerar - ou considerando só residualmente - demandas específicas e complexas dos processos de recepção e apropriação dos signos. (Perrotti, 2016, p. 11).

Na maior parte do percurso expositivo, predomina ainda uma lógica de *templum/emporium*: os painéis descrevem acervos arqueológicos, biológicos e artísticos de modo informativo e relativamente neutro, reforçando uma visão monumental da história, especialmente na ênfase à Sala do Governador. Essa centralidade do poder estatal reproduz uma narrativa oficial, pouco aberta à polifonia de vozes. Em contrapartida, a instalação “A Curandeira”, de Rita Queiroz, com texto autoral que evoca práticas de cura e saberes ribeirinhos femininos, rompe com a linearidade e convida à reflexão sobre tradições silenciadas. Esse momento aproxima a exposição da concepção de mediação cultural, na medida em que promove o encontro e a valorização entre diferentes saberes.

Por fim, Chaumier e Mairesse (2017) rejeitam a ideia de mediação como transmissão de conteúdos, defendendo-a como um gesto de desvelamento e de promoção da autonomia, voltado ao desenvolvimento humano e social. O mediador, nesse enfoque, estimula e cria oportunidades de encontro, sem impor interpretações, promovendo a arte “na vida” e reconhecendo o artista como operador social. A mediação cultural, para esses autores, atravessa diferentes dimensões - estética, de conteúdo, formal e artística - e se funda na liberdade de escolha e na participação ativa do público.

[...] a mediação não é apenas um intermediário para a transferência de conteúdo do ponto A para o ponto B, do emissor para o receptor. Não se destina a levar informações sobre um objeto para um destinatário, nem mesmo para explicá-lo. Trata-se de uma visão limitada e, para dizer a verdade, um desconhecimento da mediação cultural. Esta é muito mais rica e tem um alcance mais fundamental do que isso. (Chaumier; Mairesse, 2017, p. 34, tradução nossa).

O uso da fotografia em 3D possibilita uma experiência sensorial e imersiva que favorece essa dimensão interpretativa, entretanto, a falta de contextualização crítica de muitos objetos – como o crânio humano ou o cesto trançado apresentados sem referência à origem ou função social – limita a potência

transformadora da experiência. A instalação “A Curandeira”, novamente, destaca-se como exceção: a narrativa da artista convida o visitante a refletir sobre saberes tradicionais e suas ressonâncias contemporâneas, estimulando um processo de aprendizagem cultural que vai além da mera contemplação.

Em conjunto, os entendimentos apresentados sobre a mediação cultural a tomam como um processo complexo e multidimensional, que ultrapassa a mera comunicação de informações para constituir-se em prática transformadora. O mediador surge, assim, como agente de construção de sentidos, articulando experiência estética, diálogo e participação, e contribuindo para o fortalecimento da autonomia e da diversidade cultural.

Nesses termos, a exposição “Museu Itinerante 3D” demonstra tensões próprias do campo museológico contemporâneo. Por um lado, a itinerância, a tecnologia anáglifa e as atividades lúdicas revelam esforço de democratização do acesso e diálogo com diferentes públicos, o que se alinha às propostas de Rasse (2000). Por outro, a ênfase em narrativas oficiais e a superficialidade dos textos apontam para uma mediação ainda marcada pelo paradigma do difusionista (Perrotti e Pieruccini (2014), reforçando a história monumental do Estado e invisibilizando outros saberes. Dito isso, a experiência evidencia que a mediação cultural não é um dado automático da prática expositiva, mas um processo crítico e contínuo que exige intencionalidade (Chaumier; Mairesse, 2017).

Por fim, nas considerações finais, sintetizamos nosso percurso teórico-metodológico, os resultados e perspectivas para as ações museais em Porto Velho.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta pesquisa, buscamos apresentar e refletir sobre os recursos e os processos de mediação presentes no Museu Itinerante 3D, promovido pelo Governo do Estado de Rondônia, por meio da Fundação Cultural do Estado de Rondônia – FUNCER. Para isso, levantamos algumas pesquisas do campo da Ciência da Informação que problematizam o papel dos museus e das instituições culturais, considerando a mediação como um processo de construção social do conhecimento e de ampliação do diálogo entre diferentes saberes. Além disso, fixamo-nos em estudos que apontam que a mediação cultural contribui para ampliar o acesso e a apropriação da cultura, promover experiências significativas junto ao público e fomentar processos educativos.

Na análise da exposição Museu Itinerante 3D, observamos a complexidade dos processos comunicacionais que operam em espaços museológicos, evidenciando como as práticas expositivas são atravessadas por negociações, disputas por sentidos e estratégias de mediação nem sempre plenamente efetivadas. A partir da literatura científica, reconhecemos que os museus são espaços privilegiados de produção, circulação e apropriação de saberes, desempenhando um papel central na dinamização cultural e na construção de vínculos entre patrimônio, conhecimento e sociedade.

Em nossa visão, ainda inicial e orientada pelas lentes e entendimentos de Rasse (2000), Perrotti e Pieruccini (2014), e Chaumier e Mairesse (2017), constatamos que, embora tenha havido esforços na exposição Museu Itinerante 3D para chamar a atenção do público (com os painéis, os objetos musealizados e as pessoas mediadoras), faltaram estratégias e dispositivos mais bem estruturados para acolher diferentes públicos e permitir leituras múltiplas dos conteúdos apresentados, com um olhar mais atento à inclusão, ainda que os mediadores tenham contribuído para o entendimento da exposição e estavam disponíveis para o diálogo. A experiência não chegou a configurar um espaço de mediação cultural em seu sentido mais profundo.

Por fim, a exposição “Museu Itinerante 3D” apresenta avanços na democratização do acesso e na experimentação sensorial, mas sua forma de tensionar a mediação cultural ainda demanda aprimoramentos. Há momentos pontuais - como em “A Curandeira” - nos quais a proposta se aproxima do ideal de mediação cultural descrito por Perrotti e Pieruccini (2014) e do desenvolvimento humano proposto por Chaumier e Mairesse (2017), enquanto grande parte da exposição permanece atrelada ao paradigma da difusão cultural, com narrativas oficiais e pouca problematização das diferenças culturais. Assim, a experiência do Museu Itinerante 3D permite-nos refletir sobre os desafios e as potencialidades da mediação cultural em contextos museológicos, sobretudo em Porto Velho, reafirmando que o museu deve se tornar um espaço de reflexão crítica e participativa da memória e da cultura.

REFERÊNCIAS

- ARRUDA, M. A. J.; CALDAS, R. F. Mediação cultural para o protagonismo social. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO (ENANCIB), 21., 2021, Rio de Janeiro, RJ. **Anais** [...]. Rio de Janeiro: UFRJ / IBICT / ANCIB, 2021. Disponível em: <https://enancib.ancib.org/index.php/enancib/xxienancib/aper/view/283>. Acesso em: 23 set. 2025.
- BRAGA, J.; CRIPPA, G. A mediação cultural como ferramenta de comunicação nos museus de ciências. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO (ENANCIB), 12., 2011, Brasília, DF. **Anais** [...]. Brasília: UnB / ANCIB, 2011. Disponível em: <https://brapci.inf.br/v/179397>. Acesso em: 23 set. 2025.
- CAUNE, J. La médiation culturelle. Notion mana ou nouveau paradigme? **L'Observatoire**, Paris, n, 51, p. 9-11, 2018.
- CHAUMIER, Serge; MAIRESSE, François. **La médiation culturelle**. 2.ed. Paris: Armand Colin, 2017.
- FARIAS, M. C. Q. S. Os processos de mediação da cultura e da informação de folguedos em equipamentos culturais de Maceió-AL: estudo de caso no Museu Théo Brandão de Antropologia e Folclore. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO (ENANCIB), 13., 2012, Rio de Janeiro, RJ. **Anais** [...]. Rio de Janeiro: Fiocruz /

ANCIB, 2012. Disponível em:

<http://enancib.ibict.br/index.php/enancib/xiienancib/paper/viewFile/3706/2829>. Acesso em: 23 set. 2025.

GUERREIRO, C. V.; DUARTE, A. H. S. D.; OLIVEIRA, J. C. A.

Comunicação de massa no museu da Misericórdia:
mediação para turistas. In: ENCONTRO NACIONAL DE
PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO (ENANCIB), 24.,
2023, Aracaju, SE. **Anais** [...]. Aracaju: ANCIB, 2023.

Disponível em:

<https://enancib.ancib.org/index.php/enancib/xxxiiienancib/paper/view/1832/1313>. Acesso em: 23 set. 2025.

LARA FILHO, D. O museu como um espaço relacional. In:

ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA
INFORMAÇÃO (ENANCIB), 7., 2006, Marília, SP. **Anais** [...].
Marília: ANCIB, 2006. Disponível em:

<https://brapci.inf.br/v/178883>. Acesso em: 23 set. 2025.

PERROTTI, E. Mediação Cultural: além dos procedimentos.
In: SALCEDO, D. A. (org.). **Mediação cultural**. São Carlos:
Pedro & João Editores, 2016

PERROTTI, Edmir; PIERUCCINI, Ivete. A mediação cultural
como categoria autônoma. **Informação & Informação**.

Londrina, v. 19, n. 2, p. 1-22, out. 2014. Disponível em:
<https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/19992>. Acesso em: 22 set. 2025.

RASSE, Paul. La Médiation, entre idéal théorique et application pratique. **Recherche en communication**, [s. l.], n. 13, p. 61-75, 2000.

SAEZ, P. Les paradoxes de la médiation culturelle. **L'Observatoire**, Paris, n. 51, n. 1, p. 1-2, 2018. Disponível em: <https://www.cairn.info/revue-l-observatoire-2018-1-page-1.htm>. Acesso em: 25 fev. 2021.

SILVA, T. C.; REIS, M. A. G. S. Mediação cultural e informational como responsabilidade social. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO (ENANCIB), 24., 2023, Aracaju, SE. **Anais** [...]. Aracaju: ANCIB, 2023. Disponível em: <https://enancib.ancib.org/index.php/enancib/xxxiiienancib/paper/view/1377/1292>. Acesso em: 23 set. 2025.

SIQUEIRA, T. G. S. **Mediação da informação em museus:** concepções a partir dos textos da exposição. Veranópolis, RS: Diálogo Freiriano, 2025.

SIQUEIRA, T. G. S.; ALMEIDA JUNIOR, O. F. O texto da exposição como elemento expográfico e mediador da informação em museus. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO (ENANCIB), 24., 2023, Aracaju, SE. **Anais** [...]. Aracaju: ANCIB, 2023. Disponível em: <https://ancib.org/enancib/index.php/enancib/xxxiiienancib/paper/view/1328>. Acesso em: 23 set. 2025.

Capítulo 6

DESINFORMAÇÃO DE GÊNERO, FAKE NEWS E DISCURSOS DE ÓDIO VEICULADOS DURANTE AS OLIMPÍADAS DE PARIS DE 2024: O CASO DA PUGILISTA ARGELINA IMANE KHELIF

Meryellen A. Marinheiro

Andréa Doyle

INTRODUÇÃO

O caso da pugilista, que é foco desta pesquisa, ocorreu durante as olimpíadas de Paris de 2024, em uma

luta de boxe feminino na modalidade peso meio-médio, que chamou atenção e repercutiu pela internet, em sites oficiais, de revistas e jornais televisivos do mundo inteiro. A luta entre a pugilista argelina Imane Khelif e a italiana Angela Carini, que durou apenas 46 segundos, gerou um forte debate sobre critérios em relação ao gênero no esporte e a legitimidade da participação da atleta Imane Khelif nas olimpíadas.

Grande parte das pessoas que assistiram à luta sugeriram que Imane Khelif poderia ser uma mulher trans, por aparentar ter traços “masculinos”, e que a disputa, portanto, seria injusta, já que ela estaria em posição de vantagem. Até mesmo as pessoas que não estavam acompanhando as olimpíadas, assistiam aos noticiários e aos vídeos da luta com mensagens sensacionalistas, passaram a compartilhar a imagem da atleta nas plataformas digitais, deixando discursos de ódio que não apenas promoviam bullying, mas também fomentando claramente a transfobia.

De acordo com a BBC News Brasil (2024), a polêmica se estendeu porque, no Campeonato Mundial Feminino de 2023, Khelif foi desqualificada pela Associação Internacional de Boxe (IBA) após um teste- cujo resultado não foi divulgado- indicar que ela não atendia "critérios de elegibilidade" para competir entre mulheres. Porém, independente das polêmicas e especulações acerca do seu gênero, ela é uma das boxeadoras submetidas a um longo processo para competir no boxe feminino em Paris e foi aprovada nos testes do Comitê Olímpico Internacional - COI (Albuquerque; Alves, 2024).

Sendo a Argélia, país de origem da boxeadora, um país predominantemente muçulmano, onde a comunidade LGBTQIAPN+ é amplamente reprimida, e a mudança de identidade não é permitida, a repercussão deste caso colocou a lutadora em uma posição de risco frente as autoridades de seu país. Diante dessa repercussão, torna-se necessário levantar e discutir os riscos apresentados pela formação de opiniões ao redor do mundo acerca do gênero da atleta, fundamentadas na desinformação de gênero.

Diante do exposto, o Objetivo Geral da pesquisa é discutir os impactos promovidos pela desinformação de gênero, as *fake news* e pelos discursos de ódio sobre a pugilista argelina Imane Khelif.

Para atingir esse objetivo, elencam-se os objetivos específicos: a) Entender os conceitos de desinformação, fake news e discursos de ódio; b) Compreender os conceitos de identidade de gênero e transfobia; c) Coletar notícias sobre o caso da pugilista Imane Khelif em portais e redes sociais; e d) Discutir os impactos da desinformação de gênero na vida e carreira da pugilista.

METODOLOGIA

Quanto às suas características principais, a pesquisa é um estudo de caso puramente teórico, de natureza básica, fundamentado em pesquisas bibliográficas e documentais. Sua abordagem é qualitativa, voltando a trabalhar com um universo de significados subjetivos, fenômenos que não podem ser quantificados e

reduzidos a “operações de variáveis” (Mendonça, 2014; Minayo, 1994).

É uma pesquisa descritiva, que objetiva descrever, expor, classificar, interpretar fatos ou fenômenos sem manipular os resultados. “As pesquisas descritivas têm como objetivo principal a descrição das características de determinada população ou fenômeno, estabelecendo correlações entre variáveis” (Gil, 2002, p. 42).

A sua realização foi inspirada no método fenomenológico, no qual parte da ideia “[...] que é possível chegar à essência do objeto da pesquisa (do ser pesquisado) a partir da observação e do exame do fenômeno como algo que aparece à consciência” (Mendonça, 2014, p. 18).

Foram utilizados os seguintes procedimentos metodológicos:

- a) Pesquisa bibliográfica: A coleta de dados foi realizada através de uma seleção de artigos científicos na Base de Dados da Ciência da Informação – BRAPCI. A partir de uma estratégia de busca com um dos operadores booleanos (AND) para encontrar artigos úteis para essa investigação. Os assuntos que norteiam a pesquisa bibliográfica são: Desinformação de gênero, *Fake News*, Discursos de ódio, Identidade de gênero e Transfobia.
- b) Estudo de caso: Será analisado, tanto o fenômeno ocorrido, quanto suas relações com os conhecimentos científicos já existentes. Hartley (1994 *apud* Mendonça,

2014, p. 55) nos lembra que o fenômeno estudado não está isolado de seu contexto, sendo este, inclusive, o interesse principal do pesquisador: a relação entre o fenômeno estudado e o seu contexto. Assim, a pesquisa irá relacionar um conjunto de notícias sobre seu referencial teórico e o conjunto documental selecionado para analisar os impactos da desinformação na vida e na carreira de Imane Khelif.

- c) Pesquisa documental: Foram realizadas pesquisas em fontes não necessariamente científicas. Como portais, sites de jornais virtuais e mídias sociais. Entre os conteúdos selecionados estão: artigos jornalísticos, entrevistas gravadas por terceiros, além de uma coleta de notícias sobre o caso da pugilista em redes sociais. A análise visou identificar o que tinha em comum entre as informações contidas nesses dados coletados, para interpretar os impactos das *fake news* baseadas no gênero da atleta.

Por fim, a forma como são analisados os dados e documentos coletados ao longo da pesquisa segue o método de análise de conteúdo da psicóloga e pesquisadora do campo das ciências sociais, comunicação e educação, Laurence Bardin (2004). Conhecida por sua obra Análise de Conteúdo que é referência metodológica em pesquisas qualitativas, sendo uma técnica de investigação para a descrição objetiva e sistemática do corpus analisado (Bardin, 2011; Berelson).

Para selecionar as postagens, foi buscado no X (antigo Twitter), no TikTok e no Instagram, algumas das principais redes sociais da atualidade e que apresentaram conteúdos úteis para esta pesquisa, pela hashtag #ImaneKhelif.

Foram selecionadas, portanto:

- As três postagens mais compartilhadas do X contendo desinformação;
- As três postagens do TikTok onde os perfis possuem maior número de seguidores e contendo desinformação;
- As três postagens do Instagram onde os perfis continham maior relação com a desinformação, visto que muitos perfis do instagram utilizam a ferramenta que oculta o número de visualizações e a maioria dos outros perfis são de fãs prestando apoio.

Foram excluídos os posts de apoio de fãs e de notícias desmentindo a informação falsa. Também foram incluídos os posts de Elon Musk e J.K. Rowling, que contribuíram para viralizar a desinformação, visto que a boxeadora entrou com processo contra eles por *cyberbullying*.

A análise foi feita de acordo com os mecanismos de desinformação elencados por Brisola e Doyle (2019), a saber: infantilização, comoção, inundação, orientação, desorientação, parcialidade dissimulada e omissão. Também foram usadas as estratégias discursivas elencadas por Recuero (2020), a saber: autorização, avaliação moral, racionalização e mythopoesis.

DISCUTINDO FAKE NEWS, DESINFORMAÇÃO E DISCURSOS DE ÓDIO

Conforme apontam Brisola e Doyle (2019) *fake news* são notícias fabricadas, com características jornalísticas, destinadas à manipulação e desvinculadas da verdade. Informações que circulam com intuito de enganar o leitor. Na sociedade contemporânea, elas circulam predominantemente em redes sociais como: *facebook*, *instagram*, *tiktok* e *whatsapp*. Por meio destas redes, elas alcançam todo tipo de público pela sua propagação rápida e facilitada.

A desinformação é uma informação distorcida, manipulada intencionalmente visando enganar em algum nível o indivíduo (Wardle; Derakhshan, 2019). Este fenômeno, de acordo com Viana *et al.* (2023) se apresenta como um problema social que influencia o surgimento e fortalecimento de novas práticas de violência incentivadas, principalmente para a obtenção de vantagens econômicas, políticas e sociais.

O conceito de desinformação estende-se para um fator específico em destaque nesta pesquisa, a desinformação sobre o gênero qualificador. Considerada também como uma das formas de violência contra a mulher, conforme o Relatório *Engendered Hate*, a desinformação de gênero pode ser definida como:

[...] atividades de informação (criação, compartilhamento, disseminação de conteúdo) que: ataca ou prejudica as pessoas com base em seu gênero;

armam narrativas fraudulentas fundadas geralmente em estereótipos de gênero para promover objetivos políticos, sociais ou econômicos. (Judson *et al.*, 2020, p. 11, tradução nossa).

Destaca-se nesta pesquisa, um tipo mais específico de violência contra a mulher e outros gêneros minoritários, e que podem surgir com base nas *fake news* e desinformação de gênero veiculadas nas mídias digitais, os discursos de ódio, entendidos como:

[...] expressões a favor da incitação de fazer dano (particularmente a discriminação, hostilidade e violência), com base na identificação da vítima como pertencente a determinado grupo social ou demográfico. Pode incluir, entre outros, discursos que incitam, ameaçam ou motivam a cometer atos de violência. Não obstante, para alguns o conceito se estende também às expressões que alimentam um ambiente de prejuízo e intolerância no entendimento de que tal ambiente pode incentivar a discriminação, hostilidade e ataques violentos dirigidos a certas pessoas (OEA, 2015, p. 375 *apud* Viana *et al.*, 2023).

A desinformação tende muito mais a moldar a opinião pública de acordo com seus interesses, sendo uma forma de manipulação de massa, e utiliza-se de uma série

de mecanismos que vão além da estrutura jornalística. Os passada como se fosse para uma criança. Fácil de entender, resumida, principais mecanismos conforme Brisola e Doyle (2019, p.10), são:

1. **Infantilização** – Informação é sem contrastes, sem contextualização, em linguagem simples, comumente maniqueísta, quase sempre baseada em uma fonte interessada ou em interesses que não estão claros. Também é mais facilmente esquecida porque não contextualizada.
2. **Comoção** – estímulo ao excesso de emoção e aderência a sentimentos e afetos mais do que à razão. O aspecto emocional atrapalha a análise racional e o sentido crítico no indivíduo, abrindo uma porta de acesso ao inconsciente fomentando ideias, desejos, medos e temores ou compulsões. A emoção é verdadeira e a informação pode até ser verdadeira, mas o indivíduo é despidido de condições de perceber os mecanismos de distorção da realidade.
3. **Inundação** – é a hiperinformação proposital, com objetivo de desviar a atenção ou apagar uma informação. Na atualidade, o maior mecanismo de censura na democracia é a superinformação. Ela se apresenta em 3 níveis:

a. Macro: Divulgação de outras notícias para encobrir aquela

b. Médio: Divulgação de outras informações dentro da notícia para encobrir o fato

c. Micro: Divulgação de outros detalhes minuciosos do fato para encobrir o problema do fato

4. **Orientação:** argumentação para conduzir a opinião pública a apoiar determinada conduta:

a. Criar problemas para oferecer soluções – é criada uma situação para que o povo reaja de maneira a corroborar a ação pretendida;

b. Gradualidade – Para fazer com que uma medida inaceitável passe a ser aceita basta aplicá-la gradualmente ou como sacrifício futuro. O tempo favorece a resignação do público;

c. Culpabilidade – o indivíduo é responsável por sua condição – meritocracia.

d. Interpretação – não mente nem esconde fatos, mas faz uma interpretação tendenciosa;

e. Generalização (começa do individual e parte para o todo, banalizando) e

f. Ilustração – oposto da generalização, começa do todo e mostra as “particularidades” favoráveis.

5. **Desorientação** – Informações apresentadas de forma incompreensível,

com pontos de vista e escolhas tendenciosas.

- a. Negação – quando o público não tem como verificar a verdade;
- b. Inversão – quando o público sabe, mas não tem acesso a detalhes. Troca os personagens ou os fatos de lugar;
- c. Mistura - uso de verdades e mentiras, não se nega o fato mas se cria um contexto falso para justificá-lo;
- d. Modificação: do motivo ou das circunstâncias, para ressignificar os fatos;

6. **Parcialidade dissimulada** – adesão ou condução a uma interpretação e visão de mundo que já vêm prontas, em geral maniqueistas, e quase nunca explicitadas. As técnicas mais utilizadas são:

- a. Desproporção – tem aspecto de imparcialidade, mas confere mais tempo e empenho para o que é de interesse. Tratamento desigual das garantias democráticas, dos direitos humanos e silenciamento e apagamento daquilo que não interessa a quem propaga ou produz a notícia/informação
- b. Hierarquização – Definição de hierarquias preestabelecidas – como no caso de uma visão preponderantemente ocidental e da importância de certos países e seus assuntos sobre os outros. A hierarquização é um dilema da

organização do conhecimento, pela exclusão que esta atividade gera em contraponto à sua necessidade. O problema desinformativo está na exclusão proposita ou na naturalização de uma hierarquia que possui motivação duvidosa.

c. Etiquetagem – distribuição de etiquetas positivas ou negativas que formam, de antemão, uma imagem.

d. Fontes e analistas parciais – o uso de fontes e analistas especializados para corroborar uma informação tendenciosa.

e. Partes iguais – praticada principalmente na última fase de uma campanha de desinformação, quando a opinião pública já está alinhada com o desinformador. Finge uma imparcialidade, mas escolhe as informações e personagens de maneira parcial;

7. **Omissão:** Ignorar o fato, deixar de coletar informações ou retirar o acesso à informação.

Para além dos mecanismos de desinformação, existem também estratégias discursivas que são utilizadas para legitimar a desinformação nas mídias sociais. Existem quatro categorias-base de legitimação dos discursos na comunicação, que segundo Recuero (2020, p. 388) são:

1) Autorização (A) – A autorização é uma legitimação pela referência a uma autoridade, seja ela pessoal (um indivíduo com posição ou autoridade institucional) ou impessoal (referente a elementos como tradição, leis, costumes etc.). Esse tipo de autorização está relacionado ao uso da autoridade no discurso para lhe conferir veracidade ou credibilidade.

2) Avaliação Moral (AM) – A avaliação moral é a legitimação pela referência a um discurso de valor maior, por exemplo, através da de categorias de “bom” (ou moralmente desejável) e “mau” (ou moralmente indesejável).

3) Racionalização (R) – Trata-se do uso de uma validação cognitiva supostamente apoiada pelo conhecimento. Ela pode estar ancorada na definição de uma “verdade”, na explicação de algo ou mesmo em uma predição. A estratégia da racionalização, assim, apoia-se em um movimento de logicidade da conexão entre dois elementos (mesmo que ancorado em pressupostos falsos).

4) Mythopoesis (M) – Esse tipo de legitimação envolve a construção de narrativas ou histórias, sejam de cunho moral (onde o “bem” vence o “mal”, por exemplo) ou que construam algum tipo de alerta (Van Leeuwen, 2007).

A combinação entre os mecanismos de desinformação e as estratégias discursivas são nocivas para legitimar e propagar desinformação nas mídias sociais de massa. “A desinformação, assim, está associada a discursos que introduzem ideias falsas ou manipuladas nas conversações mediadas por computador” (Recuero, 2020, p. 385). Discursos estes, que possuem um viés para sua legitimação.

Vale ressaltar a diferença entre discursos de ódio e a liberdade de expressão (confundida, ou muitas vezes utilizada de “muleta” para seus propagadores se justificarem), em concordância com o filósofo e escritor brasileiro Francisco Bosco

[...] é muito tênu, muita das vezes aquilo que está sendo dito, sobretudo por pessoas em posição institucional importante, encoraja as pessoas a passarem ao ato e cometer a violência propriamente. Ou seja, pessoas em posição de poder que utilizam dos discursos de ódio, elas encorajam outras pessoas a cometem a violência de fato. A fala cria o contexto, legitima atos. (Bosco, 2019).

Dito isto, os discursos de ódio não são uma forma de violência física, mas incentivam práticas violentas. Especialmente quando se trata de propagadores que não são vistos mais somente como pessoas e sim como figuras públicas.

RESULTADOS

Depois de serem feitas as buscas e a seleção documental sobre a atleta, atendendo aos critérios de análise de conteúdo apresentados na metodologia, foram analisadas as postagens com o auxílio de categorias já existentes nos estudos sobre desinformação. Nas nove postagens analisadas, segundo os mecanismos de Brisola e Doyle (2019): duas usaram a infantilização; três usaram a desorientação (uma a modificação, uma a inversão e uma a negação); duas usaram a comoção; uma usou a orientação (interpretação), e uma a parcialidade dissimulada (com fontes e analistas parciais). Nenhuma postagem usou a inundação e nem a omissão.

Encontramos as seguintes estratégias discursivas segundo Recuero (2020): três usaram a autorização, dois a avaliação moral, um a mythopoesis e três a racionalização. Elon Musk compartilhou um post em seu perfil do X, com uma fala que tem como mecanismo de desinformação a infantilização e a estratégia discursiva de autorização. Por ser uma figura pública, sua posição foi muito compartilhada e seu ato é percebido como uma tentativa de desqualificação da atleta argelina na categoria feminina de boxe. J. K. Rowling publicou em seu perfil uma fala que utiliza do mecanismo de desinformação a desorientação (modificação) e a estratégia discursiva sendo a autorização, para legitimar suas ideias, promovendo *cyberbullying*.

Segundo o site da **BBC NEWS**, o advogado da boxeadora, Nabil Boudi, disse à revista Variety na terça-feira (13 de agosto de 2024) que Musk e Rowling seriam citados no processo, por conta de comentários que fizeram nas

redes sociais. No entanto, as postagens feitas por Musk e Rowling não foram retiradas, elas continuam em seus perfis do X.

A postagem do perfil @therestofus5 do X utiliza a comoção (um aspecto emocional) como mecanismo de desinformação, para colocar a Imane Khelif como “vilã” compatibilizando com a estratégia discursiva de avaliação moral, que classifica algo como “bom ou ruim”. Este perfil possui características aparentemente feministas, porém, utiliza uma série de falas transfóbicas em suas publicações que deixa claro um “padrão” de corpos normativos que poderiam ser aceitos pela sociedade nas competições femininas, promovendo exclusão social.

Quadro 1 - Buscas documentais

Fonte	Link do material	Trecho/fala analisada	Mecanismo de desinformação (de acordo com Brisola e Doyle, 2019)	Estratégia discursiva (de acordo com Recuero, 2020)	Impacto percebido pela pesquisadora	Observações
X ¹ (perfil do Elon Musk)	https://x.com/elonmusk/status/1818986936310075743	“Homens não têm lugar nos esportes femininos”	Infantilização: Fácil de entender, resumida, sem contextualização.	Autorização (A)>Uso de figuras públicas para legitimar ataques	Tentativa de desqualificação da atleta no esporte	Muito compartilhado
X ² (perfil J.K Rowling)	https://x.com/jk_rowling/status/1819335159591604560	“A ideia que aqueles que são contrários a um homem bater em uma mulher em nome do esporte acreditam que Khelif ser trans é uma piada. Somos contrárias a ver um homem batendo em uma mulher”	Desorientação>Modificação: do motivo ou das circunstâncias, para ressignificar fatos.	Autorização (A)>Uso de figuras públicas para legitimar ataques	Necessidade de ações legais, visto que, Imane Khelfi sofreu cyberbullying.	A publicação é de agosto de 2024 e mesmo após o processo feito por Khelif, a publicação segue no perfil da escritora.

Fonte	Link do material	Trecho/fala analisada	Mecanismo de desinformação (de acordo com Brisola e Doyle, 2019)	Estratégia discursiva (de acordo com Recuero, 2020)	Impacto percebido pela pesquisadora	Observações
X ³ (perfil @therestofus5)	https://x.com/therestofus5/status/1929633261019713575	"Eles não vão se desculpar porque, como nós, todos sabiam que #ImaneKhelif era um homem desde o início. Mas ele era um homem que se dizia mulher, e isso imediatamente o tornou sagrado para eles. Ele era uma oportunidade para eles exercerem sua "virtude", mesmo quando podiam ver a verdade. #mentirosos"	Comoção: estímulo ao excesso de emoção e aderência imediata ao sentimento e afeto mais do que a razão.	Avaliação Moral (AM)>Classificação de algo como "bom" ou "ruim" pela similaridade proposta com o outro caso.	Efeito silenciador, outros atletas que possam vir a se sentir fora do "padrão" de corpos normativos, podem acabar desistindo de participar de competições esportivas nessa ou até outras modalidades.	Perfil aparentemente "feminista" com uma série de publicações transfóbicas.

Fonte	Link do material	Trecho/fala analisada	Mecanismo de desinformação (de acordo com Brisola e Doyle, 2019)	Estratégia discursiva (de acordo com Recuero, 2020)	Impacto percebido pela pesquisadora	Observações
TikTok ¹ (perfil ig.xplora)	https://www.tiktok.com/@ig.xplora/video/7433481546805366021?is_from_webapp=1&sender_device=pc	“Após vencer o ouro nas Olimpíadas de Paris 2024, Khelifi foi submetida a exames detalhados que revelaram algo inusitado...”	Desorientação>Inversão: troca os personagens ou os fatos de lugar	Mythopoesis (M)>Construção de narrativas, de cunho moral ou alerta (onde o “bem” vence o “mal”)	Deslegitimização de conquistas femininas no esporte.	Perfil de fofoca.
TikTok ² (perfil ficflix)	https://www.tiktok.com/@ficflix/video/7399261403028229382?is_from_webapp=1&sender_device=pc	“Ela desistiu depois de tomar um soco por um trans”	Comoção: estímulo ao excesso de emoção e aderência a sentimentos e afetos mais do que a razão.	Racionalização (R) Trata-se do uso de uma validação cognitiva supostamente apoiada pelo conhecimento.	Fragilização da inclusão social, apesar de não se tratar de uma atleta trans.	O interessante é que não foi a primeira vez que as duas lutaram em um ringue.

Fonte	Link do material	Trecho/fala analisada	Mecanismo de desinformação (de acordo com Brisola e Doyle, 2019)	Estratégia discursiva (de acordo com Recuero, 2020)	Impacto percebido pela pesquisadora	Observações
TikTok ³ (perfil dimenoticias)	https://www.tiktok.com/@dimenoticias/video/7434446113152716088?is_from_webapp=1&sender_device=pc	“Ao nascer crianças com essas condições, são designados erroneamente como femininos”	Desorientação>Negação: quando o público não tem como verificar a verdade.	Racionalização (R) Trata-se do uso de uma validação cognitiva supostamente apoiada pelo conhecimento.	Reforça as injustiças de gênero.	Perfil aparentemente jornalístico com um grande número de seguidores (298,9 mil).
Instagram ¹ (perfil meridianbetbih)	https://www.instagram.com/p/C-KZl8XNuvV/?utm_source=ig_web_button_share_sheet&igsh=MzRlODBiNWFlZA==	“Antony e Imane Khelif, há uma semelhança”	Orientação>Interpretação: a justaposição das fotos sugere que são dois homens que agredem mulheres.	Avaliação Moral (AM)>Classificação de algo como “bom” ou “ruim” pela similaridade proposta com o outro caso.	Danos a sua reputação. Já que foi comparada com um homem agressor.	Utilização de imagens de atletas parecidos, porém, com puro sarcasmo.

Fonte	Link do material	Trecho/fala analisada	Mecanismo de desinformação (de acordo com Brisola e Doyle, 2019)	Estratégia discursiva (de acordo com Recuero, 2020)	Impacto percebido pela pesquisadora	Observações
Instagram ² (perfil arnoquevedo)	https://www.instagram.com/p/C-IQ-hTum8i/?utm_source=ig_web_button_share_sheet&igsh=MzRIODBiNWFIZA==	“Nas olimpíadas mulher pode apanhar de homem na tv. Parabéns feministas, progressistas esquerdistas”	Infantilização: Fácil de entender, resumida, sem contextualização.	Autorização (A)>Uso de figuras públicas para legitimar ataques e	Reforço de estereótipos transfóbicos, misóginos ou xenofóbicos por comunidades que já têm práticas discriminatórias.	Perfil pessoal de um pastor.

Fonte	Link do material	Trecho/fala analisada	Mecanismo de desinformação (de acordo com Brisola e Doyle, 2019)	Estratégia discursiva (de acordo com Recuero, 2020)	Impacto percebido pela pesquisadora	Observações
Instagram ³ (perfil dlu_news)	https://www.instagram.com/p/DB_ZNA2SbnI/?utm_source=ig_web_button_share_sheet&igsh=MzRlODBiNWFIZA==	O boxeador argelino Khelif tem cromossomos XY e "testículos": relatório médico franco-argelino admite	Parcialidade dissimulada>Fontes e analistas parciais especializados para corroborar uma informação tendenciosa.	Racionalização (R) Trata-se do uso de uma validação cognitiva supostamente apoiada pelo conhecimento.	Violação de privacidade e direitos humanos. Mesmo que exista esse relatório, a sua divulgação transpassa os direitos humanos elencados pelo COI na Carta Olímpica.	O tal relatório médico nunca foi realmente divulgado.

Fonte: Dados da pesquisa (2025)

O post do perfil do *TikTok* @ig.xplora utiliza o mecanismo de desinformação de desorientação (inversão) onde há uma inversão da ordem dos fatos e a estratégia de discursiva mythopoesis (que constrói narrativas de cunho moral ou alerta onde o “bem” vence o “mal”). Levando as pessoas que leem a postagem do perfil de fofoca a acreditar que a vitória dela não foi legitimada e que a tal submissão da atleta ocorreu depois dela já ter vencido a categoria de boxe feminino pela Argélia.

O segundo perfil do *TikTok* analisado @ficflix fez um vídeo sensacionalista que utiliza a comoção como mecanismo de desinformação e a racionalização como estratégia discursiva. A fala “ela desistiu depois de tomar um soco de um trans” provocou uma fragilização da inclusão social, além de ser uma mentira grosseira. Imane não se identifica como uma mulher transgênero.

O terceiro perfil do *TikTok* analisado foi o @dimenoticias, o qual possui um grande número de seguidores (298,9 mil) publicou um vídeo com a seguinte fala “Ao nascer crianças com essas condições, são designados erroneamente como femininos” uma desinformação que utiliza a desorientação (negação) como mecanismo de desinformação em conjunto com a racionalização como estratégia discursiva onde o trecho é uma validação cognitiva supostamente apoiado pelo conhecimento. Essa fala reforça as injustiças de gênero.

A imagem comparativa entre Imane Khelif e o jogador de futebol Antony postada pelo perfil @meridianbetbih no instagram, utiliza a orientação (interpretação) como mecanismo de desinformação e avaliação moral como

estratégia discursiva. Sugerindo uma “igualdade” entre ambos. Além da aparência, uma fala sarcástica: “Antony e Imane Khelif, há uma semelhança”. A justaposição das fotos sugere que são dois homens que agride mulheres. Percebe-se danos à reputação de Khelif, pois está sendo comparada com um agressor.

A segunda postagem de um perfil do instagram @arnoquevedo analisada, utiliza a infantilização como mecanismo de desinformação, enquanto faz uso da sua autoridade (como pastor) como estratégia discursiva. A infantilização para o seu público alvo, por ser uma fala direta, fácil de entender e sem contexto. Enquanto reforça, ainda, estereótipos transfóbicos, misóginos ou xenófobos por comunidades que já têm práticas discriminatórias com o seguinte trecho “Parabéns feministas, progressistas e esquerdistas”.

A terceira e última postagem analisada foi no perfil @dlu_news, que apresenta a seguinte fala: “O boxeador argelino Khelif tem cromossomos xy e "testículos": relatório médico franco-argelino admite”. O perfil utiliza a parcialidade dissimulada (fontes e analistas parciais especializados para corroborar uma informação tendenciosa) como mecanismo de desinformação, e a racionalização como estratégia discursiva (supostamente apoiada pelo conhecimento). O tal relatório médico nunca foi realmente divulgado. E mesmo que fosse, sua divulgação transpassa os direitos humanos. Trata-se da violação da privacidade da atleta, uma prática que não é apoiada nem adotada pelo Comitê Olímpico Internacional, de acordo com a Carta Olímpica em que exige que as

Federações Esportivas Internacionais (IFs) respeitem e sigam as suas diretrizes.

Impactos percebidos na vida de Imane Khelif

Observando os dados apresentados, foi possível elencar percepções sobre os impactos da desinformação, *fake news* e discursos de ódio na vida e carreira da boxeadora Imane Khelif.

Tentativa de desqualificação: as notícias que foram compartilhadas juntamente aos ataques nas mídias sociais (inclusive por outras figuras públicas), sugerem que a atleta não conquistou a vitória pela Argélia de forma justa. O que poderia levar a atleta a deixar de participar de competições.

Cyberbullying: a imagem da atleta foi republicada nas mídias sociais, sem cunho moral algum. As postagens de J.K Rowling e Elon Musk, por exemplo, continuam em seus perfis sociais há quase um ano. Passa uma percepção de que se uma mulher sofre uma violência de gênero, já que a desinformação é uma forma de violência contra a mulher, desde que seja na internet, ninguém é responsabilizado. Resta a ela lidar com os danos deixados à saúde mental pelo *cyberbullying*.

Official statement: em dezembro de 2024, Imane Khelif publicou em seu perfil pessoal do Instagram, pela primeira vez, uma declaração oficial explicando a sua versão dos fatos.

Privacidade: a necessidade da Associação Internacional de Boxe — IBA de pronunciar, publicamente, que a atleta não passou nos testes de gênero por níveis elevados de testosterona (informações médicas da atleta),

gerou boatos e controvérsias no mundo inteiro sobre ela possivelmente ser uma mulher trans, ou intersexo. E isso faz com que a sua privacidade seja completamente afetada. Percebe-se um possível “roubo de identidade” porque Imane Khelif se identifica como uma mulher cisgênero;

Aparência: a atleta foi convidada para sessão de fotos com a revista Vogue Arabia, que fez um *makeover* para ressaltar a feminilidade para a percepção pública, o que ela não costumava fazer por não sentir essa necessidade.

Movimentação de processo: De acordo com o site *BBC News*, o Ministério Público de Paris disse à agência de notícias AFP na quarta-feira (14/08/2024) que eles haviam iniciado uma investigação de *cyberbullying*, após uma denúncia feita por Khelif. E seu advogado, Nabil Boudi, disse à revista Variety na terça-feira (13/08/2024) que Musk e Rowling seriam citados no processo, por conta de comentários que fizeram nas redes sociais. Imane resolveu lutar pelos seus direitos contra os discursos que estavam sendo feitos deslegitimando sua participação nas olimpíadas.

Violência de gênero e Injustiças de gênero: Foi percebido um fomento à transfobia desde que a luta aconteceu. O maior problema para as pessoas, era a presença de uma atleta transgênero na categoria feminina. Então, tudo o que faziam era promover discursos de ódio contra mulheres trans.

Danos à reputação internacional: Imane foi considerada inúmeras vezes como um agressor. Ou seja, um homem batendo em mulheres. O que pode ocasionar perda de patrocínios, ser impedida de competir em categorias amadoras por outras federações como

aconteceu esse ano na *World of Boxing* segundo a CNN Brasil (2025).

Estereótipos de gênero: As mulheres precisam se encaixar em um perfil “padrão” de corpos normativos. A Imane Khelif é questionada a todo custo por ser forte e dominante, enquanto eles precisam ver características mais delicadas e submissas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A realização dessa pesquisa buscou discutir os impactos promovidos pela desinformação de gênero, as *fake news* e os discursos de ódio sobre a pugilista argelina Imane Khelif na vida e carreira da atleta.

Para isso, foi traçado um trajeto para entender os conceitos desses termos dentro do campo da Ciência da Informação. Buscou-se compreender diversos conceitos, especialmente a desinformação de gênero como uma forma de violência de gênero. Também foi analisada sob a perspectiva das injustiças de gênero, e constatou-se que o fenômeno estava muito mais atrelado aos conceitos de injustiças sociais, pois além de ser julgada como mulher trans, é evidente que suas características étnicas, raciais e culturais corroboram o julgamento das pessoas.

A pesquisa foi inspirada no método da Fenomenologia Social de Alfred Schutz. E sua análise foi adaptada seguindo a ideia de análise de conteúdo de Bardin com categorias que já existem nos estudos sobre desinformação.

Foram percebidos impactos como *cyberbullying*, promovidos inclusive por figuras públicas como Elon Musk

e J. K. Rowling; tentativa de desqualificação da atleta por meio de validação cognitiva; perda de privacidade quanto a supostos exames médicos que violam os direitos humanos; necessidade de ações legais para se proteger; necessidade de desmentir a desinformação e legitimar a sua conquista representando o seu país; reforço das injustiças de gênero; fomento à transfobia; fragilização da inclusão social; danos a sua reputação, estereótipos de gênero e consequências emocionais.

Ao longo da sua realização, foi observado que o estudo poderia ser mais aprofundado, apontando aspectos como pertença étnico-raciais, lugar geopolítico e religião, fundamentando com maior propriedade as justiças sociais, para além do fator gênero que foi central nesta pesquisa. Além de avaliar a posição social das pessoas que emitem esses discursos.

A pesquisa poderia também, abrir discussões sobre os testes de gênero aplicados pelas federações esportivas internacionais e se eles abrangem questões de direitos humanos. Poderia ainda, conferir em que pontos os níveis hormonais podem ou não ser uma vantagem nas categorias femininas nos esportes, visto que, muitas mulheres transgêneros passam por uma terapia de reposição hormonal.

Esse estudo é mais uma evidência de que a desinformação de gênero gera intimidação nos atletas pela proporção dos seus impactos. Os discursos de ódio através das fake news estimulam o preconceito contra mulheres trans com falas que inferiorizam o outro, tendo como base o gênero e a sexualidade, entre outros.

Para que esse fenômeno não aconteça mais é necessário que haja cada vez mais conscientização por profissionais da informação. O estudo é uma proposta para os bibliotecários combaterem toda e qualquer informação falsa, manipulada e prejudicial para a sociedade, em especial para as minorias sociais, como mulheres e pessoas da comunidade LGBTQIAPN+. Além disso, a pesquisa se configura como uma forma de apoio às mulheres que competem nos esportes e que já sofreram, alguma vez na vida, assim como Imane Khelif, com injustiças sociais.

REFERÊNCIAS

- ACQUOLINI, N.; SOUSA, R. Desinformação de gênero: práticas informacionais que contribuem para o seu combate. *In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO*, 22., 2022, Porto Alegre, RS. **Anais [...]**. Porto Alegre: ANCIB, 2022. Disponível em: <https://cip.brapci.inf.br/download/202088>. Acesso em: 04 dez. 2024.
- ALBUQUERQUE, A.; ALVES, C. Entenda por que boxeadora reprovada pela IBA foi liberada pelo COI para lutar em Paris. **Globo Esporte**, Rio de Janeiro, 2024. Disponível em: <https://ge.globo.com/olimpiadas/noticia/2024/08/01/entenda-por-que-boxeadora-reprovada-pela-iba-foi-liberada-pelo-coi-para-lutar-em-paris.ghtml>. Acesso em: 12 jun. 2025.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo.** São Paulo: Edições 70, 2011.

BOSCO, F. Qual o limite entre Discurso de Ódio e Liberdade de Expressão? **Papo de Segunda no GNT**, 2019 [vídeo]. Disponível em:
<https://youtu.be/y8Z15LHYwRk?si=BDItJswxBjgrMiZh>. Acesso em: 22 jun. 2025.

BRISOLA, A.; DOYLE, A. Critical Information Literacy as a Path to Resist “Fake News”: Understanding Disinformation as the Root Problem. **Open Information Science**, v. 3, n. 1, 2019, p. 274-286. DOI: <https://doi.org/10.1515/opis-2019-0019>. Disponível em:
<https://www.degruyter.com/document/doi/10.1515/opis-2019-0019/html>. Acesso em: 27 nov. 2024.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa.** 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

HARTLEY, J. F. Case studies in organizational research. In: CASSELL, C.; SYMON, G. (Ed.). **Qualitative methods in organizational research:** a practical guide. London: Sage, 1994.

JUDSON, E. et al. **Engendering hate:** the contours of state-aligned gendered disinformation online. London: Demos, 2020. Disponível em: <https://demos.co.uk/wp-content/uploads/2020/10/Engendering-Hate-Report-FINAL.pdf> Acesso em: 13 jun. 2025.

MENDONÇA, A. W. (org.). **Metodologia para estudo de caso:** livro didático. Palhoça: Unisul Virtual, 2014. 99 p. : il. Disponível em: <https://repositorio-api.animaeducacao.com.br/server/api/core/bitstreams/5a6aeab8-82d0-44c4-964b-7d7ba28a41d8/content>. Acesso em: 13 jun. 2025.

MINAYO, M. C. S. (Org.) **Pesquisa social:** teoria, método e criatividade. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

RECUERO, R. #Fraudenasurnas: Disinformation Discursive Strategies no Twitter During Brazilian 2018 Elections.

Revista Brasileira de Linguística Aplicada, vol. 20, nº 3, p. 383-406, 2020. Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/rbla/a/vKnghPRMJxbypBVRLYN3YT/B/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 13 jun. 2025.

VIANA, A. et al. Tendências de pesquisas em Desinformação de gênero na web of science e scopus. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 23., 2023, Aracaju, SE. **Anais [...].** Aracaju: ANCIB, 2023. Disponível em:
<https://ancib.org/enancib/index.php/enancib/xxxiiienancib/paper/viewFile/1830/1178>. Acesso em: 04 dez. 2024.

WARDLE, C.; DERAKHSHAN, H. **Information Disorder:** Toward an Interdisciplinary Framework for Research and Policymaking. Strasbourg: European council, 2017. Disponível em:<https://edoc.coe.int/en/media/7495-information-disorder-toward-an-interdisciplinary>

framework-for-research-and-policy-making.html. Acesso em: 13 jun. 2025.

Capítulo 7

PRESENÇAS DIGITAIS DE ARTISTAS DE PORTO VELHO NO SPOTIFY E NO INSTAGRAM

Janis Matheus dos Santos Souza

Andréa Doyle

INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, a forma de ouvir música mudou consideravelmente. Antes, era comum usar CDs, rádios e outros formatos físicos. Atualmente, o streaming se tornou a principal forma de acesso. Plataformas como o Spotify oferecem milhões de músicas e usam os algoritmos para sugerir novas faixas e criar múltiplas *playlists*.

Essas plataformas contribuem tanto para o acesso dos ouvintes quanto para a divulgação de artistas, inclusive os regionais. Além de promover a escuta, também se tornaram uma forma de renda, já que os músicos recebem

os royalties por cada reprodução. Segundo Bastos e Lemos (2022), os artistas devem entender as gramáticas das plataformas digitais para otimizar sua visibilidade. Dessa forma, para que suas músicas apareçam nas recomendações, é necessário preencher as informações: nome, gênero, biografia do artista e até os sentimentos que determinada música transmite.

Em conjunto com as plataformas de streaming, as redes sociais podem ser vinculadas, como, por exemplo, o Instagram e o Tik Tok. Essas outras plataformas podem ampliar mais ainda a produção do artista, tornando-se aliadas na divulgação dos artistas locais.

Na cidade de Porto Velho, há um movimento cultural importante denominado MPBera (Música Popular Beradeira), que busca valorizar a Amazônia, a cultura nortista, os rios e a vida local. De acordo com Santos (2023), a música regional tem se tornado uma grandiosa forma de expressão cultural. Contudo, mesmo com sua importância para o estado, os artistas ainda são pouco conhecidos fora do estado de Rondônia e de acordo com Santos (2023) no dia no dia 08/12/2023, foi criado o Dia da Música Regional Beradeira.

Diante disso, a pesquisa busca responder à seguinte pergunta: Como a representação da informação no Instagram e Spotify pode contribuir para aumentar a visibilidade e o alcance dos artistas de MPBera? Assim, o objetivo geral da pesquisa é entender como a representação da informação pode ampliar a visibilidade de músicas de artistas locais. Seus objetivos específicos são:

- Descrever o mercado da música digital, especialmente a plataforma Spotify;
- Discutir a representação da informação musical;
- Analisar a presença digital de artistas MPBera e como melhorar seu alcance nas plataformas.

A pesquisa pode contribuir para o engajamento local e externo por meio de orientação para os artistas de como trabalhar com as plataformas, fornecendo informações capazes de auxiliá-los em seu crescimento no meio musical.

O termo “beradeiro” antes era utilizado de forma pejorativa, vem sendo ressignificado pelos artistas, que buscam demonstrar orgulho de serem da beira do rio, rondoniense e amazônico. Dentro deste cenário, o profissional bibliotecário pode ajudar em relação à representação da informação, garantindo organização e acessibilidade.

Por fim, ela pode se tornar uma contribuição científica para futuros estudos sobre o tema.

METODOLOGIA

O estudo foi de natureza básica, pois buscou gerar conhecimento novo sem uma aplicação imediata. De acordo com Nascimento (2017, p. 2), a pesquisa básica busca gerar verdades, mesmo que temporárias e relativas, de interesses mais amplos (universalidade), não localizados.

A abordagem adotada para a pesquisa foi qualitativa, priorizando descrições e interpretações ao invés de focar

somente em números Casarin (2012). O tipo de estudo foi o exploratório-descritivo, que de acordo com Marconi e Lakatos (2017) busca explicar determinado fenômeno através de análises teóricas e empíricas.

Foram utilizados três procedimentos principais:

- Pesquisa bibliográfica: consulta a artigos científicos e livros na área de Biblioteconomia e Ciência da Informação. A busca foi realizada na base BRAPCI, usando operadores booleanos como digital AND música.
- Pesquisa documental: uso de reportagens e sites para reconstruir a história da música até chegar ao contexto digital.
- Pesquisa de campo: análise dos perfis de artistas do movimento MPBera no Spotify e no Instagram, além da observação da plataforma de distribuição ONErpm/Offstep.

A ferramenta Inflact Profile Analyzer foi utilizada para analisar as hashtags, legendas e frequência de postagens no Instagram. A coleta foi realizada entre março e maio de 2025, sem contato direto com os artistas, apenas observando os dados fornecidos em suas plataformas. Os artistas analisados foram de Bado, Beradelia, Gabriê e Banda Quilomboclada. Assim, a metodologia da pesquisa combinou a teórica e prática, permitindo compreender como a organização da informação traz influência e visibilidade digital para cada um desses artistas.

MÚSICA, INTERNET E INDEXAÇÃO

A música é considerada uma das mais antigas formas da expressão humana. Para Santini (2006), trata-se de um fenômeno social e cultural que acompanha toda a história da humanidade, sendo ela arte e meio de comunicação. Com o passar dos anos, muitos suportes marcaram a trajetória da música: indo do vinil e das fitas cassete até o CD e, em seguida, os arquivos digitais. Essas inovações não alteraram apenas a forma de ouvir música, mas também mudou a forma de distribuí-la e consumi-la.

Nos anos 90, o MP3 foi uma enorme revolução tecnológica. O formato, criado antes em ambientes acadêmicos, tornou capaz a compactação de arquivos sem que acontecesse uma grande perda de qualidade, permitindo assim o compartilhamento em larga escala. Albright (2015) lembra que o MP3 surgiu diante de um desafio para transmitir músicas por linhas digitais de telefone.

Essa inovação levou ao surgimento de compartilhamento peer-to-peer (pessoa-a-pessoa), e com isso surgiram inúmeras plataformas com essa funcionalidade, como o Napster que permitia os usuários compartilharem músicas entre eles, mas de forma gratuita. Apesar de aumentar o acesso, ele trouxe conflitos com a indústria fonográfica. Wall (2012) explica que o processo movido pela banda americana Metallica contra o Napster se tornou um símbolo da disputa entre artistas e a pirataria digital, trazendo muitos debates sobre direitos autorais na internet.

Com o passar do tempo, o Napster ainda ficou bem visto por alguns artistas que comentavam sobre a denúncia do Metallica, muitos diziam que eram a favor do compartilhamento de músicas na internet e que "os artistas deveriam agradecer ao Napster, pois deveríamos pensar nele como uma ferramenta de promoção" Wall (2012, p. 377).

Todo esse acontecimento no mundo da música trouxe com ele uma nova forma de consumir a música através de novos formatos. O mais icônico foi o iPod criado pela Apple que, segundo Albright (2015), era bem potente com capacidade de 5 GB (gigabytes) e custando em média 400 US\$. Futuramente, novas versões foram aparecendo, como o Mini, Shuffle, Nano e Touch.

Na próxima década, o modelo de streaming mudou a lógica do mercado musical. Diferente do download, o streaming permite ouvir sem precisar armazenar o arquivo, tornando tudo mais prático e rápido. Plataformas como o Spotify transformaram o consumo ao trabalhar com algoritmos de recomendação, que observam o comportamento do seu usuário para indicar novas músicas.

Segundo Mata e Moura (2023), o Spotify é o líder no mundo do streaming e também o maior responsável por mudar o jeito no qual se ouve músicas atualmente, sendo milhões de usuários ativos e assinantes pagos. Entretanto, Werner (2020) alerta que o modelo de trabalho feito pelos algoritmos na criação de playlists podem criar "bolhas musicais", que nas quais determinados artistas ganham visibilidade constante enquanto muitos permanecem

invisíveis, trazendo desigualdades dentro da própria plataforma.

Em território brasileiro, o Spotify está disponível desde o ano de 2014 e, em poucos anos, se tornou um dos principais meios de circulação musical. Além de ser uma vitrine cultural, ele é uma fonte de renda para artistas por meio do pagamento de royalties.

Lemos e Bastos (2022) reforçam que para os artistas receberem esses ganhos é necessário compreender as "gramáticas" da plataforma, que vão de tempo mínimo de execução das faixas até estratégias de organização do perfil. Alguns músicos independentes, especialmente os regionais, ainda não dominam completamente essa funcionalidade, o que pode limitar um pouco a sua visibilidade dentro da plataforma.

Para que todas essas ferramentas dentro das plataformas possam ser aproveitadas por completo, é necessário a organização e representação da informação musical. Na Ciência da Informação, essa representação é o processo que descreve, classifica e estrutura conceitos para que a recuperação possa ser feita de forma eficiente.

Barros, Vital e Rocha (2020), destacam que esse processo envolve tanto os sistemas formais, taxonomias e tesouros, quanto sistemas mais abertos, que permitem a participação dos usuários. No que diz respeito à música digital, toda essa organização é fundamental para que os artistas sejam encontrados por gênero, estilo, emoção e até contextos culturais.

Nesse sentido, a folksonomia ganha destaque, pois é prática em que os próprios usuários criam suas marcações (tags) para representar os conteúdos como as

playlists. Santini e Souza (2007) reforçam que a folksonomia é uma forma fácil de organização na web, pois é capaz de trazer diversidade cultural. Isso pode ampliar a possibilidade de reconhecimento de termos regionais, como é o caso do MPBera de Porto Velho que pode não se encaixar nas classificações tradicionais da indústria musical.

No entanto, a folksonomia também apresenta limitações, como a falta de padronização nas marcações e a presença de ambiguidades nos termos utilizados pelos usuários. Essas características podem gerar inconsistências na categorização e dificultar a recuperação precisa das informações, exigindo uma análise crítica sobre seu uso como ferramenta de organização digital.

O bibliotecário surge como um grande aliado para ajudar durante esse trabalho. Jesus (2021) aponta que, na curadoria de playlists, o bibliotecário pode atuar na indicação de descrições adequadas e na construção de representações consistentes. Assim, mostra que o bibliotecário não é apenas o profissional do espaço físico das tradicionais bibliotecas, mas pode se estender por meio do mundo digital ajudando artistas a melhorar a sua presença online.

Portanto, a literatura mostra que a história da música, do vinil ao streaming, não foi apenas de mudanças tecnológicas. Ela trouxe transformações na forma de consumir, distribuir e organizar as músicas favoritas das pessoas. A visibilidade dos artistas depende não só do seu talento na criação ou produção, mas também de como eles trabalham suas músicas representadas nas plataformas digitais. Para o MPBera, isso significa novas estratégias de

organização da informação, capazes de serem decisivas para conquistar novos ouvintes fora do estado de Rondônia expandindo a cultura local.

RESULTADOS

A coleta dos dados foi feita diretamente nos perfis oficiais dos artistas nas plataformas do Spotify e do Instagram, entre março e maio de 2025. Foram selecionados 4 (quatro) artistas com grande representatividade do movimento MPBera: Bado, Beradelia, Gabriê e Banda Quilomboclada. Para cada perfil, foi coletado: número de seguidores, ouvintes mensais (no Spotify), preenchimento do campo "Sobre" (Spotify), presença de selo de verificação, links na bio do Instagram, frequência de postagem, uso de hashtags, conteúdo dos destaques e outras informações que foram coletadas com o auxílio do Inflact Profile Analyzer.

Quadro 1 - Resumo da presença digital dos artistas do MPBera

Artista	Uso do “Sobre” no Spotify	Uso de Hashtags no Instagram	Destaques no Instagram	Frequência de postagem	Principais recomendações
Bado	Não	Baixa	Não	Menos de 1	Usar mais hashtags, criar destaques e preencher o “Sobre” no Spotify.
Beradelia	Não	Média	Sim	Menos de 1	Usar mais hashtags e preencher o “Sobre” no Spotify.
Gabriê	Sim	Média	Não	Menos de 1	Usar mais hashtags, usar os destaques do Instagram e ter mais postagens com contexto histórico
Banda Quilomboclada	Não	Alta	Sim	Mais de 2	Manter regularidade das postagens e preencher o “Sobre” no Spotify.

Fonte: Elaborado pelo autor (2025).

VISÃO GERAL DOS DADOS COLETADOS

Ao analisar os perfis dos artistas, alguns padrões foram observados como: 1) a variação da organização entre os artistas: alguns perfis têm a seção "Sobre" preenchidas com links, outros não; 2) o não aproveitamento de hashtags e publicações: a frequência média das postagens são baixas para maioria dos artistas, exceto para Quilomboclada; 3) A parceria dos artistas com plataformas de distribuição com ONErpm/OFFstep: aparece nos links de direcionamento das bios do Instagram.

Seguindo para termos numéricos no Spotify, nota-se algumas diferenças: Gabriê se destaca com número significativo de ouvintes mensais e seguidores, enquanto os demais têm um alcance mais modesto. Isso pode ser explicado pela atenção nacional que a artista teve quando participou do programa The Voice Brasil, em 2018.

ANÁLISE POR ARTISTA

BADO

Durante a coleta, notou-se que o artista não preencheu a seção "Sobre" e no Instagram, o perfil tem link de direcionamento para o YouTube, mas um deles está fora do ar. Suas postagens contém algumas hashtags ligadas à Amazônia e ao Rio Madeira.

Foi possível também notar a identidade clara do artista com os rios, a Amazônia, o que é positivo para o

reconhecimento regional. No entanto, a ausência do "Sobre" no Spotify reduz um pouco a funcionalidade do algoritmo de relacioná-lo com outras faixas/playlists de ouvintes que buscam essa temática. No Instagram, as hashtags existem, mas têm pouca frequência de postagem e não se utilizam da ferramenta “Destques” (Destaque é uma pasta onde se pode eternizar postagens tipo Stories - que ficam 24h no ar e depois somem).

BERADELIA

A Banda Beradelia também não tem a seção "Sobre" do Spotify preenchida, enquanto no Instagram há um bom uso de hashtags que reforçam o movimento MPBera. Ela faz bom uso dos "Destques" com conteúdo de shows, circulação cultural e também a explicação do termo beradeiro antes usado de forma pejorativa, mas que eles buscam ressignificar.

A banda pode atualizar a seção “Sobre” no Spotify e intensificar a produção de postagens com contexto histórico, como a realizada durante o show no Distrito de Nazaré, em que compartilharam os preparativos, conversaram com moradores e mostraram o local. Esse tipo de conteúdo contribui para o fortalecimento da identidade cultural do grupo e cria uma conexão mais autêntica com o público regional.

De forma sistemática, essas ações impactam positivamente a visibilidade da banda nas plataformas digitais, pois ampliam o engajamento natural, estimulam o compartilhamento de publicações e favorecem o posicionamento do perfil nos algoritmos de recomendação,

aumentando, assim, o alcance e a relevância dos artistas dentro e fora do contexto local.

GABRIÊ

Pode se notar que dos quatro artistas, é a que tem maior destaque dentro do Spotify, ela buscou preencher a seção “Sobre” do Spotify e tem uma boa quantidade de ouvintes. No Instagram, ela tem presença baixa de postagens, mas trabalha com uso de hashtags e com destaque para a hashtag #DaBeira que é sua música mais recentemente lançada.

A artista trabalha bem com a organização da informação dentro do streaming, ao preencher o Sobre e os links, ela aumenta suas chances de aparecer em recomendações. No Instagram seria positivo aumentar a frequência de postagens e utilizar os "Destques", servindo de mini-biblioteca de stories para os fãs.

BANDA QUILOMBOCLADA

A banda também tem uma presença menos informativa no Spotify, além de ser o único dos 4 (quatro) artistas que não possui o selo de verificação da plataforma. No instagram, já possui uma média maior de postagens, utiliza hashtags do MPBera com maior frequência e utilizam os "Destques" com conteúdos bem relacionados a festivais com temáticas culturais.

O artista para ter um bom aproveitamento no "Spotify" pode preencher o campo "Sobre" da plataforma e

solicitar o selo de verificação (na pesquisa não foi possível encontrar qual norma ou diretrizes específicas para ter o selo). Realizar mais postagens temáticas, com letras de músicas para atrair mais o público.

PLATAFORMA ONERPM E OFFSTEP

Após observar os perfis, observou-se o uso de links de direcionamento da ONErpm/OFFstep para disponibilizar suas músicas. Essas plataformas funcionam como distribuidoras digitais, ou seja, fazem a ponte entre artista e serviços de streaming.

A ONErpm é um dos maiores nomes do segmento. Tem opções gratuitas e pagas, o músico consegue indexar suas faixas nas plataformas de streaming, há relatórios detalhados, marketing e consultoria, ou seja, uma boa plataforma para artistas independentes.

As plataformas também trabalham com diretrizes específicas, não permitindo discursos de ódio, usar beats genéricos, utilizar a mesma capa de álbum em produções futuras, faixas explícitas, menores de idade, plágios e a plataforma reserva-se ao direito de recusar dando uma chance do artista de refazer música ou arte.

A OFFstep segue a mesma ideia, a plataforma é vendida para quem tem mais pressa (e não quer passar pela curadoria do ONErpm). Ela também possui planos gratuitos e pagos, a opção de criar conta é imediata e logo após já é possível trabalhar o serviço de indexação de música, que foi realizado nesta pesquisa.

O processo de upload de faixa realizado na plataforma foi feito, e campos obrigatórios como: título de

álbum, nome de artista ou banda, gêneros principais e secundários (determinadas opções pré-definidas pela plataforma), idioma da música e ano de lançamento.

A plataforma não informa de forma direta o formato de arquivo de áudio necessário para realizar o upload, então ferramentas de conversão foram utilizadas e os arquivos .wav e .flac são os compatíveis com o serviço.

Quanto à arte de capa, formatos suportados eram os JPG e PNG com tamanho de 3000x3000, menos de 35mb, 72dpi e sem logotipos, sites, datas ou algum tipo de anúncio. Depois, uma imensa lista de plataformas são exibidas para escolha, dentre elas: Spotify, Apple Music, Deezer e algumas até não conhecidas no Brasil.

Ao chegar na última parte, o upload não foi possível devido à necessidade de um plano pago para realizar a distribuição. Por não ser bem claro, isso pode confundir os usuários, que pensam ter todas as funções e que no fim era necessário um plano pago para poder subir as músicas para uma determinada plataforma.

RECOMENDAÇÕES PARA ARTISTAS E COMENTÁRIOS DAS PLATAFORMAS

Com base nos dados coletados, foi possível elaborar recomendações para melhorar o engajamento e crescer a cultura regional que envolva Porto Velho e regiões amazônicas.

Sobre o Spotify, preencher todo campo de informação disponibilizado, como a seção Sobre o Artista, ajuda a ampliar as relações que os algoritmos realizam com outros artistas.

No Instagram, realizar postagens de contexto histórico, com conteúdos de figuras, locais, eventos e pontos históricos que têm ligação com o conteúdo lírico colabora para ter bastante engajamento. Usar hashtags como #PortoVelho, #MPBera, #Beradeiro e #Bera são grandes aliados, afinal, elas ajudam a recuperar postagens relacionadas feitas por outras pessoas e por fim os “Destaques” no qual os artistas podem ter postagens selecionadas de stories e separá-las por categorias, lembrando como se faz na organização do conhecimento.

Em termos musicais, o trabalho colaborativo entre os artistas é um grande aliado, a realização de feats com foco na cultura é bom para trazer benefícios como audiência e visibilidade de quem pode não conhecer determinado artista, além de ter misturas de gênero como por exemplo: vocal de samba com levada de rock.

Quanto ao OFFstep, espaços para preenchimentos manuais para partes como: gênero musical de bandas e das faixas cairia bem para os artistas que fazem música de conteúdos específicos, como é o caso dos artistas do MPBera. Essa opção pode ser complementar à lista de gêneros, possibilitando o uso de folksonomia, abrindo espaço para outros estilos capazes de representar outras culturas no mundo

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa teve como pergunta norteadora: como a representação da informação no Instagram e no Spotify pode contribuir para aumentar a visibilidade dos artistas do movimento MPBera?

Para isso, foram realizadas pesquisas bibliográficas, pesquisas documentais em sites e publicações e pesquisas de campo realizadas nas plataformas, que permitiram obter resultados para 1) Descrever o mercado da música digital, principalmente no Spotify, 2) Discutir a representação da informação musical, e 3) Analisar a presença digital de artistas MPBera e como melhorar o seu alcance nas plataformas.

Foi percebido que a representação da informação em redes sociais como o Instagram pode ter grande impacto para promover um tema, ajudar na recuperação da informação e na forma como os artistas do MPBera buscam evidenciar a cultura de sua região. Também foi possível observar que o sistema de folksonomia torna-se um importante aliado dos artistas, graças a sua capacidade de organização colaborativa, podendo valorizar a diversidade cultural, e colocar o movimento em evidência por meio do uso estratégico das hashtags. Na plataforma OFFstep e Spotify, entretanto, não foi possível o uso de hashtags.

Quanto às recomendações, no Instagram, usar mais as hashtags e as funcionalidades como os Destaques, que ajudam pelo fato de ser um armazenamento de stories permanente, tornando o perfil uma espécie de acervo. No Spotify, buscar preencher o "Sobre o Artista" é necessário para o artista disponibilizar as suas redes sociais, origem, inspirações para criação de músicas e criar ligação com os ouvintes. No OFFstep, observar as diretrizes de preenchimento, pois pode estar sujeito a análise da plataforma e a não realização da mudança pode acarretar em rejeição do material na plataforma.

As limitações de pesquisa ocorridos nas plataformas foram a tentativa, sem sucesso, de criar conta no Spotify for Artists, limitando a pesquisa na plataforma. Outras plataformas como YouTube e TikTok foram incluídas na ideia inicial, mas com o tempo curto, o Spotify e Instagram foram os únicos utilizados em virtude de serem as mais utilizadas pelos artistas. A ideia de distribuir música foi adotada durante o processo de realização da pesquisa que não foi possível devido à plataforma OFFstep exigir um plano pago sem passar informações claras.

Conversar com os artistas diretamente seria de grande ajuda, mas como o Instagram permite o envio de mensagens apenas para pessoas que se seguem mutuamente, impossibilitou essa ideia. A plataforma também possui uma barra de pesquisa que funciona apenas com os nickname ou hashtags, não é possível realizar recuperação com frases ou termos simples.

Quanto às ideias de futuras pesquisas, elas podem trabalhar mais com o OFFstep pago, Spotify for Artists e quais informações pedem sobre os artistas e músicas, trabalhar com criação de vocabulários controlados com focos regionais e culturais. Elas podem ser úteis para trazer melhorias para a recuperação da informação e também a visibilidade dos artistas nas plataformas.

A pesquisa, por fim, pode contribuir para os artistas do movimento MPBera ganharem engajamento nas suas plataformas, fazendo que futuramente a sua arte vá além do estado. Após isso, histórias locais, a valorização de ícones locais, lembranças de lutas e também a mudança de alguns preconceitos podem acontecer graças ao trabalho dos artistas locais.

REFERÊNCIAS

- ALBRIGHT, Dann. **The evolution of music consumption: how we got here.** MUO. 2015. Disponível em: <https://www.makeuseof.com/tag/the-evolution-of-music-consumption-how-we-got-here/> Acesso em: 25 set. 2024
- BARROS, C. M.; VITAL, L. P.; ROCHA, T. P. Representação da informação musical: metáfora e sentido literal. **Revista Ibero-Americana de Ciência da Informação**, [s.l.], v. 15, n., 2022. Acesso em: 25 set. 2024
- CASARIN, H. de C. S.; CASARIN, S. J. **Pesquisa científica:** da teoria à prática. 1. ed. Curitiba: InterSaberes, 2012. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/7614754/mod_resource/content/1/CASARIN-2012_Pesquisa_Cientifica_Da_Teoria_a_Pratica.pdf. Acesso em: 18 dez. 2024.
- INFLACT. Profile Analyzer.** Disponível em: <https://inflact.com/tools/profile-analyzer/>. Acesso em: 18 mai. 2025
- JESUS, L. S. de. **A atuação do bibliotecário em sistemas de recomendação de plataformas de streaming musical.** 2021. 54 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Biblioteconomia) - Universidade de Brasília, Brasília, 2021. Disponível em <https://bdm.unb.br/handle/10483/30060>. Acesso em: 25 set. 2024

LEMOS, A.; BASTOS, G. A influência das plataformas digitais no trabalho dos beatmakers de hip-hop de Salvador. **Comunicação & Informação**, Goiânia, Goiás, v. 25, p. 93–113, 2022. DOI: 10.5216/ci.v25.71322. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/ci/article/view/71322>. Acesso em: 26 set. 2025.

MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. 8. ed. São Paulo: Editora Atlas, 2017. Acesso em: 18. dez. 2024.

MATA, P. O.; MOURA, M. A. A mediação algorítmica em plataformas de streaming de música e seus desdobramentos na cultura musical. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 2023. **Anais** [...] XXIII Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Ciência da Informação, 2023. Disponível em:
<https://brapci.inf.br/index.php/res/v/257891> Acesso em: 27. out. 2024.

NASCIMENTO, F. P. d. **Metodologia da pesquisa científica**: teoria e prática – como elaborar TCC. Brasília: Thesaurus, 2016. Acesso em: 18. dez. 2024.

SANTINI, R. M. **Admirável Chip Novo**: A música na era da internet. Rio de Janeiro: E-Papers, 2006. Disponível em:
https://books.google.com.br/books?hl=en&lr=&id=eP3-XqGrKQMC&oi=fnd&pg=PA11&ots=1AqhX4Rlvc&sig=lTXsr_Tis9KgmF5FUPCT_ppMI4U&redir_esc=y#v=onepage&q&f=f Acesso em: 07. out. 2024.

SANTINI, R. M SOUZA, R. de Recuperação da Informação de Música e a Ciência da Informação: Tendências e desafios de pesquisa. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 8., 2007, Salvador. **Anais** [...]. Salvador: UFBA, 2007. 1-1, 2007. Disponível em:
<https://ridi.ibict.br/bitstream/123456789/297/1/ROSALIROseEnancib2007.pdf>. Acesso em: 07 out. 2024.

SANTOS, M. Dia da música regional beradeira: entenda por que 8 de dezembro foi escolhido como o dia da celebração. **G1 Rondônia**, Porto Velho, 08 dez. 2023. Disponível em:
<https://g1.globo.com/ro/rondonia/noticia/2023/12/08/dia-da-musica-regional-beradeira-entenda-por-que-8-de-dezembro-foi-escolhido-como-o-dia-da-celebracao.ghtml>. Acesso em: 25 set. 2025.

WALL, M. **Metallica**: a biografia. São Paulo: Globo, 2012. Acesso em: 28. out. 2024.

WERNER, A. Organizing music, organizing gender: algorithmic culture and Spotify recommendations. **The International Journal of Media and Culture**, [s.l.], v. 18, n. 1, p. 78-90, 2020. Disponível em:
<https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/15405702.2020.1715980#abstract>. Acesso em: 29. nov. 2024.

Capítulo 8

ACESSIBILIDADE EM POLÍTICAS EDITORIAIS: UM OLHAR A PARTIR DOS ESTUDOS CRÍTICOS DA DEFICIÊNCIA

Franciéle Carneiro Garcês-da-Silva

Stella Dourado

INTRODUÇÃO

Entre o início do século XX e o século XXI surgiram novas maneiras de refletir e compreender as variações humanas consideradas deficiências, o que levou à formação de um campo de estudos denominado Estudos Críticos da Deficiência (ECD). Este campo é caracterizado como interdisciplinar e analisa a deficiência sob a perspectiva dos direitos civis e humanos, da identidade de grupos minoritários politicamente, da formação sociológica, da história comunitária e da diversidade

grupal, além de funcionar como uma categoria de análise crítica nas áreas da cultura e das artes, sempre dentro de um contexto mais amplo das ciências da saúde (Garland-Thomson, 2019; Garcês-da-Silva, 2023).

A justiça informacional (Mathiesen, 2015) para a pessoa com deficiência considera a necessidade de se obter maior acessibilidade informacional para pessoas com deficiência (mental, auditiva e visual, transtornos do espectro autista) por meio de metodologias e padrões nacionais de linguagem de fácil transmissão e aprendizagem, o que garantiria os direitos civis de pessoas com deficiência articulados com a superação de barreiras de comunicação e recepção da informação (Vladimirova; Chistyakova; Miroshnichenko, 2023).

Assim, partindo da lente teórica dos Estudos Críticos da Deficiência (ECD) articulada com a justiça informacional para pessoas com deficiência, este texto questiona: *Como o compromisso com a justiça informacional com a pessoa com deficiência está presente nas políticas editoriais das editoras de universidades públicas?* Esta é a questão que direciona este capítulo, cujo objetivo é analisar se a justiça informacional para com a pessoa com deficiência se manifesta com a acessibilidade em políticas das editoras das universidades públicas brasileiras.

A justificativa para este capítulo é que ele advém da participação das autoras como bolsistas no projeto de pesquisa *Editora IBICT: Integração, inovação, redes e internacionalização*, no contexto da área técnica da Divisão de Editoração Científica (Dieci), sob coordenação do Prof. Dr. Gustavo Saldanha, do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT).

Tal projeto surgiu como uma iniciativa estratégica que visa o avanço da pesquisa científica e tecnológica no País, atuando como um veículo de inovação e publicação para pesquisas e estudos na área da Ciência da Informação (CI). Nesse contexto, o Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (Ibict) reconhece a relevância da divulgação do conhecimento científico e está trabalhando na criação de uma editora dedicada à promoção e formalização da produção de trabalhos monográficos e periódicos por parte de seus pesquisadores e acadêmicos. Comprometida com as melhores práticas de publicação, a transparência, a ética e também com a acessibilidade no processo editorial e seus produtos, a Editora Ibict visa, portanto, consolidar-se no referido cenário estabelecendo inovações e processos que estejam vinculados à justiça social, epistêmica e informacional.

Por isso, neste texto, o direcionamento está em refletir sobre as políticas editoriais de editoras universitárias do país e sua preocupação com a acessibilidade. Para tanto, abordaremos duas seções primárias acerca dos ECD e a justiça informacional em editoras universitárias. Posteriormente, os resultados da análise de políticas editoriais de editoras brasileiras e as considerações finais da comunicação.

DOS ESTUDOS CRÍTICOS SOBRE DEFICIÊNCIA: UMA BREVE REVISÃO DE LITERATURA

Nesta seção são brevemente contextualizados os Estudos Críticos sobre Deficiência (ECD) e justiça

informacional para as pessoas com deficiência. Os Estudos Críticos da Deficiência (ECD) são compreendidos como um campo de investigação interdisciplinar que investiga as formas sociais, políticas, econômicas, étnico-raciais, de gênero e sexualidades e históricas pelas quais a não normatividade corporal é construída em diferentes áreas geográficas e escalas (Brocco, 2024). Com uma base teórica interdisciplinar, tais estudos enfocam aprofundar a compreensão da condição humana embasada na crítica às suposições e discussões tradicionais sobre a deficiência, que visam, muitas vezes, reforçar opressões às pessoas com deficiência e violar seus direitos (Hosking, 2008).

Esta teoria se fundamenta na afirmação de que “a deficiência não é fundamentalmente uma questão de medicina ou saúde; nem é apenas uma questão de sensibilidade e compaixão; antes, trata-se de uma questão de política e poder (ou falta de poder), poder sobre e poder para” (Pothier; Devlin, 2006, p. 2). As abordagens nos ECD entendem que as transformações são inerentes à mente humana, ao corpo e aos sentidos. Por isso, refuta a compreensão negativa e dominante sobre a deficiência criada pelas ciências da saúde ao longo do tempo. Assim, essa perspectiva crítica entende a “deficiência não como um defeito físico inerente aos corpos, assim como o gênero não é simplesmente uma questão de órgãos genitais [...], mas sim como uma forma de interpretar a variação humana” (Garland-Thomson, 2019, p. 12)

Nessa perspectiva, o tratamento paternalista e a opressão das pessoas com deficiência pelos sem deficiência, manifestados por meio do acesso restrito a bens educacionais, informacionais, econômicos e sociais,

são questionados (Pothier; Devlin, 2006). Os estudos sobre deficiência analisam, assim, essas dimensões sociais, culturais e políticas da deficiência com enfoque nas experiências de sujeitos com deficiência. Eles buscam entender como a deficiência interage com outras identidades, incluindo pertença étnico-racial, gênero e sexualidade com vistas a promover justiça e ativismo em prol das agendas políticas desse grupo social (Garland-Thomson, 2019).

A partir dessa breve apresentação, partimos para debater a justiça informacional para a pessoa com deficiência em contextos de editoras universitárias, especialmente suas políticas editoriais.

DA JUSTIÇA INFORMACIONAL PARA A PESSOA COM DEFICIÊNCIA À ACESSIBILIDADE EM EDITORAS UNIVERSITÁRIAS

A Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, a qual institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), conceitua a pessoa com deficiência como

aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas (Brasil, 2015, s.p.)

Nesse sentido, a discussão sobre deficiência no campo da justiça exige uma mudança de perspectiva, conforme Jéssica Begon (2023), haja vista que em vez de analisar as variações no funcionamento de corpos e mentes, o exame deve ser sobre as barreiras que tais variações impõem a indivíduos em contextos específicos. Sob a ótica da justiça, apenas algumas dessas barreiras são relevantes, sobretudo aquelas que comprometem o controle das pessoas sobre dimensões fundamentais da vida e acesso a direitos civis, seja pela escassez de alternativas viáveis, seja pela dificuldade em exercer escolhas autônomas (Begon, 2023).

O cerne de uma teoria da justiça, como a da justiça informacional, reside, portanto, na capacidade dos indivíduos de viverem plenamente, não na conformidade de padrões de normalidade física ou cognitiva, ao mesmo tempo em que obtém toda e qualquer informação que necessitar de forma justa para o seu desenvolvimento pessoal e social. Nesse sentido, mobilidade, sociabilidade, acesso ao lazer e outras dimensões da vida prática são prioritárias, independentemente dos meios utilizados para alcançá-las (Begon, 2023).

Assim, o desafio ético-político da deficiência não está na diferença em si, mas em como a sociedade a reconhece (ou ignora), transformando-a em limitação ou possibilidade. A justiça, nesse sentido, deve assegurar que tais diferenças não se traduzam em exclusão ou privação (Begon, 2023).

Dado esse contexto, entendendo que as pessoas são fontes de informação, buscadoras de informação e sujeitos informacionais (Mathiesen, 2015), a justiça

informacional se volta para a busca por estratégias que permitam enfrentar o acesso limitado à informação, as barreiras físicas que impedem as pessoas com deficiência de acessar bibliotecas, museus e outros ambientes informacionais físicos ou digitais, e os sistemas de suporte ainda inadequados para garantir o acesso equitativo à informação e direitos para pessoas com deficiência.

Dentre os espaços possíveis de acesso à informação por pessoas com deficiência estão as editoras universitárias, compreendidas como organismos vinculados a instituições de ensino superior cuja missão é produzir, difundir e preservar o conhecimento científico, acadêmico e cultural, com vistas a garantir rigor metodológico, qualidade editorial e acessibilidade nas produções publicadas. Assim, a editora universitária atua como ponte entre a produção intelectual da academia e a sociedade com vistas a assegurar que pesquisas, livros, periódicos e outros materiais atendam a padrões éticos e técnicos reconhecidos nacional e internacionalmente (Bufrem, 2009). Tais editoras possuem como instrumento direcionador de suas atividades, a política editorial, a qual Bufrem (2009, p. 34) destaca que deve “ser analisada criticamente levando-se em conta os sujeitos, o cenário, os acontecimentos, as relações de força e as possibilidades de articulação entre estrutura e conjuntura”.

O *Guia básico de acessibilidade na comunicação: condutas e ações em eventos promovidos pelo Ministério Público brasileiro*, elaborado pelo Conselho Nacional do Ministério Público (Brasil, 2024) comprehende que a sociedade deve adotar medidas para promover a acessibilidade para pessoas com deficiência com o intuito

de garantir a igualdade de acesso a direitos e oportunidades por tais sujeitos. Considerando que as editoras universitárias são espaços sociais, os quais devem produzir produtos e serviços de informação (livros, cartilhas, anais de eventos) que estejam comprometidos com a justiça social e informacional, iremos analisar as políticas públicas de editoras universitárias para verificar se e como a acessibilidade para pessoas com deficiência é adotada.

METODOLOGIA

No que se refere aos aspectos metodológicos, esta é uma pesquisa qualitativa e quantitativa de natureza exploratória e descritiva. Buscou-se analisar a acessibilidade nas políticas editoriais de editoras universitárias e institucionais brasileiras, além de verificar as funcionalidades de acessibilidade nos sites dessas editoras.

Para tanto, foi realizada uma revisão da pesquisa realizada entre os meses de março e abril de 2024, no mês de junho de 2025, que buscou verificar a disponibilização de políticas editoriais nos websites de editoras universitárias e institucionais, resultando na criação de um Diretório de Editoras Universitárias e Institucionais Brasileiras da Editora Ibjct.

Foram visitados os websites de 128 editoras universitárias brasileiras, levantados junto ao e-MEC, e 18 sites de editoras institucionais e a análise foi realizada por meio de uma planilha do Excel com os seguintes dados: nome da editora, sigla da instituição, estado, ano de fundação, se possui filiação à ABEU, link do site da editora,

se existe política editorial no site, link da política. Essa pesquisa resultou na coleta de 42 políticas editoriais de editoras universitárias e não foram encontradas políticas editoriais de editoras institucionais.

Figura 1 – Diretório das editoras universitárias e institucionais brasileiras (recorte)

A	B	C	D	E
Nome	Instituição	Região	UF	Fundação
1 EDUFAC	Universidade Federal do Acre	N	Acre	2003
2 EDUFAL	Universidade Federal de Alagoas	NE	Alagoas	1963
3 Editora da Universidade Federal do Amazonas	Universidade Federal do Amazonas	N	Amazonas	2022
4 EDUAM	Universidade Federal do Amazonas	N	Amazonas	1991
5 EDUIBA	Universidade Federal da Bahia	NE	Bahia	1993
6 EDURB	Universidade Federal do Recôncavo da Bahia	NE	Bahia	2010
7 EDUFC	Universidade Federal do Ceará	NE	Ceará	-
8 Editora UFC	Universidade Federal do Ceará	NE	Ceará	1980
9 Editora UnB	Universidade de Brasília	CO	Distrito Federal	1962
10 EDUERES	Universidade Federal do Espírito Santo	SE	Espírito Santo	1995
11 EDUFERS	Universidade Federal de Goiás	CO	Goiás	1977
12 Editora UFG	Universidade Federal do Ceará	CO	Goiás	-
13 Letras do Cerrado	Universidade Federal do Ceará	CO	Goiás	2020
14 Editora da UFJF	Universidade Federal do Japão	CO	Goiás	1988
15 EDUFMA	Universidade Federal do Maranhão	NE	Maranhão	1988
16 Edunir	Universidade Federal de Mato Grosso	CO	Mato Grosso	2020
17 Editora UFR	Universidade Federal do Rondonópolis	CO	Mato Grosso	2020
18 Editora UFGO	Universidade Federal da Grande Dourados	CO	Mato Grosso do Sul	2006
19 Editora UFGS	Universidade Federal do Mato Grosso do Sul	CO	Mato Grosso do Sul	-
20 UFSC Editora	Universidade Federal de Santa Catarina	SE	Minas Gerais	1996
21 Editora UFLA	Universidade Federal do Livramento	SE	Minas Gerais	1998
22 Editora UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais	SE	Minas Gerais	1985
23 Editora UFOP	Universidade Federal do Ouro Preto	SE	Minas Gerais	1980
24 EDUESU	Universidade Federal do Sítio João do Rei	SE	Minas Gerais	-
25 EDUHU	Universidade Federal de Uberlândia	SE	Minas Gerais	1981
26 Editora UEP	Universidade Federal de Viçosa	SE	Minas Gerais	1996

Fonte: Elaboração própria.

Para analisar a acessibilidade em políticas editoriais de editoras universitárias e institucionais brasileiras, foram revisitados os websites das 128 editoras universitárias e 18 websites de editoras institucionais brasileiras. Para a análise foi elaborada uma planilha de coleta de dados com os seguintes termos: acessibilidade, acessível, pessoa com deficiência, defici*, PCD, braille, libras, descrição.

Figura 2 – Planilha de análise da acessibilidade em políticas das editoras universitárias e institucionais brasileiras (recorte)

Análisis de la accesibilidad de las políticas estatales sobre accesibilidad									
	Indicador	Definición	Áreas de análisis	Población 2010 afectada	Datos*	PLS	Bache	Uso	Estrategia
1	Edificios/espacios								
1.1	EDAC								
1.2	EDAC								
1.3	EDAC								
1.4	EDAC								
1.5	EDAC								
1.6	EDAC								
1.7	EDAC								
1.8	EDAC								
1.9	EDAC								
1.10	EDAC								
1.11	EDAC								
1.12	EDAC								
1.13	EDAC								
1.14	EDAC								
1.15	EDAC								
1.16	EDAC								
1.17	EDAC								
1.18	EDAC								
1.19	EDAC								
1.20	EDAC								
1.21	EDAC								
1.22	EDAC								
1.23	EDAC								
1.24	EDAC								
1.25	EDAC								
1.26	EDAC								
1.27	EDAC								
1.28	EDAC								
1.29	EDAC								
1.30	EDAC								
1.31	EDAC								
1.32	EDAC								
1.33	EDAC								
1.34	EDAC								
1.35	EDAC								
1.36	EDAC								
1.37	EDAC								
1.38	EDAC								
1.39	EDAC								
1.40	EDAC								
1.41	EDAC								
1.42	EDAC								
1.43	EDAC								
1.44	EDAC								
1.45	EDAC								
1.46	EDAC								
1.47	EDAC								
1.48	EDAC								
1.49	EDAC								
1.50	EDAC								
1.51	EDAC								
1.52	EDAC								
1.53	EDAC								
1.54	EDAC								
1.55	EDAC								
1.56	EDAC								
1.57	EDAC								
1.58	EDAC								
1.59	EDAC								
1.60	EDAC								
1.61	EDAC								
1.62	EDAC								
1.63	EDAC								
1.64	EDAC								
1.65	EDAC								
1.66	EDAC								
1.67	EDAC								
1.68	EDAC								
1.69	EDAC								
1.70	EDAC								
1.71	EDAC								
1.72	EDAC								
1.73	EDAC								
1.74	EDAC								
1.75	EDAC								
1.76	EDAC								
1.77	EDAC								
1.78	EDAC								
1.79	EDAC								
1.80	EDAC								
1.81	EDAC								
1.82	EDAC								
1.83	EDAC								
1.84	EDAC								
1.85	EDAC								
1.86	EDAC								
1.87	EDAC								
1.88	EDAC								
1.89	EDAC								
1.90	EDAC								
1.91	EDAC								
1.92	EDAC								
1.93	EDAC								
1.94	EDAC								
1.95	EDAC								
1.96	EDAC								
1.97	EDAC								
1.98	EDAC								
1.99	EDAC								
1.100	EDAC								
1.101	EDAC								
1.102	EDAC								
1.103	EDAC								
1.104	EDAC								
1.105	EDAC								
1.106	EDAC								
1.107	EDAC								
1.108	EDAC								
1.109	EDAC								
1.110	EDAC								
1.111	EDAC								
1.112	EDAC								
1.113	EDAC								
1.114	EDAC								
1.115	EDAC								
1.116	EDAC								
1.117	EDAC								
1.118	EDAC								
1.119	EDAC								
1.120	EDAC								
1.121	EDAC								
1.122	EDAC								
1.123	EDAC								
1.124	EDAC								
1.125	EDAC								
1.126	EDAC								
1.127	EDAC								
1.128	EDAC								
1.129	EDAC								
1.130	EDAC								
1.131	EDAC								
1.132	EDAC								
1.133	EDAC								
1.134	EDAC								
1.135	EDAC								
1.136	EDAC								
1.137	EDAC								
1.138	EDAC								
1.139	EDAC								
1.140	EDAC								
1.141	EDAC								
1.142	EDAC								
1.143	EDAC								
1.144	EDAC								
1.145	EDAC								
1.146	EDAC								
1.147	EDAC								
1.148	EDAC								
1.149	EDAC								
1.150	EDAC								
1.151	EDAC								
1.152	EDAC								
1.153	EDAC								
1.154	EDAC								
1.155	EDAC								
1.156	EDAC								
1.157	EDAC								
1.158	EDAC								
1.159	EDAC								
1.160	EDAC								
1.161	EDAC								
1.162	EDAC								
1.163	EDAC								
1.164	EDAC								
1.165	EDAC								
1.166	EDAC								
1.167	EDAC								
1.168	EDAC								
1.169	EDAC								
1.170	EDAC								
1.171	EDAC								
1.172	EDAC								
1.173	EDAC								
1.174	EDAC								
1.175	EDAC								
1.176	EDAC								
1.177	EDAC								
1.178	EDAC								
1.179	EDAC								
1.180	EDAC								
1.181	EDAC								
1.182	EDAC								
1.183	EDAC								
1.184	EDAC								
1.185	EDAC								
1.186	EDAC								
1.187	EDAC								
1.188	EDAC								
1.189	EDAC								
1.190	EDAC								
1.191	EDAC								
1.192	EDAC								
1.193	EDAC								
1.194	EDAC								
1.195	EDAC								
1.196	EDAC								
1.197	EDAC								
1.198	EDAC								
1.199	EDAC								
1.200	EDAC								
1.201	EDAC								
1.202	EDAC								
1.203	EDAC								
1.204	EDAC								
1.205	EDAC								
1.206	EDAC								
1.207	EDAC								
1.208	EDAC								
1.209	EDAC								
1.210	EDAC								
1.211	EDAC								
1.212	EDAC								
1.213	EDAC								
1.214	EDAC								
1.215	EDAC								
1.216	EDAC								
1.217	EDAC								
1.218	EDAC								
1.219	EDAC								
1.220	EDAC								
1.221	EDAC								
1.222	EDAC								
1.223	EDAC								
1.224	EDAC								
1.225	EDAC								

Fonte: Elaboração própria.

Após a revisão, não foram identificadas novas políticas editoriais de editoras universitárias, permanecendo o quantitativo de 42 políticas dentro do universo de 128 editoras universitárias. Em relação às editoras institucionais, foi identificada 01 política editorial da Editora IFRN, totalizando 43 políticas editoriais coletadas. Após a coleta, essas políticas editoriais foram analisadas para averiguar a acessibilidade e, dessa forma, o compromisso com a justiça informacional com a pessoa com deficiência, nas políticas editoriais das editoras universitárias brasileiras.

RESULTADOS

Ao analisarmos as 43 políticas editoriais, foi possível perceber que poucas políticas editoriais incluem elementos sobre acessibilidade, conforme descreveremos a seguir. Com o termo “acessibilidade”, somente três editoras (Editora da Universidade Federal de Rio Grande do Norte - EDUFRN, da Universidade Estadual de Minas Gerais – UEMG e Unimontes) abordam em suas políticas editoriais a promoção da acessibilidade e democratização do conhecimento em suas publicações. No entanto, a EDUFRN, apesar de abordar sobre política de acessibilidade no conteúdo de sua política editorial, não disponibiliza essa política no site. Além disso, a política editorial não conceitua a acessibilidade em sua política nem os tipos adotados pela editora, bem como o site não traz recursos nem documentos sobre acessibilidade.

Com relação ao termo “acessível”, este esteve vinculado às Editoras da Unila, da Universidade Estadual de Minas Gerais e da Unimontes no sentido de promover o uso de linguagem acessível em suas obras de forma a atender desde professores até estudantes de diversas áreas do conhecimento. Ainda, este termo se referiu também ao intuito da editora de obter uma estrutura de apresentação da obra e ao preço acessível ao público-alvo. Entretanto, quanto à atualização terminológica de “deficiente” para “pessoa com deficiência”, conforme indica o Guia básico de acessibilidade na comunicação: condutas e ações em eventos promovidos pelo Ministério Público brasileiro, nenhuma das editoras apresentou tal termo em sua política quando da busca do referido termo.

Alguns outros itens, para além daqueles aqui mencionados foram encontrados e podemos citar como tentativas de adotar a acessibilidade, a saber: a Editora da Universidade Federal de Rondônia (Edufro), a Editora da Universidade Federal de Uberlândia (Edufu), Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA), Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR) e Centro Universitário Metodista (IPA) apresentaram atalhos para navegação no site padronizados pelo governo com Vlibras e Opção de Alto contraste.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este capítulo buscou compreender se a justiça informacional para com a pessoa com deficiência se manifesta com a acessibilidade em políticas das editoras das universidades públicas brasileiras.

Em nosso entendimento, as políticas editoriais de editoras universitárias estão aquém daquilo que se espera no que se refere à adoção da acessibilidade para pessoas com deficiência. Utilizar Libras, opção de alto contraste e mencionar acessibilidade e acessível não tornarão as obras preparadas para o acesso à informação publicada por tais editoras.

Neste sentido, a adoção de políticas editoriais de acessibilidade permitirá que a justiça informacional seja atendida, na medida em que o acesso à informação por pessoas com deficiência for possibilitado de forma justa e equânime.

REFERÊNCIAS

BEGON, Jessica. **Disability Through the Lens of Justice.** Oxford: Oxford University Press, 2023.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). **Diário Oficial da União**, Brasília, 2015. Disponível em:
https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em: 20 ago. 2024.

BRASIL. **Guia básico de acessibilidade na comunicação:** condutas e ações em eventos promovidos pelo Ministério Público brasileiro. Brasília: CNMP, 2024.

BROCCO, Giorgio. Theories and practices of disability from the Global South: a critical anthropological perspective. **Frontiers in Health Services**, [s.l.], v. 4, 1261091, 2024. DOI: 10.3389/frhs.2024.1261091.

BUFREM, Leilah S. Política editorial universitária por uma crítica à prática. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 14, n.1, p.23-36, jan./abr. 2009. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-99362009000100003>. Acesso em: 02 jul. 2025.

GARCÊS-DA-SILVA, Franciéle Carneiro. **Biblioteconomia Negra**: das epistemologias negro-africanas à Teoria Crítica Racial. Rio de Janeiro: Malê, 2023.

GARLAND-THOMSON, R. Critical disability studies: A knowledge manifesto. In: ELLIS, Katie; GARLAND-THOMSON, R.; KENT, M.; ROBERTSON, R. **Manifestos for**

the Future of Critical Disability Studies, Volume 1.
London: Routledge, 2019. p. 11-19.

HOSKING, D. Critical Disability Theory. In: **4th Biennial Disability Studies Conference at Lancaster University**, UK, Sept. 2-4, 2008. Disponível em:
https://www.lancaster.ac.uk/fass/events/disabilityconference_archive/2008/papers/hosking2008.pdf. Acesso em: 20 ago. 2024.

MATHIESEN, Kay. Informational justice: A conceptual framework for social justice in library and information services. **Library Trends**, , [s.l.], v. 64, n. 2, p. 198-225, 2015. DOI: <https://doi.org/10.1353/lib.2015.0044>

POTHIER, D.; DEVLIN, R. (eds.). **Critical Disability Theory: Essays in Philosophy, Politics, Policy, and Law**. Vancouver, Canada: UBC Press, 2006.

VLADIMIROVA, O. N., CHISTYAKOVA, N. P., MIROSHNICHENKO, O. A. Information Accessibility for People with Mental Disabilities, Including Autism Spectrum Disorders. **Information Accessibility for People with Mental Disabilities, Including Autism Spectrum Disorders**, [s.l.], v. 21, n. 1, p. 49–58, 2023. DOI: <https://doi.org/10.17759/autdd.2023210106>

Capítulo 9

UM ACERVO DE ARTES: MAPEAMENTO BIBLIOGRÁFICO DE ARTES DE RONDÔNIA EM PORTO VELHO – RO

Elis Regina Oliveira Bispo

Joliza C. Fernandes Marinho

INTRODUÇÃO

A arte é um elemento essencial da cultura, pois reflete a identidade e os valores de uma sociedade. Conforme Schenkel (2016, p. 3), “a arte local funciona como uma identidade cultural, permitindo a criação de novos trabalhos e inspirações”. Neste contexto, esta pesquisa teve como objetivo investigar a produção literária sobre artes no estado de Rondônia, especificamente livros escritos por artistas locais, sobre artistas regionais ou sobre a arte produzida no estado. O estudo visou mapear obras

que abordem a arte rondoniense em instituições públicas de Porto Velho, com o propósito de contribuir para a preservação e divulgação do patrimônio cultural artístico regional.

Além da localização desses livros em bibliotecas, museus, arquivos e centros culturais, a pesquisa propôs a criação de uma rede de compartilhamento que reúna e organize a produção bibliográfica especializada em artes de Rondônia. Parte-se do conceito de biblioteca especializada que, segundo Souza e Oliveira (2017, p. 6), “se propõe a reunir sistematicamente o material relativo a um tema específico e torná-lo acessível aos usuários”. Nessa perspectiva, busca-se compreender como essas instituições podem atender à demanda por informações sobre a arte local, alinhando-se às necessidades de seus usuários — o que, de acordo com Ferreira (1996, p. 6), requer que “sistemas de informação devam ser modelados de acordo com o usuário”.

Diante do exposto, a pesquisa buscou responder: Quais são as obras sobre arte rondoniense, onde estão localizadas e como seu acesso é disponibilizado ao público?

A importância desta pesquisa situa-se na preservação da cultura e da identidade do Estado de Rondônia. A arte expressa a história e os valores regionais, e a falta de acesso à literatura especializada sobre o tema pode levar à perda dessa identidade, à desvalorização dos artistas locais e ao desestímulo da produção artística. Por outro lado, o acesso a essas obras pode inspirar novos registros e reflexões sobre a cultura local.

A motivação para o estudo surgiu de experiência em estágio na Biblioteca Ivan Marrocos, onde foi identificada uma lacuna significativa: inexiste um acervo especializado em arte rondoniense, mesmo com demanda recorrente dos usuários. Essa carência revela a necessidade de ações por parte dos profissionais da informação para organizar, divulgar e facilitar o acesso a esse tipo de material.

Além do impacto cultural, a pesquisa contribui para a formação em Biblioteconomia, permitindo à pesquisadora compreender a relação entre arte e informação, desenvolver habilidades em organização de acervos e aprimorar métodos de pesquisa e coleta de dados — competências fundamentais para atuação na área.

Para atingir as metas propostas, esta pesquisa estabeleceu como objetivo geral identificar livros sobre arte regional rondoniense, determinar sua localização em instituições culturais, verificar suas condições físicas e analisar as condições de acesso ao acervo pelos usuários.

Como objetivos específicos, delimitaram-se: a) Discutir os conceitos de arte, acervo e biblioteca especializada com base na literatura existente; b) Identificar instituições que custodiam livros sobre artes de Rondônia; c) Analisar as condições físicas das obras identificadas; d) Examinar as modalidades de disponibilização do acervo aos usuários; e) Consolidar as informações obtidas em uma rede de divulgação para acesso público.

O LIVRO COMO PATRIMÔNIO BIBLIOGRÁFICO MATERIAL

Discutir o livro como patrimônio bibliográfico material exige, inicialmente, estabelecer sua relação com o patrimônio cultural. Conforme o Art. 216 da Constituição de 1988, integram o patrimônio cultural brasileiro bens materiais e imateriais portadores de referência à identidade e memória da sociedade, incluindo "formas de expressão" e "obras, objetos, documentos" (Brasil, 1988).

O livro é reconhecido como patrimônio material por ser um objeto físico que guarda informações sobre a história e a cultura. Embora a Lei nº 10.753/2003 conceitue o livro e a Constituição abranja documentos em geral, a prática já consolida o livro raro como patrimônio (Napoleone et al., 2016, p. 1).

Como forma de expressão cultural e do conhecimento, o livro assume status de patrimônio bibliográfico. Gómez Gómez (2012, p. 1038) ressalta que livros e documentos são “bens culturais” complexos, carregados de uma “mensagem que lhes outorga verdadeira razão de ser”. Já Fernández de Zamora (2009, p. 1) define patrimônio como o conjunto de bens (incluindo livros e documentos singulares) a serem preservados para as gerações futuras.

Segundo Pereira (2020), o conceito de patrimônio bibliográfico ainda é frequentemente associado a acervos de obras raras e especiais, carecendo de uma definição mais ampla que inclua diferentes formatos. Araújo (2020), por sua vez, enfatiza que esse patrimônio é constituído por livros e manuscritos que tiveram papel relevante na

formação de grupos sociais, sendo documentos representativos para uma área do conhecimento, instituição ou comunidade.

Dessa forma, o valor do patrimônio bibliográfico material reside não apenas em sua materialidade, mas em sua dimensão cultural, histórica e simbólica.

A LITERATURA ARTÍSTICA

A literatura artística abrange a representação e descrição de obras de arte, biografias de artistas, movimentos artísticos e a relação entre arte e sociedade. Na Biblioteconomia, essa literatura classifica materiais como ensaios, críticas e biografias relacionados à arte, utilizando a classe 7 da Classificação Decimal de Dewey (CDD) e da Classificação Decimal Universal (CDU) para organizar e facilitar o acesso a esses livros.

Existem diversas tipologias para denominar os livros de arte. Barbosa e Saldanha (2017, p. 2) destacam: “livro ilustrado, livro de arte, arte-livro, livro-obra, além da existência de outras nomenclaturas que variam de acordo com suas especificidades”. Para este referencial, adota-se o termo ‘livro de artista’, definido por Barbosa e Saldanha (2017, p. 2) como aquele que “transcende a intenção de informar através do texto e torna-se uma obra de arte”.

Silveira (2008) apresenta categorias criadas por Clive Phillpot, distinguindo:

- Livro de arte – livro em que a arte ou o artista é o assunto;
- Livro de Artista – livro em que um artista é o autor;

- Arte do livro – arte que emprega a forma do livro;
- Livro-obra – obra de arte dependente da estrutura de um livro;
- Livro objeto – objeto de arte que alude à forma de um livro.

Plaza (1982, p. 1) define o livro de artista como “criador, como um objeto de design, visto que o autor se preocupa tanto com o ‘conteúdo’ quanto com a forma”. Já Crippa (2018, p. 4) denomina a escrita sobre artes como “gesto bibliográfico”, ligado “tanto ao discurso sobre arte como às instituições que a preservam e expõem”.

A relação entre informação e arte apresenta desafios para instituições como bibliotecas, arquivos e museus, exigindo “uma ação cuidadosa e especializada na gestão desses materiais” (Maringelli; Silva, 2019, p. 11). Historicamente, o acesso a livros de arte muitas vezes enfrenta restrições, como ilustrado na obra “O Nome da Rosa”, onde um livro de arte é ocultado por conter conteúdo considerado perigoso.

Por fim, Barbosa e Saldanha (2017) ressaltam que o livro de artista surgiu para romper com as limitações do mercado da arte, buscando “possibilitar que a arte ultrapasse as barreiras convencionais” e alcance um público mais amplo.

BIBLIOTECAS ESPECIALIZADAS EM ARTES

A arte é compreendida como “parte essencial da existência humana”, permitindo expressar emoções, ideias e valores (Carani, 2000, p. 2). Nesse contexto, as bibliotecas de arte assumem papel fundamental na preservação e

disseminação desse conhecimento. Conforme Costa e Almeida (2011, p. 89), “Bibliotecas, centros de documentação e arquivos de arte são celeiros de informação especializados”, superando meios de comunicação de massa e internet em curadoria.

Essas instituições reúnem não apenas obras de arte, mas também documentação relacionada e sobre arte (Oliveira, 2012). Funcionam como espaços de encontro para artistas, pesquisadores e entusiastas, promovendo troca de ideias e conexão com o conhecimento. São, na visão de Carani (2000), locais de “conexão profunda” entre usuários e saberes.

DESENVOLVIMENTO DE UM ACERVO ESPECIALIZADO

O desenvolvimento de acervo especializado requer política documentada com critérios claros (Cunha; Cavalcanti, 2008). Miranda (2007, p. 1) enfatiza que esse processo deve ser “permanente”, mantendo “contínua sintonia com as necessidades de informação da comunidade de usuários”.

No caso específico de acervos artísticos, Cadôr (2022) ressalta que sua formação exige atenção a “aspectos teóricos, conceituais e históricos”. Já Carvalho e Almeida (2005) ampliam essa visão, indicando que o patrimônio artístico inclui tanto obras quanto “documentos produzidos a partir da obra de arte”, como registros de exposições e dados de autoria.

Araujo (2013) defende que o desenvolvimento de coleções deve ser “abrangente e participativo”, incluindo avaliação constante para identificar lacunas e excessos. Essa prática é especialmente relevante na Biblioteca de Artes de Rondônia, onde se observa carência de obras sobre arte local, exigindo política de desenvolvimento centrada no usuário real e potencial.

Por fim, Geraldo e Pinto (2019) reforçam que o crescimento do acervo deve seguir um plano estratégico, assegurando que a coleção seja relevante e preserve a identidade cultural, como no caso do acervo de arte rondoniense.

Acervo acessível

As unidades de informação (bibliotecas, arquivos e museus) possuem o papel fundamental de democratizar o acesso à informação, garantindo que seus acervos estejam acessíveis para promover a inclusão social e educacional. Conforme Sampaio (2005, p. 2), a digitalização de obras é essencial para “conservar e disseminar informações inteiramente”, reduzindo custos, tempo e distâncias, tornando as tecnologias atraentes para usuários que podem acessar informações de qualquer lugar.

As cinco leis de Ranganathan fundamentam esse princípio, a saber: 1. Os livros são para usar; 2. A cada leitor seu livro; 3. A cada livro seu leitor; 4. Poupe o tempo do leitor; 5. A biblioteca é um organismo em crescimento (Targino, 2010, p. 122). A quinta lei, em especial, reforça que a biblioteca deve evoluir constantemente, adaptando-se às mudanças e incorporando tecnologias para melhor atender

às necessidades dos usuários. Essa evolução é crucial em um contexto onde, como destacam Pinheiro *et al.* (2009, p. 1), museus, bibliotecas e arquivos são “fontes primordiais do processo educacional e cultural do cidadão”, sendo vital “preservar a memória documental, histórica e social” para a história do patrimônio público.

As Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) desempenham papel central nesse processo. Pereira e Pinheiro (2020, p. 1) afirmam que as TIC vêm sendo adotadas desde a década de 1990, oferecendo softwares e redes que facilitam a disponibilização da informação. Veloso, Trierweiller e Esteves (2017) complementam que essas tecnologias permitem a “difusão ampla e fácil do patrimônio” de instituições culturais.

Um conceito chave para a acessibilidade é a interoperabilidade, definida por Marcondes (2016, p. 4) como soluções tecnológicas que permitem compartilhar metadados e gerenciar dados de forma integrada. Especificamente, a interoperabilidade intercomunitária (que “enfoca a necessidade crescente de acesso a informações provenientes de um espectro amplo de fontes distribuídas” (Sayão, 2007, p. 22), é fundamental para o mapeamento e compartilhamento de acervos de múltiplas instituições em uma única plataforma.

Essa integração pode se materializar em um repositório digital, ferramenta alinhada ao movimento de acesso aberto, impulsionado pela Declaração de Budapest (BOAI), que visa “disseminar o conhecimento para a sociedade e garantir acesso fácil e rápido à informação completa” (Oliveira e Gonçalves, 2020, p. 10).

Um acervo digital eficiente não se limita a disponibilizar livros online, mas deve oferecer informações completas como capa digitalizada, título, autor, assuntos, classificação e resumo, auxiliando o usuário na tomada de decisão sobre a necessidade de acessar o material físico. Essa abordagem está alinhada com a função contemporânea da Biblioteconomia: “registrar informações em suportes que permitem o acesso, sistematização, organização, transmissão e disponibilização” (Fonseca, 1992).

Por fim, a digitalização também é uma estratégia de preservação. Rua (2017, p. 17) destaca que, ao “converter um conteúdo analógico para o digital”, não só se preserva o original contra degradação, como se “facilita o acesso e gera uma nova fonte de informação”. A criação de uma plataforma digital, portanto, mostra-se eficaz para garantir a preservação e a disseminação da memória bibliográfica.

No caso desta pesquisa, a intenção não é digitalizar o conteúdo das obras identificadas, mas compartilhar seu acesso por meio das tecnologias, formando um catálogo virtual num site sobre patrimônio cultural de Rondônia, para facilitar a busca e a recuperação deste acervo, conforme designam Veloso, Trierweiller e Esteves (2017).

ASPECTOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA

Os métodos de pesquisa adotados neste capítulo delinearam a trajetória percorrida para a obtenção dos resultados, seguindo os preceitos de Gil (2002) e Creswell (2007). Assim, quanto à lógica de procedimento, a

investigação caracterizou-se como dedutiva, partindo da premissa geral da existência de uma literatura artística rondoniense para a verificação particular, mediante buscas sistemáticas em múltiplas fontes.

Em relação aos seus objetivos, configurou-se como uma pesquisa aplicada, utilizando conhecimentos estabelecidos para enfrentar um problema concreto: a carência de acesso às obras de arte da região. No que tange à abordagem do problema, adotou-se um paradigma qual-quantitativo (misto), conjugando a identificação e quantificação de obras com uma análise qualitativa das suas condições de acesso e preservação.

Quanto aos procedimentos técnicos, a pesquisa assumiu um caráter exploratório-descritivo, visando mapear e descrever o panorama da literatura artística de Rondônia, ao mesmo tempo que explorava mecanismos para sua divulgação. Finalmente, em relação à natureza dos dados, tratou-se de um estudo de campo, com a realização de visitas *in loco* a instituições que custodiavam acervos artísticos no estado.

Dessa forma, a metodologia integrou levantamento bibliográfico e trabalho de campo, articulando perspectivas quantitativas e qualitativas para mapear, analisar e propor soluções que visam à maior visibilidade da produção literário-artística de Rondônia.

PROCEDIMENTOS TÉCNICOS DA PESQUISA

O primeiro passo foi iniciar uma revisão bibliográfica na literatura da Ciência da Informação sobre o contexto

teórico da pesquisa, seguindo as orientações de Pizzani et al. (2012) sobre o método. As fontes utilizadas para a construção de tal revisão literária incluíram livros, periódicos, artigos de jornais, sites da Internet, entre outras.

Nessa etapa aconteceram o que podemos chamar de coletas bibliográficas, sendo definidas as estratégias de buscas nas seguintes bases de dados: Brapci; Google Acadêmico e Scielo. Para tal, foi necessário utilizar os operadores booleanos com alguns termos específicos para obtenção de um resultado mais preciso.

Para a pesquisa bibliográfica, a Base de Dados BRAPCI foi a fonte principal, dada sua especialização em Ciência da Informação. Como complemento, foram utilizadas as bases SciELO e Google Acadêmico.

A estratégia de busca empregou o operador booleano *AND* para combinar os termos de pesquisa. O Google Acadêmico foi particularmente útil como uma terceira opção por recuperar artigos de diversas fontes.

Adicionalmente, artigos específicos foram localizados diretamente em outras fontes, como o portal da Capes, o site da Pinacoteca e repositórios universitários. No entanto, essas buscas foram pontuais e realizadas pelo título exato do artigo, não fazendo parte da estratégia inicial de busca sistemática.

Sobre o universo desta pesquisa, destacamos os livros que englobam a arte em Rondônia, salientando que os escritores podem ser autores nativos rondonienses ou autores advindos de outras localidades. Como existem diversos locais na capital com possibilidades de existência de livros sobre arte rondoniense e o prazo para finalização da pesquisa foi curto, foi necessário traçar uma amostra

com livros existentes nas instituições culturais da capital do estado, a saber; Museu da Memória Rondoniense (MERO); Centro Cultural e de Documentação Histórica do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia (CCDH); Biblioteca Municipal Francisco Meireles; Biblioteca Municipal Viveiro das Letras; Biblioteca Pública Estadual Dr. José Pontes Pinto e Biblioteca de Artes de Rondônia.

LIVROS DE ARTISTAS SOBRE RONDÔNIA EM PORTO VELHO

Esta seção apresenta os resultados encontrados na pesquisa de campo que ocorreu em mais de uma instituição em Porto Velho/RO, conforme relatado acima. Aqui são apresentados os aspectos gerais de cada livro, incluindo condições de uso e de empréstimo.

Livros da Biblioteca Pública Estadual Doutor José Pontes Pinto

Na pesquisa realizada na Biblioteca Pública Estadual Dr. José Pontes Pinto em março de 2024, identificou-se um acervo de 33 livros - representando 15 títulos distintos - sobre artes regionais de Rondônia. Desse conjunto, 10 obras são exemplares únicos e cinco títulos possuem múltiplas cópias.

Quanto ao acesso, as obras com múltiplos exemplares estão disponíveis para empréstimo. Já os itens considerados exemplares únicos têm o acesso restrito à

consulta local, a fim de garantir sua preservação. O acesso a todo o acervo é livre para pesquisadores e demais usuários da biblioteca.

A análise do estado de conservação mostrou que a maioria das obras está em boas condições. Mesmo os livros que apresentam um desgaste natural permanecem em estado adequado para uso e consulta.

As imagens a seguir apresentam as fotografias das capas dos livros, acompanhadas de informações sobre o conteúdo de cada obra e, quando disponível, do seu sumário. Ressalta-se que, em respeito ao direito autoral, o conteúdo completo dos livros não será divulgado sem a devida autorização dos autores.

Tabela 1 - Amostra de Livros de Arte de Rondônia na Biblioteca Estadual Dr. José Pontes Pinto-BPE

Título	Autoria / Responsabilidade	Ano De Publicação	Quantidade Disponível	Condições Físicas	Disponibilidade
Andando pelas picadas: Arte e vida da artista plástica Rita Queiroz	Queiroz, Rita	2021	Quantidade: 5	Ótimo estado	1 Ex. consulta local. 4 exs. disponíveis para empréstimo.
Artes plásticas no contexto Regional	Faculdade São Lucas	2001	Quantidade: 1	Desgaste natural / em condições de uso	Consulta local
Artesanato em Rondônia	Governo de Rondônia	1982	Quantidade: 1	Desgaste natural / em condições de uso	Consulta local
Breves histórias de Porto Velho: 100 anos	Santo Antônio Energia	2014	Quantidade: 1	Ótimo estado	Consulta local

Título	Autoria / Responsabilidade	Ano De Publicação	Quantidade Disponível	Condições Físicas	Disponibilidade
Calendário histórico-cultural, turístico e esportivo de Porto Velho	Borzacov, Yêdda Pinheiro; Sobrinho, Paulo Saldanha	1998	Quantidade: 1	Ótimo estado	Consulta local
Das trevas para a luz: o renascer da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré	Governo do Estado de Rondônia	2008	Quantidade: 1	Ótimo estado	Consulta local
Estrada de ferro madeira - mamoré: uma história em fotografias	Borzacov, Yêdda Pinheiro	2004	Quantidade: 1	Ótimo estado	Consulta local
Foco nelas: mulheres nos bastidores da cena teatral do Acre e de Rondônia	Batista, Andressa	2022	Quantidade: 6	Ótimo estado	1 ex. consulta local. 5 exs. disponíveis para empréstimo.

Título	Autoria / Responsabilidade	Ano De Publicação	Quantidade Disponível	Condições Físicas	Disponibilidade
Galo da meia noite: uma festa a mais...	Castro, Carlos Adalberto Corbin	2021	Quantidade: 1	Ótimo estado	Consulta local
Madeira - Mamoré: imagem & memória	Santilli, Marcos	1988	Quantidade: 1	Ótimo estado	Consulta local
O folclore em Porto Velho: noções e práticas	Monteiro, José	2006	Quantidade: 6	Ótimo estado	1 ex. consulta local. 5 exs. disponíveis para empréstimo.
Revelando Porto Velho	Brito, Luiz	2010	Quantidade: 3	Ótimo estado	1 ex. consulta local. 2 exs disponíveis para empréstimo.
Rita Queiroz: mestra da cultura rondoniense (portfólio)	Governo do Estado de Rondônia	2020	Quantidade: 1	Ótimo estado	Consulta local

Título	Autoria / Responsabilidade	Ano De Publicação	Quantidade Disponível	Condições Físicas	Disponibilidade
Sete anos: fotos, crônicas e poesias	Braga, George Alessandro Gonçalves	2018	Quantidade: 1	Ótimo estado	Consulta local
17º Festival folclórico duelo na fronteira	Governo do Estado de Rondônia	2011	Quantidade: 3	Ótimo estado	1 ex. consulta local. 2 exs. disponíveis para empréstimo.
Total: 33 Total de livros com mais de um exemplar: 5 Total de livros com exemplar único: 10					

Fonte: Elaborado pela Autora (2024)

Livros na Biblioteca Municipal Francisco Meirelles

A coleta de dados na Biblioteca Municipal Francisco Meirelles (BFM) foi realizada no acervo regional, localizado em uma sala de acesso restrito ao público, permitido apenas quando acompanhado por um funcionário. Esse acervo é composto por obras de autores regionais e por livros cujo tema específico é o estado de Rondônia e a região Norte do Brasil.

Na pesquisa realizada em 2024, identificou-se um acervo de 45 livros (representando 17 títulos distintos) sobre a arte rondoniense. Dentre esses, apenas 05 são exemplares únicos, os demais possuem mais de uma cópia disponível para consulta local.

É importante ressaltar que, devido ao seu valor e estado de conservação, todos os livros deste acervo são de uso restrito à biblioteca, sendo proibido o empréstimo domiciliar, inclusive daqueles que possuem múltiplos exemplares.

Por fim, as obras: “Andando pelas picadas”, “Breves histórias de Porto Velho”, “Galo da meia noite”, “Rita Queiroz: mestra da cultura” e “Foco nelas”, não terão suas fotografias reproduzidas nesta seção, uma vez que já integram o acervo da Biblioteca Pública Estadual (BPE) e tiveram suas informações apresentadas na seção anterior.

Quadro 2 - Amostra de livros de artes de Rondônia na Biblioteca Municipal Francisco Meireles

Título	Autor	Ano	Quantidade de exemplares	Condições físicas	Disponibilidade
A casa inventiva do Bototô	OLIVEIRA, Julio Cesar Pinto de	<i>Não identificado</i>	Quantidade: 1	Ótimo estado	Consulta local
Andando pelas picadas: Arte e vida da artista plástica Rita Queiroz	QUEIROZ, Rita	2021	Quantidade: 5	Ótimo estado	Consulta local
Arte Rupestre em Rondônia	OLIVEIRA, Maria Coimbra de	2013	Quantidade: 3	Ótimo estado	Consulta local
Biografia do futebol	OLIVEIRA, José Martins de	2006	Quantidade: 3	Ótimo estado	Consulta local
Breves histórias de Porto Velho: 100 anos	Santo Antônio Energia	2014	Quantidade: 3	Ótimo estado	Consulta local

Título	Autor	Ano	Quantidade de exemplares	Condições físicas	Disponibilidade
Canavarro céus e águas: arte plástica na Amazônia	CANAVARRO, Alan Vanderlei	2016	Quantidade: 2	Ótimo estado	Consulta local
Estrada de Ferro Madeira-Mamoré e Porto Velho: retratos da história	FERNANDES, Anderson Leno	2019	Quantidade: 1	Ótimo estado	Consulta local
Foco nelas: mulheres nos bastidores da cena teatral do Acre e de Rondônia	Organização: Andressa Batista; Jessiane Gisele; Ana Paula Alab; Valeska alvim	2022	Quantidade: 4	Ótimo estado	Consulta local
Galo da meia noite: uma festa a mais...	Castro, Carlos Adalberto Corbin	2021	Quantidade: 1	Ótimo estado	Consulta local

Título	Autor	Ano	Quantidade de exemplares	Condições físicas	Disponibilidade
Homem, Meio Ambiente e judiciário	Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia	2000	Quantidade: 2	Ótimo estado	Consulta local
Iconografia: uma nova visão de Rondônia	Sebrae	2004	Quantidade: 2	Ótimo estado	Consulta local
Imagens de Rondônia: a fotografia documenta a história	BORZACOV, Yêda Pinheiro	2011	Quantidade: 5	Ótimo estado	Consulta local
Porto Velho: imagens culturais	BORZACOV, Yêda Pinheiro	2011	Quantidade: 5	Ótimo estado	Consulta local
Revelando Porto Velho	Brito, Luiz	2010	Quantidade: 4	Ótimo estado	Consulta local
Rita Queiroz: mestra da cultura do Estado de Rondônia	Governo do Estado de Rondônia	2020	Quantidade: 1	Ótimo estado	Consulta local

Título	Autor	Ano	Quantidade de exemplares	Condições físicas	Disponibilidade
Um olhar sobre o Urbanismo e a Arquitetura de Porto Velho	CARVALHO, Júlio César de	2009	Quantidade: 1	Ótimo estado	Consulta local
Um tratado sobre a música, a literatura e a comunicação Jaruense	PEREIRA, Elias Gonçalves	2019	Quantidade: 2	Ótimo estado	Consulta local
Total: 45 Total de livros com mais de um exemplar: 12 Total de livros com exemplar único: 5					

Fonte: Elaborado pela autora (2024)

Livros na Biblioteca Pública Municipal Viveiro das Letras

Na Biblioteca Pública Municipal Viveiro das Letras, a consulta ao Acervo Regional em março de 2024 identificou sete obras com títulos distintos sobre arte regional de Rondônia. Assim como na Biblioteca Francisco Meirelles, esse acervo é fisicamente separado do acervo geral. Dentre as obras localizadas, três títulos já haviam sido catalogados em bibliotecas anteriormente pesquisadas.

Quadro 3 - Amostra de livros de artes de Rondônia na Biblioteca Pública Comunitária Viveiro das letras

Título	Autor / responsabilidade	Ano	Quantidade de exemplares	Condições físicas	Disponibilidade
Biografia do futebol	OLIVEIRA, José Martins de	2006	3	Ótimo estado	Consulta local
Catálogo: acervo do museu ferroviário	Prefeitura de Porto Velho	<i>Não identificado</i>	1	Ótimo estado	Consulta local
Das trevas para a luz: o renascer da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré	Governo do Estado de Rondônia	2008	2	Ótimo estado	Consulta local
Exército brasileiro: resgate histórico 17ª brigada de infantaria de selva	Exército Brasileiro	<i>Não identificado</i>	1	Ótimo estado	Consulta local
Revelando Porto Velho	Brito, Luiz	2010	2	Ótimo estado	Consulta local
Resgate da história: história	MARTINS, William	2014	1	Ótimo	

Título	Autor / responsabilidade	Ano	Quantidade de exemplares	Condições físicas	Disponibilidade
dos protagonistas do prédio da ladeira comendador centeno	Haverly			estado	
5º Batalhão de engenharia de construção: batalhão Carlos Aloysio Weber	5º BEC	<i>Não identificado</i>	1	Ótimo estado	Consulta local
Total: 11 Total de livros com mais de um exemplar: 3 Total de livros com exemplar único: 4					

Fonte: Elaborado pela Autora (2024)

SITE PATRIMÔNIO CULTURAL DE RONDÔNIA: ACERVO BIBLIOGRÁFICO DE ARTES DE RONDÔNIA

O site *Patrimônio Cultural de Rondônia* tem como objetivo divulgar o patrimônio cultural material e imaterial do estado. Desenvolvido por alunos de Biblioteconomia e Informática da UNIR, a plataforma reúne resultados de pesquisas sobre temas culturais rondonienses e está em constante atualização, graças à contribuição contínua de discentes (Patrimônio Cultural de Rondônia, 2021).

Como proposta desta pesquisa, o acervo foi integrado ao site na categoria “Acervo bibliográfico de artes de Rondônia”, que disponibiliza informações sobre a localização e estado de conservação dos livros. O conteúdo é apresentado por meio de imagens (como fotos das capas e sumários), acompanhadas de resumos descritivos e indicações de onde as obras podem ser consultadas, facilitando a visualização pelos usuários.

Essa iniciativa funciona como um catálogo público, solucionando a escassez de informações sobre livros de arte regional. Ao centralizar os dados, o site otimiza o tempo de pesquisa e auxilia a decisão de consulta presencial aos acervos.

Além de valorizar a produção artística e cultural do estado, a plataforma democratiza o acesso ao conhecimento, fortalece a identidade local e amplia a visibilidade das instituições detentoras dos acervos, podendo ainda aumentar o número de interessados em explorar essas coleções.

O acesso ao site e à categoria "Acervo Bibliográfico de Artes de Rondônia" é intuitivo. O tutorial ilustrado a

seguir demonstra o passo a passo para consultar essas informações.

Imagen 3 - Tutorial de acesso ao acervo bibliográfico



Fonte: elaborado pela autora (2024)

Ao clicar no menu “Acervo bibliográfico”, são exibidos todos os títulos disponíveis no site. Para acessar as informações completas de uma obra, basta selecionar seu título para visualizar a capa e demais detalhes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa teve como propósito central disseminar informações sobre livros de arte de Rondônia. O mapeamento realizado confirmou a existência de diversas obras sobre o tema, distribuídas por diferentes instituições. O estudo limitou-se a instituições públicas com acesso aberto ao público.

Das seis instituições públicas inicialmente delineadas, três não constam no relatório final: a Biblioteca de Artes da Casa da Cultura Ivan Marrocos (CCIM) (local originário da problemática desta pesquisa) e a Biblioteca do Museu da Memória Rondoniense (MERO), ambas mantidas pela FUNCER. Por determinação administrativa, seus acervos foram transferidos para a Biblioteca Estadual Dr. José Pontes Pinto (BPE). Enquanto o acervo da Biblioteca de Artes foi incorporado à BPE, o material do MERO permanecia, ao término da pesquisa, encaixotado e inacessível para consulta, razão pela qual não foi incluído nos resultados.

No Centro de Documentação Histórica do TJ-RO (CCDH), não foram identificados livros classificados especificamente como arte regional (foco deste estudo) mas, sim, obras de história, literatura e poesia de Rondônia, sem cunho artístico explícito.

Cabe ressaltar que a classificação de materiais pode variar conforme o profissional e o contexto institucional. Para este mapeamento, incluíram-se livros categorizados como história de Rondônia que contêm significativo conteúdo fotográfico, passível de classificação como arte segundo a CDD e CDU.

Todos os objetivos foram alcançados, demonstrando que as bibliotecas públicas rondonienses possuem ao menos um livro relacionado à arte local, com acesso garantido ao público. Como contribuição prática, as informações coletadas foram integradas ao site do Patrimônio Cultural do Estado, facilitando o acesso aos dados.

O estudo abre caminho para futuras expansões, podendo abranger outras instituições públicas e privadas, inclusive coleções particulares, e estender-se a diferentes municípios do estado.

REFERÊNCIAS

ARAUJO, J. M. G. A coleção especial como patrimônio bibliográfico no brasil. **Memória e Informação**, [s.l.], v. 4, n. 2, p. 75-97, 2020. Disponível em:
<http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/153082>.
Acesso em: 22 set. 2023.

BARBOZA, A. S.; SALDANHA, G. S. O livro de artista, o colecionador e a coleção no museu: um itinerário intersubjetivo da coleção de livros de artista de Paulo

Herkenhoff no museu de arte do rio. **InCID: Revista de Ciência da Informação e Documentação**, v. 8, n. 2, n. 2, p. 176-191, 2017. Disponível em:
<https://www.revistas.usp.br/incid/article/view/133575>
Acesso em: 11 set. 2023.

BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Senado Federal, 1988.

CADÔR, A. B. Arte ao alcance das mãos: os livros de artista na biblioteca. **Museologia & Interdisciplinaridade**, [s.l.], v. 11, n. 22, p. 312-334, 2022. Disponível em:
<https://periodicos.unb.br/index.php/museologia/article/view/39540>. Acesso em: 26 set. 2023.

CARANI, M. Arte e biblioteca: uma combinação perfeita! **Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina**, v. 5, n. 5, p. 168-184, 2000. Disponível em:
<http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/76893>. Acesso em: 16 set. 2023.

CARVALHO, M. D.; ALMEIDA, M. C. B. Patrimônio do efêmero: algumas reflexões para a construção do patrimônio das artes cênicas do Brasil. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 11, n.1, p.167-188, jan./jun. 2005. Disponível em:
<https://seer.ufrgs.br/EmQuestao/article/view/118/76>. Acesso em: 16 set. 2023.

COSTA, I. G.; ALMEIDA, M. C. B. Vocabulário de arte: ferramentas fundamentais no trabalho cooperativo entre bibliotecas, museus e arquivos. *In:* SEMINÁRIO SERVIÇOS

DE INFORMAÇÃO EM MUSEUS, 1, 2011. **Anais** [...] São Paulo: Pinacoteca do Estado de São Paulo, p. 89-101, nov. 2011.

CRESWELL, J. W. **Projeto de pesquisa:** métodos qualitativo, quantitativo e misto. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2007.

FERREIRA, S. M. S. P. Novos paradigmas da informação e novas percepções do usuário. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 25, n. 2, 1996. DOI: 10.18225/ci.inf.v25i2.660. Disponível em:
<https://revista.ibict.br/ciinf/article/view/660>. Acesso em: 25 set. 2023.

FONSECA, E. N. **Introdução à Biblioteconomia**. 2. ed. Brasília: Briquet de Lemos, 1992.

FUNDAÇÃO CULTURAL DO ESTADO DE RONDÔNIA (FUNCER). **Sobre a FUNCER**. Disponível em:
<https://rondonia.ro.gov.br/funcer/sobre/a-funcer/>. Acesso em: 04 dez. 2023.

GERALDO, G. PINTO, M. D. S. Na pauta de discussão: seleção de acervo em bibliotecas públicas e escolares. **Biblionline**, [s.l.], v. 15, n. 2, 2019. Disponível em:
<https://brapci.inf.br/#/v/120565>. Acesso em: 05 fev. 2024.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GÓMEZ GÓMEZ, M. El patrimonio documental y bibliográfico como patrimonio cultural. In: CONGRESO INTERNACIONAL EL PATRIMONIO CULTURAL Y NATURAL COMO MOTOR DE DESARROLLO: INVESTIGACIÓN E INNOVACIÓN, 1., p. 1036-1047, 2012. **Anais** [...]. Sevilla: Universidad Internacional de Andalucía, 2012. Disponível em:
<https://idus.us.es/bitstream/handle/11441/71726/patrimonio.pdf?sequence=1>. Acesso em: 22 set. 2023.

GOMES, A. P. S. Lei de acesso à informação: o cidadão enquanto sujeito informativo. **Biblos - Revista do Instituto de Ciências Humanas e da Informação**, [s.l.], v. 30, n. 2, p. 5-21, 2016. Disponível em:
<http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/23643>. Acesso em: 17 set. 2023.

LAKATOS, E. M; MARCONI, M.A. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MARINGELLI, I. C. A. da S.; SILVA, J. F. M. M. da. Desenvolvimento de vocabulários controlados para obras culturais: a Pinacoteca de São Paulo e o Getty Research Institute. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, [s.l.], v. 15, p. 282–293, 2019.

NAPOLEONE, L. M.; BEFFA, M. L.; MARIA, C. S, M.; JASTWEBSKI, S. M. A. Livros e bibliotecas como bens culturais. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, [s.l.], v. 12, p. 203–207, 2016. Disponível

em: <https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/615>. Acesso em: 19 set. 2023.

NAUARA, Thaís. **‘Noiadance’: do nascimento à ascensão do ritmo portovelhense**: Criar novas batidas para hits que já estão em alta é uma das marcas do noiadance, além de aproveitar sucessos adormecidos. Veja como o ritmo chegou em Porto Velho e se tornou febre. Porto Velho, RO, 26 fev. 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/ro/ron-donia/noticia/2021/02/26/noiadance-do-nascimento-a-ascensao-do-ritmo-portovelhense.ghtml>. Acesso em: 12 dez. 2023.

PLAZA, J. **O livro como forma de arte (I)**. Arte em São Paulo, São Paulo, n. 6, 1982.

PIZZANI, L.; SILVA, R. C.; BELLO, S. F.; HAYASHI, M. C. P. I. A arte da pesquisa bibliográfica na busca do conhecimento. **Revista Digital de Biblioteconomia & Ciência da Informação**, [s.l.], v. 10, n. 2, p. 53-66, 2012. DOI: 10.20396/rdbc.v10i1.1896. Acesso em: 20 set. 2023.

REDARTE/RJ - Rede de Bibliotecas e Centros de informação em Arte no Estado do Rio de Janeiro. **Objetivo**. Rio de Janeiro, 1995. Disponível em: <https://www.redarte.org.br/objetivo/>. Acesso em: 13 fev. 2024.

RONDÔNIA. **Governo**. Disponível em: <http://www.rondonia.ro.gov.br/diof/sobre/historia/>. Acesso em: 12 dez. 2023.

RUA, J. Digitalização, preservação e acesso: contributos para o projeto Museu Digital da U. PORTO. **Páginas a&b:** arquivos e bibliotecas, [s.l.], p. 199-229, 2017. Disponível em:
<https://ojs.letras.up.pt/index.php/paginasaeab/article/view/2666>. Acesso em: 30 jan. 2024.

SAMPAIO, A. M. A digitalização como forma de conservação e disseminação do acervo de jornais da biblioteca Monsenhor Galvão. In: CINFORM - ENCONTRO NACIONAL DE ENSINO E PESQUISA EM INFORMAÇÃO, v. 6, 2005. **Anais** [...] Salvador: CINFORM, 2005.

SAYÃO, L. F. Padrões para bibliotecas digitais abertas e interoperáveis. **Encontros Bibl:** revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação, [s.l.], n. Especial 1, p. 18-47, 2007. Disponível em:
<https://www.redalyc.org/pdf/147/14720411003.pdf>. Acesso em: 14 dez. 2023.

SILVEIRA, P. **A página violada:** da ternura à injúria na construção do livro de artista. Porto Alegre: SciELO-Editora da UFRGS, 2008.

SOUZA, R. C.; OLIVEIRA, E. B. A biblioteca especializada na ciência da informação. **Biblos** - Revista do Instituto de Ciências Humanas e da Informação, [s.l.], v. 31, n. 1, p. 185-194, 2017. DOI: 10.14295/bibrios.v31i1.6182. Acesso em: 08 ago. 2023.

SCHENKEL, M. Corpo e identidade com ênfase nas produções de Alexssandro Schappo. **Revista Educação, Artes e Inclusão**, Florianópolis, v. 12, n. 3, p. 60 - 85, 2016. DOI: 10.5965/1984317812032016060.

TARGINO, M. G. Ranganathan continua em cena. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 39, n. 1, p. 122-124, jan./apr., 2010.

VELOSO, G. C.; TRIERWEILLER, A. C.; ESTEVES, P. C. L. As tics como suporte ao patrimônio público cultural: projeto de digitalização do acervo do arquivo histórico do município de Araranguá-SC. **RDBCI: Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Campinas, SP, v. 16, n. 1, p. 25–38, 2017. DOI: 10.20396/rdbci.v16i1.8648773.

VISITE O BRASIL: **Portal brasileiro**. Disponível em: <https://www.visitobrasil.com.br/>. Acesso em: 20 dez. 2023.

ZAMORA, R. M. F. Conocer, valorar y difundir el patrimonio documental de América Latina y el Caribe. In: WORLD LIBRARY AND INFORMATION CONGRESS: IFLA GENERAL CONFERENCE AND ASSEMBLY, 75., 2009, Milão. **Programme and proceedings**. [s. l.]: IFLA, 2014. p. 1-8. Disponível em: <https://www.ifla.org/pastwlic/2009/98-fernandez-es.pdf>. Acesso em: 22 set. 2023.

SOBRE AS PESSOAS AUTORAS

Ana Carolina Malta

Bacharela em Biblioteconomia pela Universidade Federal de Rondônia (UNIR).



Catarina (UFSC).

Djuli Machado De Lucca

Professora Adjunta do Departamento de Ciência da Informação da Fundação Universidade Federal de Rondônia (UNIR), Pós-doutora, Doutora e Mestre em Ciência da Informação pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PGCIN) e Bacharel em Biblioteconomia pela Universidade Federal de Santa

Elis Regina Oliveira Bispo

Bacharela em Biblioteconomia pela UNIR



Franciéle Carneiro Garcês-da-Silva

Professora da Faculdade de Biblioteconomia e Ciência da Informação, da Universidade Federal do Pará (FABIB-UFPA). Professora colaboradora no Programa de Pós-Graduação em Gestão da Informação, da Universidade do Estado de Santa Catarina (PPGInfo/UDESC). Doutora em

Ciência da Informação pela Escola de Ciência da Informação da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Atua como Secretaria da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação (Ancib), Gestão 2024-2026. Idealizadora e coordenadora do Quilombo Intelectual e do Selo Editorial Nyota.

Guilherme Ataíde Dias

Bacharel em Ciência da Computação pela UFPB, Campus II; Bacharel em Direito pelo Centro Universitário de João Pessoa (UNIPÊ); Mestrado em Gestão Organizacional pela Central Connecticut State University, USA (CCSU); Doutorado em Ciência da Informação, com ênfase em Ciências da Comunicação, pela USP; e Pós-Doutorado pela Universidade Estadual Paulista. Atualmente, ocupa a posição de Professor Titular na UFPB, onde atua no Departamento de Ciência da Informação.



Isa Maria Freire

Doutora e mestre em Ciência da Informação pelo convênio entre o Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT) e a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). (*In memoriam*).

Janis Matheus dos Santos Souza

Graduação em andamento em Biblioteconomia pela UNIR.



Joliza Chagas Fernandes Marinho

Graduação em Biblioteconomia, mestrado em Ciência da Informação pela UFPB, doutorado em Ciência da Informação pela USP e pós-doutorado pela Universidade Federal de Pernambuco.

Jonathan Luiz Ignácio

Mestrando em Comunicação pela UNIR. Especialista em Docência na Educação Básica, pelo Instituto Federal de Rondônia - IFRO. Graduado em Pedagogia pelo Instituto Mineiro de Educação Superior - IMES. Graduado em Licenciatura em Teatro, pela UNIR.



Marcos Leandro Freitas Hübner

Bacharel em Biblioteconomia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, especialização em Gestão de Recursos Humanos pela Universidade de Caxias do Sul, mestrado em Educação pela Universidade de Caxias do Sul e doutorado em Ciência da Informação pela Universidade de São Paulo (USP). É professor

adjunto da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, professor permanente do Programa de Pós-Graduação em Biblioteconomia (PPGB) da UNIRIO e Coordenador Titular (FCC) do Curso de Licenciatura em Biblioteconomia.

Meryellen Azevedo Marinheiro

Acadêmica de Biblioteconomia pela UNIR.



Pedro Ivo Silveira Andretta

Bacharel em Biblioteconomia e Ciência da Informação, Mestre em Linguística e em Ciência, Tecnologia e Sociedade pela Universidade Federal de São Carlos, e Doutor em Ciência da Informação pela USP com pós-doutorado realizado no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal da Paraíba (UFPB).



Poliane de Azevedo –

Bacharel em Biblioteconomia, pela UNIR, Especialização em Gestão de Bibliotecas pelo Centro Universitário Meta de Rio Branco - Estácio (Unimeta).



Priscila Maria Ferreira Guarate -

Doutoranda em Ciência da Informação, pelo Programa de pós-graduação em Ciência da Informação pela UFSC, mestre em Ciência da Informação pelo mesmo Programa e bacharel em Biblioteconomia pela UNIR. Pesquisadora do Grupo de pesquisa Informação Científica: métricas e publicações (INFOCIENT) da UFSC e do Grupo de Pesquisa Competência em Informação e Mediação, da UNIR.

Stella Dourado

Doutora em Ciência da Informação pelo IBICT em convênio com a UFRJ. Mestre em Ciência da Informação pela Universidade Federal da Bahia. Bacharel em Biblioteconomia e Documentação pela Universidade Federal da Bahia e em Comunicação Social - Produção Editorial pela Faculdade Hélio Rocha.

SOBRE ORGANIZADORAS



Andréa Doyle

É mãe, feminista e empolgada. Doutora e mestra em Ciência da Informação pelo PPGCI do IBICT/UFRJ. Formada em Informação e Comunicação pela Université de Metz. É professora de Biblioteconomia na Universidade Federal de Rondônia (Unir) e líder do grupo de pesquisa Informação Social e Gênero (InfoSGen).



Franciéle Carneiro Garcês-da-Silva

Professora da Faculdade de Biblioteconomia e Ciência da Informação, da Universidade Federal do Pará (FABIB-UFPA). Professora colaboradora no Programa de Pós-Graduação em Gestão da Informação, da Universidade do Estado de Santa Catarina (PPGInfo/UDESC). Doutora em

Ciência da Informação pela Escola de Ciência da Informação da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Atua como Secretaria da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação (Ancib), Gestão 2024-2026. Idealizadora e coordenadora do Quilombo Intelectual e do Selo Editorial Nyota.

Este livro reúne nove estudos produzidos pelo curso de Biblioteconomia da Universidade Federal de Rondônia, evidenciando como a informação molda sentidos, narrativas e relações sociais no Brasil contemporâneo. As pesquisas abordam temas como arte independente, museus, políticas editoriais, acessibilidade, desinformação e comunicação científica. O volume destaca o papel central da Biblioteconomia na curadoria de dados e na organização de acervos. Em comum, os trabalhos mostram que a informação nunca é neutra e impacta direitos, visibilidade e justiça social. Uma síntese que revela a força dos processos informacionais para entender o país de hoje.

*Talita Silveira
Prefaciadora*

